



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



WERNER REBELO MONTEIRO

**Mapa Digital da Ilha de Caratateua: Patrimônio Ambiental e Ensino de História**  
na Educação de Jovens Adultos e Idosos

ANANINDEUA-PA  
2023

WERNER REBELO MONTEIRO

**Mapa Digital da Ilha de Caratateua: Patrimônio Ambiental e Ensino de História na Educação de Jovens Adultos e Idosos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA-PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

M772m Monteiro, Werner Rebelo.  
Mapa Digital da Ilha de Caratateua: Patrimônio Ambiental  
e Ensino de História na Educação de Jovens Adultos e  
Idosos / Werner Rebelo Monteiro. — 2023.  
138 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional  
em Ensino de História, Ananindeua, 2023.

1. Mapa Digital. 2. Ilha de Caratateua. 3. Ensino de  
História. 4. Educação de Jovens Adultos e Idosos. 5.  
Patrimônio Ambiental. I. Título.

CDD 907

---

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

### WERNER REBELO MONTEIRO

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos e Prof. Dr. Estevão José da Silva Barbosa, reuniu-se no dia 12 de maio de 2023, às 10:00 horas, nas dependências do Campus Ananindeua, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando WERNER REBELO MONTEIRO intitulada: **"MAPA DIGITAL DA ILHA DE CARATATEUA: Patrimônio Ambiental e Ensino de História na Educação de Jovens Adultos e Idosos."** Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi APROVADO, com conceito EXCELENTE pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

  
Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Orientador

  
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos  
Membro da Banca / PROFHISTÓRIA / UFPA

  
Prof. Dr. Estevão José da Silva Barbosa  
Membro Externo da Banca / FTG / UFPA

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus por ter criado a natureza e toda a vida existente nela.

Agradeço aos meus pais Cândida Nazaré Raiol Sarges e Bertino Rodrigues Sarges (In Memoria) por terem me escolhido como filho, acolhido e depositado todo o amor, educação, alimentação, ensinamentos e formação, que possibilitaram me tornar um cidadão pleno e crítico. Creio que as poucas palavras que escrevo aqui, não contemplarão a gratidão e meu Amor por esse casal. Acredito que minhas ações durante nossa convivência, possam ter minimamente dado um retorno de tudo aquilo que fizeram por mim, portanto, fica registrado minha eterna gratidão.

Agradeço ao meu tio-irmão Carlos Alberto Raiol de Sarges (In Memoria), que perdi há poucos dias, já durante a finalização dessa dissertação. Meu Tio Carlinhos, sempre foi uma inspiração, e mesmo com suas limitações físicas, sempre foi um elo de Amor da nossa família. Nunca vou esquecer o Amor e o carinho que o senhor teve por mim.

Agradeço aos meus pais, Rosangela Sarges Rebelo e Jose Pereira Monteiro. O dom da vida deve ser eternamente agradecido e, por esse motivo, dedico esse trabalho a eles.

Quero agradecer as minhas filhas Isadora dos Santos Monteiro e Maria Eduarda de Oliveira Monteiro e meu filho Pedro Henrique do Nascimento Monteiro, por serem minha fonte de Amor, inspiração, dedicação, resiliência e resistência. Nos momentos mais difíceis de todo esse processo, vocês me deram o fôlego para continuar, e fazer o meu melhor. Meu eterno amor por vocês.

Dedico esse trabalho a companheira Kellyane Cristina do Nascimento Sales, que foi fundamental em vários momentos dessa jornada. Suas contribuições e sua paciência para me ajudar nesse período, jamais serão esquecidas. Minha eterna gratidão e amor.

Aos qualificados, Girsele, Fernanda e Roberto, pelo companheirismo e apoio nessa jornada acadêmica pandêmica. Suas contribuições foram essenciais para chegar até aqui.

Gostaria de agradecer à UFPA e à CAPES, que financiaram o desenvolvimento desse projeto. É nas instituições públicas que se desenvolvem a maior parte da

ciência e da pesquisa no Brasil. Ao PROFHISTÓRIA, pela oportunidade de cursar esse mestrado profissional. O programa é fundamental no processo de formação continuada de professoras e professores da educação básica na região amazônica.

A todas e todos os docentes do PROFHISTÓRIA que contribuíram com seus conhecimentos nessa jornada, principalmente durante seus esforços para continuarmos durante o auge da pandemia da covid-19, que nos levou ao chamado ensino remoto emergencial. Agradeço à secretaria do curso pela atenção, às companheiras e aos companheiros do mestrado, minha gratidão pelas trocas e contribuições mesmo que a distância.

Aos professores Carlos Augusto de Castro Bastos e Estêvão José da Silva Barbosa, pela leitura, contribuições, reflexões, arguições, críticas e sugestões feitas durante o Exame de Qualificação e Defesa de Mestrado. Suas contribuições foram fundamentais para a reestruturação e conclusão desta pesquisa.

Minha eterna gratidão ao professor Wesley Oliveira Kettle (meu orientador). Fui escolhido em uma reunião virtual via plataforma (google meet). Esse processo ocorreu devido ao agravamento da covid 19, em meio a uma segunda onda de infecções no ano de 2021. E foi dessa forma insólita, que o professor me escolheu e, sobretudo, me acolheu para ser seu orientando. Seu acolhimento, ensinamentos, e dedicação serão por mim eternamente lembrados.

Nesse momento tão especial, dedico essa formação para todas e todos os mestres que passaram em minha vida de estudante até aqui. Foram Professoras e Professores que contribuíram com a minha história e jornada educacional, minha eterna gratidão a todos. Destaco na educação infantil a professora Sueli, que foi a primeira mestra a me inspirar e me cuidar. No fundamental I, gostaria de citar a professora Conceição, da Escola Estadual do Outeiro. Foi minha primeira mestra na ilha de Caratateua. Anos mais tarde, já em seus últimos anos de magistério, tive o prazer de compartilhar novos momentos com a professora Conceição. Porém, nessas circunstâncias, já como colega de profissão.

No fundamental II na Escola Estadual do Outeiro, destaco as professoras ilhéus Maria José e Robenita, e o professor Edmilson. Todos foram importantíssimos na minha formação. No Ensino Médio, destaco o professor Alex Vaz, que foi uma das inspirações para ter escolhido a graduação em história.

Meus agradecimentos a todas e todos os profissionais das instituições de ensino que passei. Foram porteiros, merendeiras, pedagogos, diretores e funcionários de serviços gerais, que contribuíram em muito, para chegar neste momento. Meu agradecimento ao professor e amigo Erito Vânio, pelas contribuições, leituras e dicas preciosas sobre o caminhar em um mestrado.

Na graduação e pós-graduação, faço referência às professoras, Sidiana Macêdo, Luana Bagarrão, Amélia Bermeguy e aos professores Mauricio Costa, Aldo Cesar, Otávio Rangel, Décio Guzman, Márcio Couto, Mauro Cezar Coelho, Francivaldo Alves Nunes, Cleodir da Conceição Moraes, José do Espírito Santo Dias Júnior, Luiz Augusto Pinheiro Leal, Wesley Garcia Riveiro Silva, Tulio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves, que foram fundamentais na minha jornada acadêmica.

Dedico essa dissertação a todos discentes da EJAI da EEEFM do Outeiro que contribuíram direta ou indiretamente na confecção do Mapa Digital da Ilha de Caratateua. Agradeço a todos os ilhéus antigos que foram entrevistados e deram sua contribuição nesse processo, em especial a Dona Eronildes e ao senhor Cabral. Agradeço aos amigos e amigas do CONSILHAS por suas contribuições, em especial ao senhor Vasconcelos que foi muito solícito ao me disponibilizar diversas fontes sobre Caratateua.

Dedico esse trabalho às mais 700 mil vítimas da covid 19, em especial aos meus que se foram na pandemia: Pedro Epifânio (meu sogro), Jandira Raiol (minha Tia), Professor Vitor Moraes (meu amigo de adolescência e de docência), professor Djael (meu amigo de magistério da EEEFM do Outeiro), Daniela (minha prima estimada) e Cristian Denis (meu amigo, da graduação e mestrado no Profhistória. Amigo de lutas políticas e sociais. Denis, foi a pessoa que me incentivou a entrar no programa. Todos eles se foram em decorrência da negligência e da falta de humanidade do “nacional” que desgovernava o Brasil durante o período mais crítico da pandemia de covid-19 no país.

Finalizo agradecendo à Ilha de Caratateua, sua natureza e seus Patrimônios Ambientais. Foram suas praias, seus rios, e sua fauna e flora insular, que deram a inspiração, e possibilitaram a produção deste trabalho.

“É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós”.

(Jose Saramago).

## RESUMO

Esta dissertação trata da construção do Mapa Digital da Ilha de Caratateua. O mapa, é uma ferramenta educacional (produto) que contribui para o processo de ensino e aprendizagem da história na modalidade de Ensino de Jovens Adultos e Idosos (EJAI), e para outras modalidades de ensino e, também para outros públicos. O mapa digital, apresenta o Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua, (o Bosquinho, o rio Maguari, as Praias e a Fauna e Flora da ilha). O trato metodológico foi desenvolvido através das pesquisas realizadas sobre o histórico desses lugares, fotografias, vídeos institucionais, matérias jornalísticas, podcast e entrevistas realizadas por mim, como professor pesquisador e por discentes da EJAI da EEEFM do Outeiro. As fontes foram coletadas junto a alguns antigos moradores que lutaram e, alguns que, ainda lutam pela preservação, história e memória desses lugares até os dias atuais. O resultado das pesquisas e a obtenção de fontes, levou a elaboração de um produto educacional. O Mapa Digital pode potencializar o Ensino de História na perspectiva da dimensão ambiental e na história da região insular do município de Belém do Pará. Contribuindo no incentivo, valorização e no protagonismo dos discentes ilhéus.

**Palavras-chave:** Mapa Digital, Ilha de Caratateua, Ensino de História, EJAI e Patrimônio Ambiental.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with the construction of the Digital Map of the Caratateua Island. The map is an educational tool (product) that can contribute to the teaching and learning process of history in the modality of Young Adult and Elderly Education (EJAI). For other teaching modalities and, also, for other audiences. The digital map presents environmental heritage of the Caratateua Island, (the Bosquinho, the Maguari river, the beaches, and the island's fauna and flora). The methodological approach was developed through research on the history of these places, photographs, institutional videos, journalistic materials, podcasts and interviews conducted by me, as a teacher-researcher, and by EJAI students from the EEEFM of Outeiro. The sources were collected from some former residents who fought and, some of them, still fight for the preservation, history and memory of these places until today. The result of the research and the obtaining of sources led to the elaboration of an educational product. The digital map can enhance the teaching of history in the perspective of valuing the history of the insular region of the city of Belém do Pará. And to contribute in the incentive and valorization and in the protagonism of the island students.

**Keywords:** Digital Map, Caratateua Island, History Teaching, EJAI and Environmental Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- Percentuais de territórios insulares e continentais da cidade de Belém.....	27
FIGURA 1 - Poluição nas praias da Ilha de Caratateua.....	30
FIGURA 2 - Possível crime ambiental em Caratateua .....	31
FIGURA 3 - Terminal portuário do Outeiro .....	33
FIGURA 4 - Ponte do Outeiro .....	35
FIGURA 5 - Degradação ambiental na Ilha de Caratateua.....	36
FIGURA 6 - Presídio da Ilha de Cotijuba.....	42
FIGURA 7 - O Cará.....	45
FIGURA 8 - Instituto Orfanológico do Outeiro .....	53
FIGURA 9 - Trapiche do barquinho em Caratateua.....	55
FIGURA 10 - Mapa da região metropolitana de Belém .....	57
FIGURA 11 - Representação dos três assentamentos .....	59
FIGURA 12 - Festival de Iemanjá de Outeiro .....	68
FIGURA 13 - Rio maguari .....	74
FIGURA 14 - Rio Maguari no trecho do chamado “Pano d’água” .....	75
FIGURA 15 - Reunião da comunidade da ilha no espaço do Bosquinho .....	77
FIGURA 16 - Patronato Agrícola de Outeiro .....	89
FIGURA 17 - Escola do Outeiro .....	93
FIGURA 18 - Mapa Digital da Ilha de Caratateua.....	107
FIGURA 19 - Mapa de Outeiro.....	110
FIGURA 20 - Área do contato entre as águas dos rios e águas do Atlântico.....	111
FIGURA 21 - Praias da ilha.....	112
FIGURA 22 - Fauna e flora da ilha de Caratateua.....	113
FIGURA 23 - Espaço Neutro.....	114
FIGURA 24 - Print de celular de discente da EJAI com os áudios de entrevistas...	118
FIGURA 25 - Mapa da Ilha de Caratateua .....	120
FIGURA 26 - Discente da EJAI realizando entrevista com morador praia Grande	121
FIGURA 27 - Aula passeio na praia Grande.....	122
FIGURA 28 - Layout do mapa digital sobre as praias da ilha de Caratateua.....	125
FIGURA 29 - Layout do mapa digital sobre o Rio Maguari .....	126

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - Periodização da Ilha de Caratateua.....	46
TABELA 1 - Total de número de turmas em dependência administrativa na EJA nas redes (estadual e municipal), no ensino fundamental e médio, Pará (2013 a 2019) .....	84
TABELA 2 - Total de número de turmas, dependência administrativa estadual, EJA, ensino fundamental e médio, Pará, 2013 – 2019.....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CPAIC	Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua
CONSILHAS	Conselho das Ilhas
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DAICO	Distrito Administrativo de Icoaraci
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAI	Educação de Jovens Adultos e Idosos
EH	Ensino de História
EEEFM do Outeiro	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Outeiro
EA	Educação Ambiental
EMPESCA	Empresa de Pesca da Amazônia
HA	História Ambiental
MDIC	Mapa Digital da Ilha de Caratateua
TPO	Terminal Portuário do Outeiro.
PA	Patrimônio Ambiental
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 CARATATEUA: HISTÓRIA, ENSINO E MEIO AMBIENTE INSULAR .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Questões Ambientais na Ilha de Caratateua .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 As Ilhas .....</b>	<b>37</b>
<b>3 Três nomes, uma única ilha: Caratateua, Outeiro e Ilha das Barreiras: O Conjunto Patrimonial Ambiental.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 As Praias da Ilha de Caratateua .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2 O Rio Maguari.....</b>	<b>73</b>
<b>3.3 O Bosquinho .....</b>	<b>76</b>
<b>3.4 A flora e a fauna da Ilha de Caratateua.....</b>	<b>79</b>
<b>4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS E IDOSOS.....</b>	<b>82</b>
<b>4.1 O I da EJAI.....</b>	<b>100</b>
<b>4.2 O Ensino do História na EJAI.....</b>	<b>102</b>
<b>5 O MAPA DIGITAL DA ILHA DE CARATATEUA .....</b>	<b>107</b>
<b>5.1 CONCEPÇÃO DO MAPA .....</b>	<b>108</b>
<b>5.2 Conteúdo do Mapa Digital.....</b>	<b>123</b>
<b>5.3 Significados.....</b>	<b>126</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Belém, no Estado do Pará, tem um arquipélago que faz parte de sua região insular. São ilhas grandes e pequenas, aluvionárias e não aluvionárias, umas dispostas defronte do litoral, da cidade, outras contiguas a esse litoral, e outras na margem oposta do rio Guamá. A ilha de Caratateua está descrita pelo geógrafo Eidorfe Moreira<sup>1</sup> como umas das chamadas ilhas marginais, assim como as ilhas do Mosqueiro e Colares. Essas ilhas são denominadas de marginais, por conta da sua posição geográfica, pois estão localizadas no lado direito do estuário de ilhas do município, dando uma forma de prolongamento do litoral da cidade rumo ao norte. (MOREIRA, 1966, p. 71).

Caratateua se localiza a cerca de 18 km a nordeste do centro da cidade de Belém-Pa. Caratateua faz parte da chamada região das ilhas de Belém, que é a capital do Estado do Pará. Ela está situada nos mapas, segundo a autora Ana Maria de Souza Medeiros (1971, p.3), “entre as longitudes de 1°2’ e 1°7’ S, e entre as longitudes de 48°25’ a 48°29’ WGr. A ilha é banhada pelas águas das Baías de Santo Antônio, Guajará e Marajó e pelas águas do rio Maguari. Caratateua, é a sede do Distrito administrativo do Outeiro DAOUT, que é composto por 26 ilhas situadas ao centro-leste, no oeste e ao sul do município de Belém (BELÉM, 2021).

Neste sentido, Caratateua carrega, com seus ilhéus, um Conjunto Patrimonial Ambiental, formados por praias, rios, florestas e uma diversidade de fauna e flora que contam parte significativa da história insular de Belém. Na ilha são construídas as identidades de seus moradores, refletindo em uma ilheidade, que comporta a memória coletiva do lugar. As sociedades insulares têm suas especificidades em relação às histórias e memórias constituídas nas regiões continentais das cidades.

---

<sup>1</sup>Eidorfe Moreira nasceu a 30 de julho de 1912 na Paraíba. Com menos de dois anos veio para Belém, para onde sua família se transferiu. Como estudante, participou da vida cultural acadêmica e, das atividades políticas. Na revolta de apoio à Revolução Constitucionalista de São Paulo, foi ferido e perdeu um braço. Em 1935, começou a publicar na imprensa diária, artigos e ensaios. Formou-se em direito em 1938 e no ano seguinte iniciou sua carreira no magistério. Professor de Economia política, contribuiu na área de ciências e geografia. Ingressou no serviço público em 1945, onde permaneceu até se aposentar. Foi também professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará onde exerceu várias funções, afastando-se em 1982. Eidorfe Moreira é considerado um dos intelectuais mais importantes de sua geração e dos vultos mais notáveis que o Pará já produziu. Ele morreu em 02 de janeiro de 1989, aos 77 anos. Fonte: [funbosque.belem.pa.gov.br/institucional/vida-e-obra-de-eidorfe-moreira](https://funbosque.belem.pa.gov.br/institucional/vida-e-obra-de-eidorfe-moreira). Acesso dia 02 de novembro de 2022).

O viver e o conviver em uma ilha, e as relações de seus ilhéus com seus patrimônios ambientais, são únicos. Utilizar esse potencial para o ensino da história e, em outras disciplinas, numa perspectiva interdisciplinar, pode abrir janelas para um ensino que enfoque os saberes e espaços ambientais, na ampliação do processo de ensino e aprendizagem da região insular e continental do município de Belém.

Sou um professor-pesquisador ilhéu de Caratateua. Iniciei minha trajetória docente na Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará, sendo lotado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Outeiro (EEEFM do Outeiro), no ano de 2008. Comecei trabalhando com turmas da modalidade de ensino chamada de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Nesses 15 anos, convivi com as dificuldades, os desafios e a riqueza de um público discente tão diverso. A perspectiva de contribuir e ampliar as possibilidades de ensinar e aprender, me levaram a construir uma ferramenta educacional que denominei Mapa Digital da Ilha de Caratateua (MDIC). Inicialmente o mapa foi desenvolvido com os discentes da EJAI, da EEEFM do Outeiro. No entanto, o produto educacional tem potencial para impactar outras modalidades de ensino, e outros públicos. A formatação do mapa, potencializa o Ensino da História (EH) e de outras disciplinas, dialogando com as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC). Possibilitando um ensino e aprendizado, dentro e fora dos muros da escola. O mapa, não se limita ao prédio e aos muros da escola, pelo contrário, permite uma educação mais horizontalizada e desenvolvida em outros espaços de aprendizagem, como é o caso do Conjunto Patrimonial Ambiental da ilha de Caratateua.

Acredito que valorizar e incentivar os discentes ilhéus da EJAI pode potencializar e mostrar todo o protagonismo que alunas e alunos trabalhadores possuem, pois são pessoas que têm suas histórias e memórias, que são importantes e significativas para o ensino e para a aprendizagem.

Na primeira seção, a proposta é discorrer sobre a temática da História Ambiental (HA) e sobre a Educação Ambiental (EA), pontuando a partir da historiografia já construída sobre o surgimento e o desenvolvimento desses dois conceitos. Os debates sobre EA e HA vão embasar e balizar questões importantes no corpo dessa dissertação e, também, na elaboração do MDIC. Neste sentido, irei discorrer sobre a história das ilhas em tempos e espaços diferentes, uma vez que a dissertação apresentará aos leitores parte da história, memória e identidades insulares do arquipélago da cidade de Belém.

A segunda seção será dedicada a situar o leitor sobre parte da história, memória e identidades de Caratateua. Os leitores vão conhecer o Conjunto Patrimonial Ambiental da ilha. São lugares como: o Bosquinho, o rio Maguari, as Praias e a Fauna e Flora da ilha. Esse conjunto carrega parte da história, da memória afetiva e do sentimento de pertencimento à ilha, que produz parte das identidades dos ilhéus.

A terceira seção leva o leitor a conhecer parte da história, historiografia e construção da EJAI no Brasil e Estado do Pará. A seção vai focar nessa modalidade de ensino, que escolhi, para confeccionar o mapa digital. Vou discorrer sobre a EEEFM do Outeiro, que foi a unidade escolar escolhida para desenvolver a pesquisa e a elaboração do produto educacional proposto. Por fim, essa seção vai abordar aspectos do público idoso da EJAI, e suas especificidades na relação de ensino e aprendizagem da história.

Na quarta seção vou apresentar aos leitores o processo de concepção do MDIC. Em seguida apresento os conteúdos que compõe o mapa. A seção segue mostrando o processo de construção e execução do mapa digital, e sua materialização em sala de aula e fora dela, com a realização da aula passeio em alguns dos Patrimônios Ambientais da ilha, que foram desenvolvidos no mapa. Por fim, o leitor vai ter acesso aos significados que levaram a elaboração do MDIC.

## 2 CARATATEUA: HISTÓRIA, ENSINO E MEIO AMBIENTE INSULAR

Nesta primeira seção vou discorrer sobre a temática da História Ambiental<sup>2</sup> e sobre a Educação Ambiental<sup>3</sup>, pontuando o surgimento e o desenvolvimento desses dois conceitos. Acredito que os debates sobre EA e HA podem proporcionar um ensino de história e demais disciplinas significativas para os discentes da EJAI e demais modalidades de ensino, além de contribuir na construção do MDIC. Vou discorrer também, sobre a história das ilhas em tempos e espaços diferentes. Acredito que discutir tais temáticas são relevantes, pois vão trazer possibilidades de pensar sobre a história, memória, ensino e identidade insular de uma parte do arquipélago do município de Belém do Pará, que vão corroborar no processo de desenvolvimento do produto educacional.

A relação dos humanos com a natureza é muito antiga. Por muito tempo, essa relação teve um tom de certa “harmonia”, ou seja, a história mostra que os grupos humanos do passado se apropriaram dos recursos existentes na natureza. No entanto, essa utilização, acontecia de forma equilibrada e sem esgotá-los e levá-los a exaustão, diferentemente do que ocorre na maioria das sociedades humanas atuais. Algumas sociedades e impérios do passado até foram grandes consumidores dos recursos naturais, mas nada comparado com as mudanças ocorridas a partir do século XVIII com o advento da chamada Revolução Industrial.

O acelerado processo de industrialização, o avanço do sistema capitalista e a economia tecnocientífica, passaram a consumir intensamente os recursos naturais e acelerar a destruição do planeta ecologicamente e culturalmente (HOBBSAWM, 1995, p.562). Isso passou a ocorrer em nome de um projeto dito de “desenvolvimento e progresso”, mas na verdade, se vislumbra desalinhado com a desejável relação de equilíbrio entre humanos e natureza, e que acabou simplesmente acentuando, os graves e seríssimos problemas ambientais que desafiam a natureza e a humanidade. Tudo isso ocorre por uma visão antropocêntrica da natureza. Essa visão que desassocia homens da natureza só dificulta o trato dos

---

<sup>2</sup> A História Ambiental procura repensar as interações entre os sistemas sociais e naturais, considerando as consequências dessas interações ao longo do tempo. Deste modo, extrapolando as fronteiras geopolíticas, a história se ocuparia em compreender a própria terra, notando os seus usos e significados para os seres humanos (Fonte: [cafehitoria.com.br](http://cafehitoria.com.br). Acesso dia 02 de novembro de 2022).

<sup>3</sup> A Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Fonte: [icmbio.gov.br](http://icmbio.gov.br). Acesso em: 02 nov de 2022.

temas ambientais, inclusive no ensino da história (MENDES, 2010, p. 1628).

Os estudos mais sistemáticos sobre a temática da HA foram realizados por volta da década de 1970. Foi naquele período que se intensificaram os debates e as discussões sobre natureza, meio ambiente e a chamada EA. Eu uso a expressão “mais sistematicamente”, porque desde o início do século XX, pessoas em pequenos grupos ou até mesmo, individualmente, já discutiam as questões ambientais e seus saberes. Porém, foi somente a partir da década de 1970 que essa temática se expandiu e ganhou força social e política no mundo. Portanto, uma maior produção historiográfica ligada ao meio ambiente estava no bojo da geopolítica daquele período. A autora Bruna Vasconcelos, destaca que, “as problemáticas ambientais começaram a se destacar nos discursos políticos, acadêmicos e na mídia na década de 1970. Nesse período, alguns historiadores, estavam engajados nos movimentos ambientalistas, e compreenderam a amplitude e a complexidade das questões ambientais” (VASCONCELOS, 2018, p. 101).

Até aquele momento, a história, e por consequência a historiografia, tinham exercido um papel fundamentalmente ligado a uma história que se baseava na centralidade da história política, ou como fala o autor Donald Worster (1998) “uma história ligada a políticas do passado”. Esse paradigma, surgiu principalmente a partir a criação dos chamados Estados Nacionais na Europa no século XIX”

Todo o mundo sabia que o único assunto importante era a política e que o único campo digno de interesse era o Estado Nacional. Esperava-se que o historiador investigasse os conchavos de presidentes e primeiros-ministros, a tramitação de leis, as lutas entre os tribunais e os corpos legislativos e as negociações dos diplomatas (WORSTER, 1998, p. 198).

Essa realidade historiográfica passou por transformações gradativas durante o decorrer do século XX. A escrita da história, começou a passar por mudanças significativas, e vários historiadores começaram a pesquisar e escrever sobre a diversidade de sujeitos que constituem e fazem a história do dia a dia, a história do cotidiano e assim passando a verticalizar, ou seja, inverter a ordem da escrita da história, que passou a ser de “baixo para cima”, como cita Worster:

Os estudiosos começaram a desenterrar camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas das pessoas comuns, e tentaram reconceituar a história de “baixo para cima”. Precisamos descer, ir mais fundo, diziam eles, até atingirmos as camadas ocultas da classe, do gênero, da raça e da casta (Ibid, 1998, p. 199).

Nesse processo, surgem os chamados historiadores ambientais, que passaram a visualizar na própria terra e no meio ambiente, os agentes protagonistas da história. Passaram a pesquisar e a tentar compreender as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais ao longo do tempo. A HA veio para diversificar a história e a historiografia, com suas múltiplas possibilidades de estudos, pesquisas e, principalmente, para o ensino da disciplina história. A HA surgiu em um momento crucial, na qual a relação homem natureza estava sendo discutida e redefinida. A HA e sua epistemologia, veio para mostrar que a experiência humana não deve em momento algum, se dissociar da natureza em seu processo histórico. (WORSTER, 1998, p. 199).

Foi nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, que os estudos de HA se intensificaram, esses estudos estavam no bojo da realização das primeiras conferências ambientais, e no surgimento dos movimentos ambientalistas mais orgânicos, e da intensificação e participação política e crítica de cidadãos e cidadãos das mais variadas nacionalidades, que passaram a discutir e debater as causas ambientais (WORSTER, 1998, p. 200).

Um dos primeiros historiadores ambientais que teve destaque foi Roderick Nash. No seu ensaio "The state of environmental history" (A situação da história ambiental), o autor dizia que é “necessário ver toda a paisagem natural como um tipo de documento histórico”. O autor ainda enfatiza também que “era necessário responder aos clamores por responsabilidade ambiental” (VASCONCELOS, 2018, p. 100 e 101). A França deu excelentes contribuições nos debates ambientais, os historiadores ligados a Revista dos Annales, que vinham a décadas chamando atenção para a temática ambiental (WORSTER, 1998, p. 200).

Nesse cenário, a HA passou a se configurar em três estágios. Em um primeiro momento, temos o entendimento da natureza propriamente dita, ou seja, como ela se organizou e funcionou no passado. Já no segundo momento, temos um processo de dominação socioeconômica imprimida pelas sociedades capitalistas e suas relações e interações com o meio ambiente. O terceiro, é o processo de análise da interação exclusivamente humana, no qual os paradigmas, conceitos éticos, leis, mitos e outras

estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de uma coletividade com a natureza (WORSTER, 1998, p. 201 e 202).

Segundo o mesmo autor, cabe também ao historiador ambiental nesse percurso, compreender a natureza e suas dinâmicas antes da interferência humana. Nesse sentido, se faz necessário e fundamental o aporte de outras ciências, como por exemplo, a Ecologia. A Ecologia com suas fundamentações, investigações, funcionamento, interações entre os organismos e seus ambientes físicos, são fundamentais nesse percurso. Nesse processo entram em cena as plantas. Elas têm sido quase sempre aliadas da humanidade na luta pela sua sobrevivência e evolução. É na relação entre humanos e plantas que surgiram, por exemplo, os primeiros temas da história ambiental e a importância dos conhecimentos ecológicos e da vegetação (WORSTER, 1998, p. 203).

Por muito tempo, principalmente entre meados do século XIX e início XX, vários cientistas, pesquisadores, autoras e autores, fizeram uma nítida divisão entre natureza e cultura. A natureza, na visão antropocêntrica desses pensadores, era abordada, como nos relata os autores Marcos Gerhardt e Eunice Sueli Nodari, como o mundo não humano. Já a cultura, seria o fruto da ação e criação dos humanos (NODARI; GERHARDT, 2016, p. 55).

A domesticação de outros animais, plantas e paisagens, além por exemplo do uso dos chamados agrotóxicos, são nítidas amostras de que não podemos separar natureza e cultura. Pelo contrário, precisamos enxergar essa relação dos humanos com a natureza, pelo prisma da interligação entre cultura e natureza “relacionar patrimônio cultural e patrimônio natural é o resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio” (NODARI; GERHARDT, 2016, p. 55, 56 e 58).

Efetivamente o que diferencia nós humanos de outros animais, segundo Worster, (1988, p. 206) “é a questão da produção de cultura. Porém, a definição de cultura é muito complexa, pois envolve modos materiais e mentais de produção”. Dentro desse processo humano, de elaboração de cultura e de sobrevivência, a natureza nos oferece múltiplas e flexíveis possibilidades, porém são possibilidades limitadas. É nesse ponto que uma parte significativa da HA se debruça, examinando as mudanças na relação homem natureza. Suas mudanças voluntárias ou forçadas, seus modos de subsistência e as suas implicações, tanto para a humanidade, como para o meio ambiente (NODARI; GERHARDT, 2016, p. 55).

Segundo Worster, (1998, p. 207), com o passar do tempo crescem as interações dos historiadores com as temáticas ambientais, e a partir desse momento outras disciplinas também têm dado enormes contribuições com os debates ambientais, é o caso, por exemplo, da Antropologia. A Antropologia chega com importantes perguntas e indagações sobre a natureza, os ecossistemas, a tecnologia e a cultura criada pelos seres humanos. Os historiadores ambientais fizeram seus melhores trabalhos com base na análise da cultura, estudando as percepções e os valores com que as pessoas e as sociedades refletem sobre o mundo não-humano, ou seja, eles têm investigado o pensamento sobre a natureza.

Foi também nesse mesmo período histórico entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, que começaram os debates referentes as questões da chamada Educação Ambiental (EA). Vale ressaltar, que mesmo antes desse período, pessoas individualmente ou coletivamente, já trabalhavam temáticas ambientais que podemos assim dizer, eram um embrião do que viria a se chamar posteriormente de EA, como nos relata, Marcos Reigota:

É necessário lembrar que, muito antes deles, pessoas e grupos, de forma discreta, mas muito ativa, já realizavam ações educativas e pedagógicas próximas do que se convencionou chamar de educação ambiental (REIGOTA, 2017, p.10).

As discussões, conforme o autor, começaram a partir da difusão de um falso e preconceituoso argumento, que dizia respeito ao chamado crescimento populacional, relacionando-o com a diminuição gradativa dos recursos naturais. Tais discursos foram amplamente divulgados nas mídias da época “Esse argumento que relaciona o aumento da população com a escassez dos recursos naturais ocupou grande parte dos debates acadêmicos e políticos, e esteve muito presente nos meios de comunicação de massa principalmente nos anos 1960, 1970 e 1980” (REIGOTA, 2017, p.07).

Para alguns pensadores, principalmente aqueles oriundos de países ditos na época de primeiro mundo, este fato seria o precursor, ou seja, o causador da escassez dos recursos naturais. Porém, esse pseudoargumento, foi rapidamente rechaçado e criticado, por intelectuais, estudiosos e militantes das

temáticas ambientais dos países, que na época eram chamados de terceiro mundo<sup>4</sup>. Segundo esses críticos, esses discursos estavam invertendo a realidade, pois seriam na verdade os países ditos “desenvolvidos” que mais contribuíam com a problemática ambiental, como nos relata Marcos Reigota (Ibid., p. 07):

O argumento central da crítica era de que havia uma concentração de consumo dos recursos naturais e das riquezas provocadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento nos países industrializados e que o real problema era a concentração de riquezas e de consumo e não o crescimento da população pobre (REIGOTA, 2017, p.07).

Esses países ditos de terceiro mundo, tinham algumas características em comum, como: abundância de recursos naturais, densidade demográfica, estavam se desenvolvendo industrialmente e com uma população pouco assistida pelos serviços públicos básicos como, saúde, educação, saneamento etc. Para esses críticos, a realidade era que, se fazia necessário distribuir melhor e de forma equitativa os recursos naturais e os bens culturais. Portanto, era necessário avançar no acesso as políticas públicas, informação e a uma melhor distribuição de renda para a população desses países. Esse sim, seria o caminho para enfrentar as problemáticas ambientais e sociais daquele período (REIGOTA, 2017, p.07).

Outra crítica forte e potente que vinha desses críticos, segundo o autor, ocorria em relação a EA e seu propósito. Na visão desses pensadores, a temática ambiental, estava sendo tratada inicialmente como algo muito mais ligado a uma ecologia biológica, ou seja, trabalhada em uma perspectiva ambiental que secundarizava o debate ambiental ligado a política, ao lado humano e ao social, conforme relata Marcos Reigota (2017, p. 08).

Outro argumento muito presente na EA, em suas primeiras décadas, era a de relacioná-la prioritariamente com a proteção e a conservação de espécies animais e vegetais. Nesse sentido, a EA estava muito próxima da ecologia biológica, sem que ela tivesse de se preocupar com os problemas sociais e políticos que provocavam

---

<sup>4</sup> A origem da expressão “Terceiro Mundo” surgiu no trabalho do francês Alfred Sauvy. O demógrafo, sociólogo e economista inspirou-se no conceito de Terceiro Estado da Revolução Francesa, que classificava assim quem não fazia parte do clero (Primeiro Estado) nem da nobreza (Segundo Estado). Para Sauvy, assim como os burgueses franceses, os países do Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar o mundo. No contexto da Guerra Fria, no entanto, a “Teoria dos Mundos”, deu outro sentido ao “Terceiro Mundo”. O termo passou a apontar países que optaram pela neutralidade durante o conflito, não fazendo parte da aliança entre EUA e outros países defensores do Capitalismo (Primeiro Mundo), nem a União Soviética e demais países defensores do Socialismo (Segundo Mundo). (Fonte: [www.socientifica.com.br](http://www.socientifica.com.br). Acesso dia 02 de novembro de 2022).

esta situação de desaparecimento de espécies. Para esses intelectuais, EA deveria ser definida como uma educação política, econômica, social e cultural. Relacionando-a sempre com a humanidade, natureza e sua complexidade. Portanto, a EA deveria ser vista de forma crítica e questionadora. Nessa perspectiva crítica, a EA começaria a combater os dogmas e as ditas “certezas absolutas”, e passaria a se tornar uma educação criativa e inovadora, sem deixar de lado uma das questões fundamentais da EA, que é a Ética, como cita Marcos Reigota (2017, p. 09):

A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, 2017, p.08).

A história da EA acabou se misturando com o surgimento das chamadas Conferências Mundiais do Meio Ambiente<sup>5</sup>, que ocorreram em meados dos anos sessenta e início da década de 1970, e que se imbricou aos movimentos socioambientais que estavam surgindo e se organizando naquele período. Também, estão inseridos nesse processo, o surgimento dos chamados Partidos Verdes<sup>6</sup> e do lançamento das primeiras literaturas, mesmo que, embrionários, que abordavam as questões ambientais. (REIGOTA, 2017, p.08)

Uma das primeiras obras, que discorreram sobre as problemáticas ambientais, foi Primavera Silenciosa, da autora estadunidense Rachel Carson. Seu livro, faz uma contundente crítica a utilização de agrotóxicos/defensivos e agrícolas/pesticidas nos Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950. Carson também escreve sobre a maneira natural que as espécies deveriam se desenvolver.

---

<sup>5</sup> Entre 5 e 16 de junho de 1972, na capital da Suécia, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Com o lema “Uma Só Terra”, Estocolmo reuniu delegações diplomáticas de diversos países para debater, com primazia, a questão ambiental. Em meio à Guerra Fria e tratando de tema ainda desprestigiado, contou com a presença de apenas dois chefes de Estado: Olof Palme, primeiro-ministro sueco — e, portanto, anfitrião — e Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia. Com pequena participação da sociedade civil e cobertura modesta da imprensa em geral, Estocolmo propiciou a criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Pnuma, com sede em Nairóbi, Quênia) e a assinatura da Declaração de Estocolmo com vinte e seis princípios em questões de caráter político-ambiental, e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano. E estabeleceu o dia 5 de junho com Dia do Meio Ambiente em âmbito internacional. (Fonte: [diplomatieque.org.br](http://diplomatieque.org.br) Acesso dia 02 de novembro de 2022).

<sup>6</sup> O Partido Verde surgiu como instituição política na Tasmânia (Austrália). Um grupo de ecologistas denominado United Tasmanian Group se reuniu pela primeira vez em 1972. Mais tarde o grupo adotou o nome de Green Party (Fonte: [pv.org.br](http://pv.org.br). Acesso dia 02 de novembro de 2022).

Embora a centralidade da sua obra seja o debate sobre os produtos químicos utilizados na agricultura, sua relevância está no caráter visionário, pois traz um problema que ainda está presente na atualidade nos debates sobre o meio ambiente (Carson, 1969, p.15).

Em relação às primeiras reuniões e conferências que debateram e discutiram as problemáticas ambientais, podemos citar a que ocorreu na cidade de Roma na Itália no ano de 1968, o chamado Clube de Roma<sup>7</sup>. Lá ocorreu um encontro de cientistas, que na sua maioria eram oriundos dos ditos países industrializados. Nesse encontro, os pesquisadores debateram o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o possível crescimento populacional no planeta até o século XXI. Naquele momento, era nítido que as problemáticas ambientais não tinham limites territoriais definidos. A chuva ácida, problemas na camada de ozônio e a destruição das florestas tropicais demonstravam que países pouco industrializados poderiam sofrer as consequências das produções dos países desenvolvidos (VASCONCELOS, 2018, p. 93).

Em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia foi realizada a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo<sup>8</sup>, organizada pelas Nações Unidas. Lá o tema principal debatido foi a poluição ocasionada pelo acelerado processo industrial. Foi na Conferência de Estocolmo que ocorreu a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA. A função desse programa era mediar as discussões entre agentes e organizações participantes dos debates ambientais. E foi justamente por meio dos debates no PNUMA que surgiu pela primeira vez o conceito de Sustentabilidade<sup>9</sup>. Foi a partir das sugestões da Conferência de Estocolmo, que as Nações Unidas criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental PIEA<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Em 1968, políticos, físicos, industriais e cientistas juntaram-se numa pequena vila italiana para tratar do desenvolvimento sustentável do planeta. Era o Clube de Roma, primeiro grupo a discutir sustentabilidade, meio ambiente e limites de desenvolvimento. O encontro começou a ser articulado em abril de 1968, quando o empresário italiano Aurelio Peccei (1908-1984), presidente honorário da Fiat e ex-presidente da Olivetti, convidou o cientista escocês Alexander King (1909-2007) para um jantar em Paris. (Fonte: Site: [www.puc-rio](http://www.puc-rio). Acesso dia 03 de novembro de 2022).

<sup>8</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano ocorreu entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, sediada em Estocolmo e reuniu 113 países. Foi um marco histórico por ser tratar do primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais (Fonte: Site: [setesb.sp.gov.br](http://setesb.sp.gov.br). Acesso dia 03 de novembro de 2022).

Outro momento importante no desenvolvimento e afirmação da EA, aconteceu no Seminário Internacional de Educação Ambiental realizado em Belgrado, no ano de 1975, que instituiu a chamada Carta de Belgrado. Nesse evento discutiu-se os novos conceitos de desenvolvimento, além de abordar a construção de uma ética que pudesse contribuir na mudança da relação dos humanos com os recursos da natureza. Também ocorreu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, em outubro de 1977, que criou uma quantidade significativa de orientações para a Educação Ambiental (REIGOTA, 2017, p.12).

Nesse sentido, conforme Marcos Reigota, no decorrer da década de 1970 e 1980, novos desafios se apresentaram para o meio ambiente e para a humanidade. Começaram a ser divulgados mais sistematicamente pelos meios de comunicação, o acelerado crescimento do desmatamento na Amazônia, a poluição crescente no continente asiático e africano devido as guerras e conflitos, ou seja, os temas referentes ao meio ambiente, natureza e seus recursos, se amplificavam. Ainda referente à Estocolmo, uma resolução definida na reunião impactaria de forma permanente a participação popular nas questões ambientais. Essa resolução cita que todas e todos, cidadãs e cidadãos, deveriam ser educados para solucionar os problemas ambientais. Portanto, a partir daquele momento, convencionou-se dizer que surgiu a chamada EA.

No Brasil, os primeiros debates sobre a EA começaram na década de 1980. A lei federal 6.938/1981 instituiu a chamada Política Nacional do Meio Ambiente PNMA que de forma embrionária tentou sistematizar as ações referentes a EA. Um exemplo disso foi realização, em 1982, na cidade de Porto Alegre, do Primeiro Encontro de Meio Ambiente. Já a Carta Magna de 1988, traz em seu artigo 225, inciso VI, o termo EA: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

---

<sup>9</sup> O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment — UNCHE), realizada em Estocolmo em 1972, e cunhado pela norueguesa Gro Brundtland no Relatório “Nosso Futuro Comum” (1987). De acordo com essa definição, o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas”. (Fonte: Site <http://www.lassu.usp.br/> Acesso dia 03 de novembro de 2022).

<sup>10</sup> O Projeto Internacional de Educação Ambiental (PIEA) tem como objetivo desenvolver um projeto com alunos do ensino fundamental para verificar como as crianças constroem e encontram soluções para um problema ambiental local, assim como auxiliá-las no aprimoramento da resolução de problemas ambientais (Fonte: [gthidro.ufsc.br](http://gthidro.ufsc.br). Acesso dia 03 de novembro de 2022).

No início da década de 1990, pela primeira vez na história, aconteceu a participação da sociedade civil de forma mais orgânica, ou seja, cidadãos e cidadãs do globo puderam intervir e participar ativamente dos rumos da política ambiental. O Brasil entrava naquele momento, de vez, no cenário mundial dos debates referentes as questões ambientais, com a realização da chamada Conferência Eco-92 ou Rio-92<sup>11</sup>. Foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992. Na Rio-92, os diversos países participantes concordaram com o conceito de desenvolvimento sustentável e iniciaram ações com o intuito de salvaguardar o meio ambiente (REIGOTA, 2017, p.11).

Os participantes da Eco-92, segundo Marcos Reigota, perceberam que era urgente criar políticas públicas que buscassem um equilíbrio entre a natureza e o desenvolvimento econômico. Políticas essas, que garantissem a qualidade de vida para a população, naquele momento, bem como para as futuras gerações. Uma das principais proposições que saiu da Eco-92 diz respeito às ações de países ditos “desenvolvidos” que se comprometeram em auxiliar com aporte financeiro e com transmissão de tecnologia, os países que estariam em um processo de “desenvolvimento” econômico, e, portanto, industrial. Essas nações iriam trabalhar no sentido de desenvolver formas mais sustentáveis e limpas para o desenvolvimento socioambiental. No entanto, o que percebemos na realidade, no discurso da chamada sustentabilidade, é que, essas nações industrializadas estavam mais interessadas no debate das questões ambientais, não puramente pelo saber ambiental, mas para poder continuar seu projeto de desenvolvimento econômico, que estava ameaçado pelos seus próprios paradigmas (REIGOTA, 2017, p. 10).

---

<sup>11</sup> - A Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. A Conferência teve desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço a debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável (Fonte: Site [politize.com.br](http://politize.com.br). Acesso dia 03 de novembro de 2022).

Importante lembrar que no Brasil, antes da Rio-92, já existia o debate ambiental, porém, no período da Ditadura Militar (1964-1985) esses debates e encontros foram enfraquecidos, devido a postura do governo militar que privilegiava um modelo econômico de saque dos recursos naturais, apoiado num sistema ditatorial e tecnocrata. Com o processo de Redemocratização, em andamento no início dos anos 1980 no país, foi possível retomar os debates sobre a temática ambiental (REIGOTA, 2017, p. 10).

Nas últimas décadas, ambientalistas, sociedade civil e meios de comunicação vem intensificando os alertas e divulgando estudos científicos, que apontam para a catástrofe ambiental que estamos vivenciando. Os alertas para as perdas aceleradas de biodiversidade em toda a Terra são gerais. Os reflexos e os impactos são sentidos e percebidos por todas e todos e, em diversas comunidades locais (GUDYNAS, 2019, p.16).

Nesse contexto, conforme Eduardo Gudynas, surgem novas formas de tentar preservar a biodiversidade, propondo-se valores monetários à biodiversidade, aos seus valores culturais e às espécies ameaçadas. Esses novos debates trazem aspectos das discussões sobre a ética ambiental e as novas políticas ambientais de conservação do meio ambiente. Ainda consoante ao autor, o cenário é sombrio. Estamos vivenciando a intensificação do aquecimento global, fala-se em uma extinção em massa de várias espécies, aumento do nível dos mares, acidificação marinha e muitos outros problemas ambientais. As políticas de enfrentamento a essas problemáticas até existem, e estão sendo implementadas, porém o monitoramento de áreas ainda não é o suficiente, tampouco as políticas públicas e privadas. Além disso, os financiamentos dão conta do pouco caso da maioria dos Governos pela questão ambiental.

A visão antropocêntrica da natureza norteia e mexe com o meio ambiente. Nessa perspectiva, os seres humanos são vistos como “sujeitos de valor”, já a natureza é vista como “objetos de valor”. Essa visão utilitarista e antropocentrista do meio ambiente e da natureza, levam a capitalização das mesmas, ou seja, como objetos, não são dotados de “direitos”, diferentemente dos humanos (GUDYNAS, 2019, p.19).

Nesse cenário de lutas e resistências, o ensino de história deve se posicionar em uma perspectiva direcionada para a EA. É nesse sentido que o autor Gilmar Arruda dialoga com o conceito de “consciência Histórica”, de Rüsen (2001). Gilmar Arruda (2006, p. 118) fala sobre a necessidade de termos uma “Consciência Ambiental”, ou Consciência sócio-histórico-ambiental, para valorizar o meio ambiente local onde se encontram os discentes, como citado por Gilmar Arruda:

As relações homem/natureza historicamente constituídas no espaço onde vive o aluno não podem ser ignoradas na inserção do campo da história na educação ambiental. Deve-se. Portanto, antes de mais nada, refletir como se deu historicamente a relação e o processo de apropriação do entorno e, a partir daí, investigar como a “consciência ambiental” se apresenta (ARRUDA, 2006, p. 118).

Na atualidade, os debates sobre sustentabilidade, meio ambiente e economia sustentável, são potentes. A globalização e o sistema capitalista tentam colocar o debate ambiental em suas agendas e o crescimento econômico na pauta do dia. Assim, o meio ambiente passa a ter valor de capital, ou seja, de mercado, e fica nítido a tentativa de homogeneizar a cultura. Esse tipo de discurso de proteção da natureza, na realidade, tem como mote, a continuação de um desenvolvimento econômico voraz (LEFF, 2011, p.12). Muitos se contrapõem a esse modelo, e fazem críticas contundentes, como é o caso do autor Enrique Leff, que cita o chamado Saber Ambiental, como uma resposta ao sistema. “O Saber Ambiental desemboca no terreno da educação, questionando os paradigmas estabelecidos e, abastecendo as fontes e mananciais que irrigam o novo conhecimento: os saberes indígenas, os saberes do povo, o saber pessoal” (LEFF, 2011. p.12).

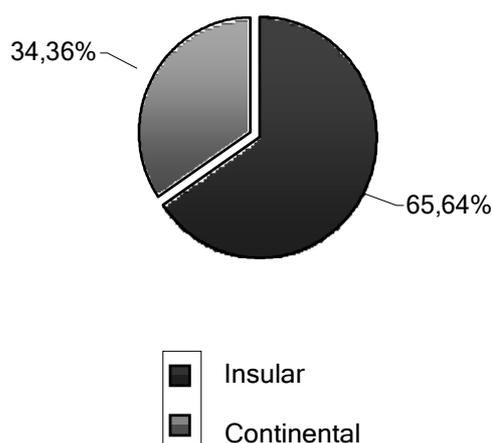
A história e a EA, com suas problemáticas, debates e questões, são importantes no ensino de história, currículo e planejamento pedagógico da EJAI, e em outras modalidades de ensino, pois potencializam a compreensão sobre o passado de Caratateua, que será ampliado no Mapa Digital da Ilha de Caratateua. A próxima seção vai abordar alguns momentos da história ambiental da ilha, que será significativo na elaboração da ferramenta educacional.

## 2.1 QUESTÕES AMBIENTAIS NA ILHA DE CARATATEUA

Caratateua é a sede do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOOUT), na qual fazem parte 26 ilhas, de um total de 42, que compõem o chamado arquipélago do município de Belém do Pará. Caratateua faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB). O município de Belém é constituído por uma área em torno de 51.569,36 ha, desse total, cerca de 17.317,24 estão localizados na parte continental do município, como podemos visualizar no gráfico 1. Já os outros 34.252,12, são referentes a parte insular, ou seja, das ilhas. Caratateua é a segunda maior ilha desse arquipélago, ficando atrás em tamanho, apenas, da ilha do Mosqueiro. A ilha possui um território com área total de 111.395 Km<sup>2</sup>. Caratateua é a maior em densidade demográfica das ilhas de Belém, com cerca de 85.000 mil habitantes (BELÉM, 2012).

O município segundo o Anuário Estatístico de Belém de 1999, na qual Caratateua está inserida, mostra que Belém se limita ao norte pela baía do Marajó; ao nordeste, pelo município de Santo Antônio do Tauá; a leste, pelo município de Santa Bárbara; a sudeste, pelos municípios de Benevides e Ananindeua; ao sul, pelo município de Acará; a sudoeste, pelo município de Barcarena; e a oeste, pelo arquipélago do Marajó. (ASSUNÇÃO, 2005, p 20 e 21).

Gráfico 1: mostra os percentuais da área continental e insular do município de Belém-PA.



Fonte: (ASSUNÇÃO, 2005, p 21)

Um dos primeiros grandes debates, sobre questões ambientais da ilha, ocorreram entre fins dos anos de 1970 e início da década de 1980. Naquele período, passaram a circular notícias sobre a possível construção de um terminal portuário. A partir daquele momento, os debates entre os ilhéus se intensificaram, no que diz respeito aos possíveis benefícios ou problemáticas que poderiam surgir com o advento daquela possível obra. (CASTRO FILHO, 1989, p.27).

O Terminal Portuário de Outeiro (TPO) seria construído em uma área onde hoje estão localizados o bairro da Brasília e a praia da Brasília, em uma região próxima a foz do rio Maguari com as baías do Marajó e Santo Antônio. Os rumores dessa possível obra, geraram preocupação por parte de alguns ilhéus, pois muitos temiam os impactos ambientais e sociais que poderiam ser gerados pela obra, como no relato do sociólogo e morador da ilha Mariano Klautau no Livro Percursos Geográficos (CASTRO, et al., 2012):

Segundo depoimento do senhor José Mariano Klautau de Araújo (entrevista realizada em novembro de 2007), sociólogo, morador da ilha de Caratateua, soubemos que o mesmo elaborou em 1988 um trabalho intitulado “Outeiro: uma questão de vida”, apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), no qual combatia a implantação do Porto da Sotave desde o momento da elaboração de seu projeto, na década de 1970. Segundo o senhor Klautau, a implantação de um porto para transportar NPK, adubo mineral à base de Nitrogênio, Potássio e Cálcio, representaria um grande risco ao meio ambiente da ilha, uma vez que este produto poderia ser responsável pela contaminação da água no local (ISABELA, et al., 174. 2012).

Na ilha vivem muitas famílias ribeirinhas, que sobrevivem da pesca artesanal e do extrativismo. Não temos estatísticas oficiais, nem estudos referentes a quantidade de ilhéus que vivem nessa condição. O que percebemos, é uma população que vive dos recursos proporcionados pelos patrimônios naturais da ilha, ou seja, do meio ambiente. Essas famílias temiam que as atividades portuárias e a movimentação navios cargueiros prejudicassem sua sobrevivência e o sustento de suas famílias. Por esse motivo, o temor em relação a construção do porto. Porém, mesmo envolto dessa discussão com a população da ilha e a sociedade civil organizada de forma geral, a obra teve seu início autorizado pelo Governo Federal, pois vivíamos em uma Ditadura Militar. (CASTRO FILHO, 1989, p.15).

Sem a indispensável discussão aprofundada ou sequer consulta a entidades, profissionais e técnicos da área de navegação e estudos afins, e até mesmo sem um projeto definido- ao que saída, pois, jamais dado a conhecer — a pretensão de se instalar um porto de cabotagem e longo curso na área da empresa SOTAVE, na ilha de Caratateua, mais conhecida como Outeiro, às proximidades de Belém, no Pará, resultou em uma grande polêmica na opinião pública e no convencimento de professores e cientistas quanto à destruição sócio-ambiental da ilha. (CASTRO FILHO, 1989, p.15)

O TPO, é popularmente chamado por moradores e moradoras da ilha, de Porto da Sotave. Sua construção teve início no ano de 1980 pela empresa Sotave Amazônia Química Mineral S.A. Seu uso principal, segundo a empresa, era “funcionar como porto de importação e exportação de granéis sólidos para atender à movimentação de fertilizantes a serem produzidos em instalações da própria empresa” (Site: [www.cdp.com.br/terminal-de-outeiro](http://www.cdp.com.br/terminal-de-outeiro). Acesso em 14/09/2021).

No entanto, anos depois as obras foram paralisadas, e o projeto não foi adiante. A paralização durou anos, até que em 1988, já sob o Governo do Presidente José Sarney, o Governo Federal desapropriou o Porto da Sotave e, através da extinta Portobras (Empresa de Portos do Brasil S/A), assumiu o comando e gerenciamento do lugar e do possível retorno das obras. O Governo, na época propagandeava que o TPO seria estratégico para o país, pois seria o melhor local para o embarque e exportação da soja produzida nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Porém, por questões políticas e jurídicas inviabilizaram o projeto, que não vingou, e passou longos anos de quase total abandono, o que ocasionou inúmeros saques ao patrimônio público no local. Em dezembro de 2002, o porto passou para a administração da Companhia Docas do Pará (CDP)<sup>12</sup>, que aos poucos passou a movimentar o TPO. (SOUZA, 2004). Os temores, que parte dos ilhéus de Caratateua tinham, referentes a possíveis desastres ambientais, não demoraram a se materializar. No ano de 1986, o TPO foi arrendado para a Empresa de Pesca da Amazônia (EMPESCA), que utilizou o porto para receber seus barcos de pesca, e acabou cometendo um crime ambiental.

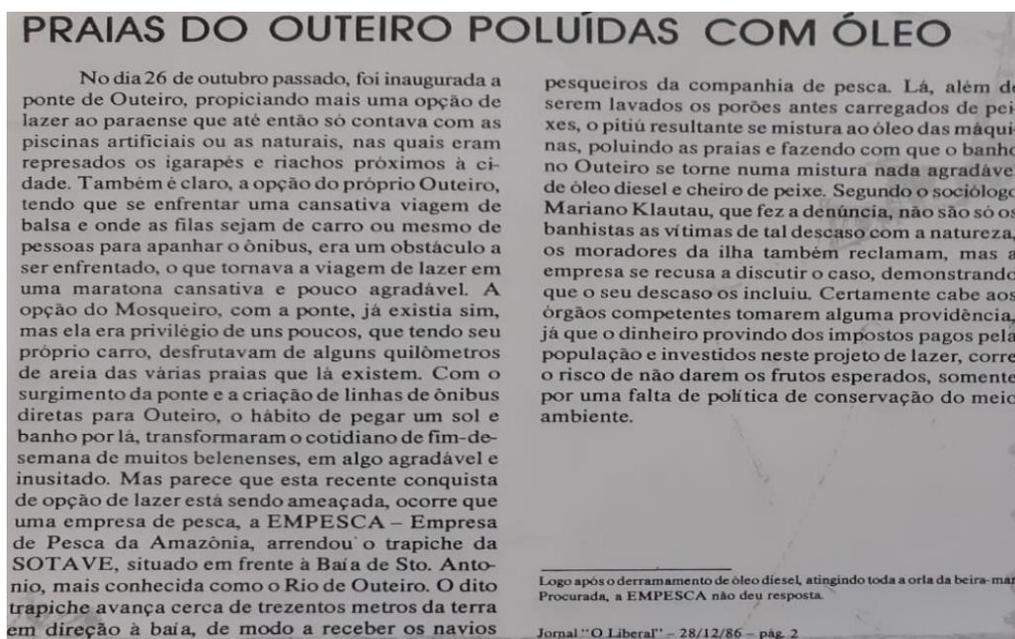
---

<sup>12</sup> A Companhia Docas do Pará (CDP) é a empresa que administra os portos do estado brasileiro do Pará. Fundada em 1967, é desde 1969 uma sociedade de economia mista, pois tem como acionista majoritário o Governo Federal do Brasil. Disponível em: <[www.ipatrimonio.org](http://www.ipatrimonio.org)>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

A empresa, utilizou o local para lavagem dos porões das embarcações, o que acabou acarretando a poluição dos rios e praias de Caratateua, com o despejo de uma substância misturada com óleo diesel, que exalou um mal cheiro, que se espalhou pelo meio ambiente da ilha.

A imagem 1 foi retirada de uma reportagem do jornal O Liberal<sup>13</sup> que na época noticiou a tragédia ambiental ocorrida nas praias da ilha. Segundo moradores, uma empresa de pesca estava causando poluição nas praias através da possível lavagem indevida dos porões de suas embarcações pesqueiras no TPO, e despejando uma mistura de resíduos de óleo com restos de peixes que a empresa não reaproveitava. Essa situação foi condenada e denunciada por lideranças e moradores. Percebe-se, a partir das fontes, o engajamento e luta de parte dos ilhéus pela proteção dos patrimônios ambientais de Caratateua e sua preservação.

Imagem 1: Poluição nas praias de Caratateua



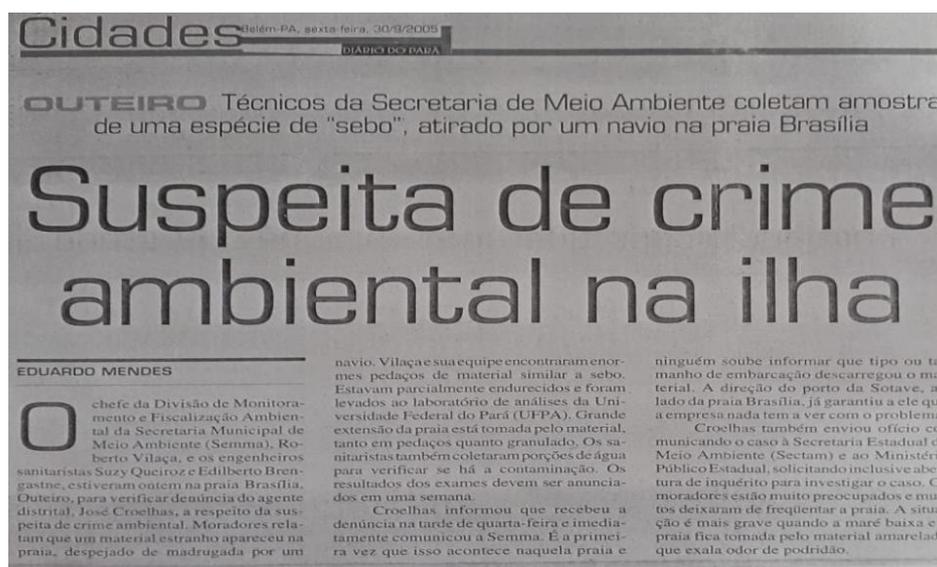
Fonte: Acervo de Raimundo Vasconcelos. Jornal O Liberal, página 02, 28 de dezembro de 1986.

<sup>13</sup> O Liberal é o mais antigo jornal em funcionamento na imprensa paraense. Foi criado em 15 de novembro de 1946 com finalidade político-partidária, como "órgão de comunicação do Partido Social Democrático". Fonte: Revista Comunicação Midiática, v.9, n.1, p.101-119, jan./abr. 2014.

Anos depois, já na década de 2000, um outro acontecimento preocupou a população da ilha. Em setembro de 2005 moradores do bairro da Brasília, onde se localiza o TPO, denunciaram um possível crime ambiental que teria ocorrido na praia da Brasília. Moradores encontraram um tipo de material estranho, que segundo os eles, teria sido despejado de um navio. O material estava espalhado por toda extensão da praia, e se assemelhava a uma espécie de sebo. Na época o material foi coletado e levado para análise nos laboratórios da Universidade Federal do Pará (UFPA). A SOTAVE se defendeu, afirmando que o caso não tinha relação com os navios e suas atividades na região, e no TPO.

Na fonte jornalística da imagem 2, podemos perceber a diferença na escrita, sobre as questões ambientais que ocorreram na ilha. Na imagem 1, o caso é tratado como poluição ambiental, pois na época (1986), essa prática não era tipificada como crime ambiental. Já na fonte jornalística de matéria do Jornal Diário do Pará<sup>14</sup> de 2005, na imagem 2, podemos perceber que, a questão é tratada como crime ambiental, pois nesse período, já vigora a LEI No 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, que versava sobre essa matéria.

Imagem 2: Possível crime ambiental em Caratateua.



Fonte: Acervo de Raimundo Vasconcelos. Jornal Diário do Pará, edição de 30 de setembro de 2005.

<sup>14</sup> Diário do Pará foi criado em 22 de agosto de 1982 pelo atual senador da República, Jáder Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Pará (PMDB-PA), para dar sustentação à carreira política que ele estava iniciando na época.

Na atualidade, ainda existem temores e reclamações por parte de alguns ilhéus, referentes ao TPO. Muitos moradores e moradoras apontam uma série de problemáticas trazidas pelo porto, tais como: tráfego de veículos pesados, em dias de embarque e desembarque. Outra reclamação recorrente é o péssimo estado das vias da ilha, por onde trafegam as carretas, pois tais vias não foram estruturadas para esse tipo de movimentação. O resultado gerado por essa intensa movimentação, é vários trechos de vias com problemas na camada asfáltica e frequentes acidentes que resultam em atropelamentos, que causam revolta por parte dos ilhéus. Outra problemática, citada frequentemente pelos ilhéus, faz referência à Ponte do Outeiro. A obra não foi planejada pensando no grande fluxo de carretas e cargas provenientes do TPO. Portanto, O temor de um desastre é constante, principalmente por ribeirinhos e moradores que trafegam cotidianamente no local. Ainda nos dias atuais, o principal temor de muitos ilhéus é a possibilidade de acontecer um desastre ambiental, causado por possível vazamento de óleo dos navios cargueiros, que circulam na região das ilhas.

Na imagem 3, podemos visualizar o TPO, localizado no lado leste da ilha de Caratateua, com Latitude: 01° 16 40.8' S e Longitude: 48° 28 39.0' W. O TPO é uma extensão do Porto de Belém. O porto está localizado na chamada Ponta do Redentor, à margem direita da baía do Guajará, a uma distância fluvial de 19 km do Porto de Belém. Os acessos ao TPO acontecem por via marítima e rodoviária. Pela via marítima o acesso ocorre via fluvio-marítimo pela da foz do rio Maguari, que deságua na baía do Marajó, e desta, através do Canal do Mosqueiro segue em direção ao Oceano Atlântico. Já o acesso via terrestre ocorre a partir da estrada do Outeiro até a rodovia BL-010 ou rua da Balsa, onde se situa o porto. Na imagem 3, podemos perceber que a construção do TPO alterou a configuração da faixa de areia da praia da Brasília. Destacamos como o píer do TPO desconfigurou parte desse patrimônio ambiental.

Imagem 3: Porto da Sotave



Fonte: dynamistechne.com

A ilha de Caratateua vivenciou outro momento fundamental de sua história, no que se refere aos debates ambientais, em meados da década de 1980. Naquele período circularam notícias da possível construção de uma ponte que faria a ligação da ilha com a parte continental do município de Belém-PA. Até aquele momento, Caratateua, não tinha uma ligação direta com a parte continental do município (FERREIRA, 2012, p.13). A travessia para a ilha, até aquele período, ocorria por meio de barquinhos, e por uma balsa que ligava a ilha ao Distrito de Icoaraci (DAICO), cortando as águas do rio Maguari. O Maguari compõe um dos conteúdos do CPAIC que será apresentado na ferramenta educacional.

Com a eleição de Jader Barbalho<sup>15</sup> (1983-1987) ao Governo do Estado em 1982, iniciaram rumores sobre a construção da Ponte do Outeiro. A circulação dessa notícia, gerou debates entre os ilhéus sobre os pontos positivos e negativos dessa possível obra. Para alguns, a ponte poderia trazer algum tipo de desenvolvimento, renda e empregos, movimentando o comércio e turismo, principalmente nas diversas praias da ilha. No entanto, outros ilhéus argumentavam que a natureza, ou seja, o meio ambiente, poderiam sofrer danos gravíssimos, e até mesmo irreversíveis.

---

<sup>15</sup> Jader Barbalho foi o eleito para governador do Estado do Pará em 15 de novembro de 1982, foi a primeira eleição direta para governador do Estado do Pará desde 1965 após o Golpe militar de 1964. Disponível em: < [www.encontro2012.historiaoral.org.br](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br)>. Acesso em: 07 nov de 2022.

Porém, com a maior circulação de pessoas e a falta de políticas públicas voltadas a preservação ambiental, em pouco tempo, a ilha e seus patrimônios ambientais estariam passando por gravíssimos problemas.

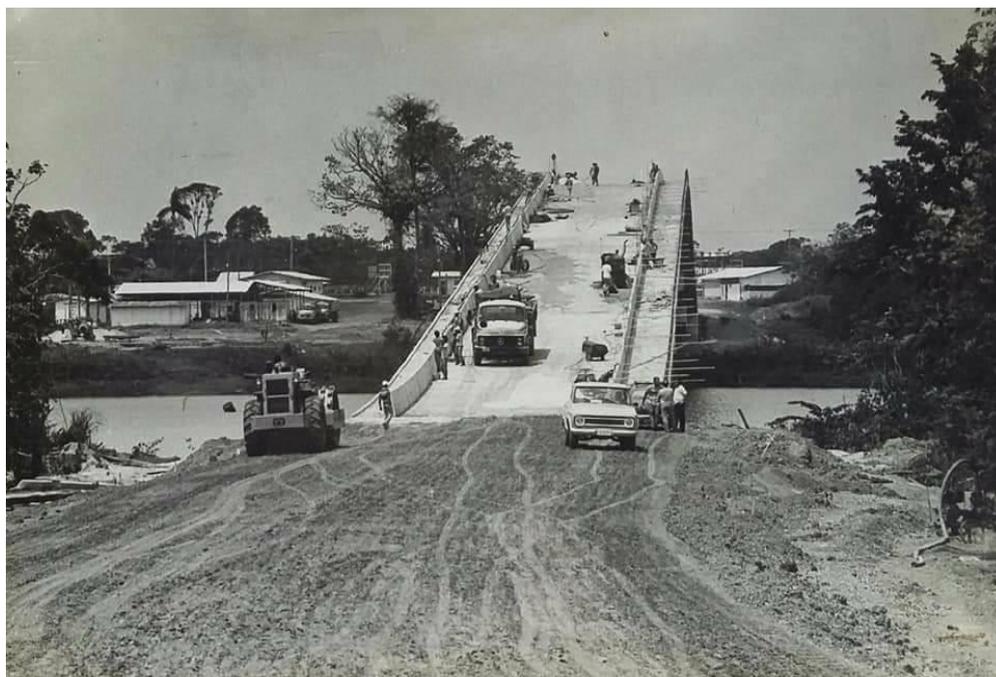
A decisão de executar a obra de uma ponte sobre as águas do rio Maguari, foi tomada pelo então governador Jader Barbalho, sem consultar ou fomentar um amplo debate com os moradores e moradoras. No início do ano de 1986, foram iniciadas as obras da construção da chamada Ponte Enéas Martins<sup>16</sup>. A obra ocorreu de forma célere, e em poucos meses, mais exatamente em outubro de 1986, foi entregue para a população paraense e principalmente para os ilhéus de Caratateua, a Ponte do Outeiro, como é conhecida pela população do município de Belém-PA.

Na imagem 4, podemos visualizar uma fonte fotográfica do ano de 1986, do período da realização das obras da Ponte. Na imagem central, temos em destaque o rio Maguari, que desde a ocupação pelo povos Tupinambás, foi o acesso principal para Caratateua. Outro destaque na imagem, é a diversidade de flora existente na ilha, e de parte da vegetação que se localizava do lado do DAICO, que foram desmatadas para a construção da estrada que daria um novo acesso a ilha e seus patrimônios ambientais. No entanto, a construção da ponte e da estrada mudou a história e a ocupação de Caratateua e a relação dos ilhéus e visitantes com os patrimônios ambientais do lugar.

---

<sup>16</sup> Eneas Martins (1872 —1919) foi um jornalista e político brasileiro. Se formou em ciências jurídicas na Faculdade de Direito de Recife, ao voltar para Belém foi deputado federal de 1894 a 1896, em 1895 fundou um dos maiores jornais da região norte, A Folha do Norte. Foi ministro interino das Relações Exteriores no governo Hermes da Fonseca, de 10 a 14 de fevereiro de 1912. Também foi governador do Pará, de 1 de fevereiro de 1913 a 27 de dezembro de 1916, quando foi deposto por um levante militar. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 07 novembro de 2022.

Imagem 4- Ponte do Outeiro nos arremates finais novembro de 1986.



Fonte: Nelson Marigliani, 1986.

Em fins dos anos 1980, ou seja, pouco tempo depois da entrega da obra, parte dos ilhéus de Caratateua, já demonstravam insatisfação com os problemas que a ligação entre a ilha e a parte continental do município de Belém ocasionou. Segundo esses moradores, com advento da ponte, a ilha se tornou um lugar mais perigoso para se viver, pois teriam crescido os índices de furtos na ilha. Esses ilhéus, tinham receio, que os patrimônios ambientais fossem seriamente degradados. Outra problemática apontada por esses moradores, era a questão do transporte público, que segundo eles, ficou pior, principalmente quando o sistema de balsas foi desativado alguns meses após a inauguração da Ponte do Outeiro.

Os problemas ambientais realmente se maximizaram nos primeiros anos após a construção da ponte, e com isso cresceu a destruição de parte da fauna e flora da ilha que considero parte integrante do Conjunto Patrimonial Ambiental de Caratateua. Uma das regiões mais afetadas, foi a área de floresta da comunidade do Fama. No fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, ocorreu um processo irregular de extração de minérios, que se intensificou com a falta de fiscalização por parte do poder público, como podemos visualizar na imagem 5, que é uma fonte jornalística tirada do jornal O Liberal, na qual a comunidade denunciava as áreas de

floresta nativa que estavam sendo devastadas pelo processo irregular de extração de minérios no local. O acesso facilitado, levou a um crescimento populacional e industrial desordenado. O crescimento acelerado trouxe vários problemas ambientais para Caratateua.

Imagem 5: degradação ambiental em Caratateua



Fonte: Jornal O Liberal, caderno cidade, edição de janeiro de 1997

As ocupações desordenadas, foram fatores desencadeadores do desequilíbrio ambiental, pois aceleraram o desmatamento, a poluição dos rios, igarapés e praias da ilha, ou seja, todo o patrimônio ambiental foi afetado. A fauna e flora, e os processos de preservação desse patrimônio vão ser trabalhados no Mapa Digital. Na seção seguinte, irei abordar sobre o papel das ilhas em alguns momentos históricos, e sobre algumas ilhas que fazem parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT).

## 2.2 AS ILHAS

As histórias, mitos e lendas referentes as ilhas, sempre mexeram com o imaginário das sociedades humanas. Elas foram cercadas por dualidades, simbolismo, significados, imagens e diversidade. Muitas sociedades, desde a Antiguidade, tiveram no ambiente insular seu mito de origem, e até de criação do mundo. Em outras sociedades, as ilhas são vistas como a centralidade do planeta, como um lugar único, onde se encontra a paz e a tranquilidade, ou seja, a ideia de um “paraíso terreal” (DIEGUES,1998, p.7).

No Japão temos os relatos do mito de (*Izanagi* e *Izanami*), que segundo os escritos do livro de crônicas nipônico (*Nihongi*), são irmãos que obedecendo ordens dos “deuses primordiais”, criaram o arquipélago e fundaram a sociedade japonesa. Na China Antiga, os mitos sobre as ilhas chamadas de “paradisíacas”, estavam presentes na cosmologia daquelas populações. Essas ilhas estariam localizadas nos mares orientais. Diversas expedições foram realizadas por imperadores, em busca da “Ilha dos Imortais”, ou ao Monte *K’ouen-louen*, que seria segundo a mitologia chinesa, o centro e eixo do mundo (Ibid, 1998, p. 133 e 134).

No Egito Antigo, existem relatos da chamada Ilha da Serpente, também conhecida como Ilha *Ka*. Segundo essa mitologia, *Ka* seria uma força que os humanos carregam em si, e a possuem por toda sua vida, somente acabando-a com sua morte. Seria, portanto, uma espécie de “força vital”, que garantiria as coisas boas, a existência humana e era visualizada como uma “ilha encantada”. Na Polinésia Francesa, especificamente na ilha de Tonga, existem muitos mitos sobre as ilhas. Segundo esses relatos mitológicos, de antigos moradores e moradoras de Tonga, existiria uma outra ilha denominada de “*Bolotoo*”, que seria maior que Tonga e, que nela, se encontrariam árvores imortais que exalariam um delicioso perfume. Porém, essa ilha não poderia ser habitada por humanos, devido os perigos existentes nela (DIEGUES,1998, p.134).

Na Grécia Antiga, referências aos mitos e as histórias insulares são diversas. A Grécia, é um país que tem boa parte de seu território formado por ilhas. Na mitologia grega por exemplo, boa parte das deusas e deuses, tinham origem nas cíclades gregas, como cita (DIEGUES,1998, p. 136):

A mitologia grega privilegiava a ilha, pois três quartos dos deuses do Olimpo eram insulares. Zeus nasceu em Creta, Hera em Samos, Hermes na Arcádia, Apolo em Delos. Prometeu para permitir que o homem escapasse da animalidade capturou o fogo na Ilha de Lemnos. Poseidon, senhor dos mares, se desentendeu com Zeus e Dionísio pela posse da ilha de Naxos DIEGUES (1998, p. 136).

Assim, segundo o autor, para os gregos antigos as ilhas eram sinônimo de proteção, preparação e espera para ações bélicas, e lugar para se relacionar com outros povos e culturas, lugar de alegria e felicidade. Essa íntima ligação com as ilhas, aparece em vários momentos na mitologia e na história da Grécia Antiga, como em: As Ilhas e a Expedição dos Argonautas, A Viagem de Ulisses e as Ilhas e Vênus e a Ilha entre outras tantas narrativas (DIEGUES, 1998, p.137-138).

Ainda segundo o autor, na Roma Antiga, a visão sobre as ilhas era diferente da visão dos gregos antigos. Para os romanos antigos, as ilhas eram vistas como lugares que faziam resistência a dominação romana. As ilhas, passaram a ser usadas pelos antigos romanos como prisão, ou seja, lugar de se excluir e internalizar opositores políticos, e excluídos da sociedade. Já para alguns povos que resistiram à dominação romana, como por exemplo, os germânicos e celtas, as ilhas eram vistas como lugares sagrados, de luta, resistência e liberdade frente ao avanço imperialista romano. (DIEGUES, 1998, p.147 - 148).

No período medieval, a força da teologia cristã, moveu boa parte das concepções e imaginários sociais. Nesse contexto as ilhas eram vistas como lugares fantásticos e habitados por seres mais fantásticos ainda. As ilhas, portanto, seriam lugares inóspitos, no qual, a religião, a cultura e as leis do medievo não estariam presentes. Os relatos de viajantes como Marco Polo e Jean de Mandeville reforçam essa visão mágica e, portanto, as narrativas míticas do período medieval, como nos relata, (DIEGUES, 1998, p.151):

As descrições dos viajantes medievais, como Marco Polo, mostram as ilhas orientais como locais de grandes riquezas em que os ilhéus apresentam costumes fora da normalidade europeia. No Livro das Maravilhas, em Sumatra, os nativos praticavam a antropofagia e recorriam à eutanásia para apressar a morte dos anciãos, que eram devorados ritualmente. Na ilha de Nicobar os homens e mulheres praticavam sexo “como cães na rua, sem nenhuma vergonha”. Nesse sentido, a insularidade na Idade Média continha os aspectos mais transgressores da sexualidade (DIEGUES, 1998, p.151).

No fim da Idade Média e início da Idade Moderna, no período das chamadas Grandes Navegações, as visões sobre as ilhas não tiveram grandes mudanças. As ilhas, ainda foram vistas como lugar onde poderia estar o paraíso terreal, um mundo maravilhoso, ou um lugar cheio de perigos e monstros. O mar tenebroso “Oceano Atlântico”, e suas ilhas estariam repletos de cinocéfalos, ciópodes, canibais, andróginos, sereias entre outros seres encantados. Os primeiros navegadores europeus, ao chegarem as chamadas ilhas tropicais (ilhas do Caribe), acreditavam estar perto do paraíso, principalmente após os primeiros contatos com os povos originários, na qual os europeus achavam inicialmente que eram sociedades dotadas de uma inocência advinda do chamado paraíso terreal (DIEGUES,1998, p. 164).

Nas terras brasileiras, os portugueses, no início do contato com os povos originários, ainda no ano de 1500, chamaram o lugar de Ilha de Vera Cruz. As terras brasileiras foram vistas inicialmente como uma ilha, e não como uma extensão continental. Para os primeiros navegadores, a ilha de Vera Cruz seria um ponto de parada transitória no caminho para as Índias. Apesar dos conhecimentos sobre o chamado Novo Mundo crescerem a cada viagem e contato, os portugueses, logo no início da dominação e colonização, também associavam a ilha de Vera Cruz a um lugar edênico, ou seja, a um paraíso terreal. Porém, essa realidade, logo mudou com o início do processo de dominação, exploração e colonização. A visão infernal da ilha de Vera Cruz, não demorou a aparecer, pois a exploração, usurpação e escravidão dos indígenas, não demoraram a ocorrer (DIEGUES,1998, p.177).

Com o avançar da ciência, entre fins da Idade Moderna e início da Idade Contemporânea, as ilhas ditas paradisíacas e infernais foram desaparecendo de mapas e portulanos. Os avanços da Cartografia e Oceanografia foram sepultando aos poucos a visão fantástica e mágica das ilhas. Estas no século XIX, passaram a ser as ilhas dos Naturalistas e dos Romancistas. No entanto, esse encantamento humano pela insularidade continua até hoje, pois muitos ainda visualizam nas ilhas uma vida de tranquilidade, saúde, paz e com maior interação com a natureza. (DIEGUES,1998, p.179).

No Brasil muitas ilhas têm sua história, e sua memória carregadas de magia e encantos, lendas e mitos que perduram até o presente, como é o caso das ilhas do Marajó, Santa Catarina (a ilha da Magia) e São Luís (a ilha dos Amores). Apesar da riquíssima história dessas e outras ilhas brasileiras, a contemporaneidade mostra que elas veem sofrendo com diversos problemas socioambientais, tais como:

turismo desenfreado, poluição dos rios e mares, especulação imobiliária fortíssima, entre outros. Por outro lado, esses problemas estão fazendo surgir ou reativando movimentos de resistência por parte dos ilhéus. São Associações, Conselhos e Grupos de moradoras e moradores que buscam se posicionar frente ao avanço do grande capital, que afeta diretamente a vida, a cultura e o cotidiano dos insulares, como é o caso do CONSILHAS. (DIEGUES, 1998, p.240 e 241).

Na Amazônia, as ilhas, compõem um cenário da identidade regional. Temos na região dezenas de ilhas com características bem diversas, como: ilhas fluviais, marítimas, lacustres e até ilhas artificiais<sup>17</sup> construídas a milhares de anos por sociedades indígenas como foi descoberto recentemente. Na Amazônia existem vários arquipélagos, os mais conhecidos são o do Marajó no Pará, Mariuá e Anavilhanas no Amazonas. Ao redor do município de Belém, encontrasse a formação de um arquipélago, que é composto por mais de 42 ilhas, dentre elas as maiores territorialmente são, Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e Combu. Destas 26 fazem parte do Distrito Administrativo de Outeiro DAOUT.

As ilhas desse arquipélago apresentam suas peculiaridades. No entanto, existem características em comum entre elas, “esta ocupação é caracterizada por comunidades ribeirinhas de diferentes dimensões, seja por casas isoladas ou em pequenas aglomerações. Geralmente, as habitações estão junto à água de canais e rios permanentes” (MEIRELLES, 2014, p 3). Essas características são comuns a todas elas, inclusive as maiores. A essas similaridades denominamos de Belém Ribeirinha ou Belém das Águas. São populações que têm seu cotidiano ligado as águas e aos rios. Seu ir e vir, sua forma de obter alimentos e se alimentar, sua dinâmica para gerar rendimentos, suas religiosidades e suas relações com o meio ambiente e a natureza.

---

<sup>17</sup> Arqueólogos do Instituto Mamirauá encontraram 20 ilhas artificiais na região do Médio e Alto Solimões, no Amazonas. A descoberta foi feita em janeiro de 2020, onde foram encontrados pedaços de cerâmicas antigas, revelando que havia presenças de antigas aldeias durante o período pré-colonial e colonial. Fonte: Site [www.mamiraua.org.br](http://www.mamiraua.org.br) Acesso dia 08 de novembro de 2022).

A Insularidade<sup>18</sup> é a dinâmica forjada entre os ilhéus de Caratateua e o exterior, ou seja, a parte continental do município, com sua importância social, econômica e cultural. Na atualidade as ilhas de Belém, estão ganhando força e visibilidade na dinâmica da Região Metropolitana de Belém RMB. Porém nem sempre foi assim. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 20 - 21).

É muito importante fazer uma crítica contundente, e potente sobre as formas com que eram descritos as ilhas e seus habitantes no passado. Geralmente, eram narrativas que desprezavam suas histórias, patrimônios e suas memórias. Portanto, revisitar o Arquipélago de Belém com outros olhares e perspectivas, é fundamental e de suma importância no processo de valorização da história e memória de Belém. Temos que ressignificar a relação dos humanos e a natureza, mostrando o potencial dessa nova visão para o ensino e para a aprendizagem da disciplina história e demais disciplinas, na EJA e demais modalidades de ensino.

O autor João Marcelo Dergan (2005, p. 8) faz uma crítica contundente a cerca dessas antigas visões sobre a história das ilhas:

Com visão realista-romântica, Euclides da Cunha denunciou, em tom de protesto, a exploração dos seringueiros, ou caucheiros, nas relações de trabalho em meio amazônico, no início do século XX, meio este cheio de florestas e rios que encobriam o Homem, que ainda viria a existir e ter importância diante do povo de matas e águas que não o deixavam ser civilizados. As intervenções nas ilhas, neste caso Cotijuba, considera está como espaço vazio, na qual o homem, os 'marginalizados', iriam ocupar estes locais. Desta forma, em ambas as situações, contextos, visões e concepções, a Amazônia não tem história e as ilhas não têm memória.

Uma dessas ilhas é Cotijuba, que faz parte do DAOUT. A ilha tem sua força econômica no potencial turístico, extrativista e a pesca artesanal. Mas nem sempre foi assim. A ilha de Cotijuba já foi utilizada como educandário e prisão, semelhante com o uso de muitas ilhas na Roma Antiga. Em 1933 foi criada a Colônia Reformatória de Cotijuba (Educandário Nogueira de Farias), destinada a ser uma prisão correcional para os chamados "delinquentes" da cidade de Belém-PA e cercanias (DERGAM, 2005, p. 2). Durante o período da Ditadura Militar, Cotijuba foi

---

<sup>18</sup> A palavra insularidade pode considerar-se um neologismo do século XX, porquanto a sua inclusão em dicionários só começou a verificar-se a meados dele, apesar de o radical de que deriva já estar registado no Dicionário de Moraes, em 1813. Em Portugal, insularidade começou por referir-se principalmente às circunstâncias culturais dos habitantes das ilhas, mas num sentido de dinâmica, evoluindo para a predominância do campo da geopolítica e da economia sobretudo por influência das autonomias insulares, marcando assim uma diferença de condições em relação ao território continental. Fonte: Site <http://www.culturacores.azores.gov.pt> Acesso dia 08 de novembro de 2022).

transformada em Ilha-presídio para adultos. Para lá foram levados presos ditos “comuns”, que seriam aqueles que cometeram algum crime tipificado no código penal brasileiro. Porém, para o presídio de Cotijuba, eram levados os chamados presos políticos.

É fundamental usar a história, a memória e os patrimônios ambientais dessas ilhas no ensino de história e nas outras disciplinas. Pode-se, por exemplo, trabalhar a temática da Ditadura Militar no Brasil, e fazer um link desse período com história das ilhas de Belém-PA, utilizando por exemplo, a história do presídio de Cotijuba e a memória dos antigos ilhéus sobre aquele período da História do Brasil. Na imagem 6 podemos visualizar o prédio e alguns militares que trabalhavam no patrulhamento do antigo presídio, chamado de Educandário Nogueira Lima localizado na ilha de Cotijuba.

Imagem 6- Educandário Nogueira de Farias (Cotijuba)



Fonte: Site fotos públicas. Disponível em <https://www.fotospublicas.com>

Outra ilha da DAOUT que carrega muita história e memória, é Tatuoca. Na ilha está instalado um dos dois Observatórios Magnéticos do Brasil. O outro é o Observatório Nacional, localizado na cidade de Vassouras no Estado do Rio de Janeiro, criado por Dom Pedro I em 1827. A função do observatório de Tatuoca, é a captação magnética da Terra, e responsável por medir importantes fenômenos geofísicos. As informações coletadas são empregadas em telecomunicações, pesquisa científica, prospecção de minerais e navegação aérea, terrestre e marítima.

Tatuoca foi palco em um dos mais importantes momentos da história do Estado do Pará, que foi a Revolução Cabana. A ilha serviu de refúgio<sup>19</sup> “Quartel General do marechal Manuel Jorge, após a tomada de Belém pelos líderes cabanos, em 23 de agosto de 1835. De lá, o marechal evacuou a cidade parcialmente, e bloqueou o porto”. Portanto, as ilhas do arquipélago de Belém-PA têm uma diversidade ambiental, social, cultural, gastronômica, histórica e memórias incríveis. Esse potencial deve ser utilizado no ensino de história e outras disciplinas do currículo da Educação Básica.

As discussões desenvolvidas nesse capítulo sobre meio ambiente e sobre algumas ilhas do arquipélago do município de Belém, são base para a construção do MDIC. O produto educacional, vai trazer algumas contribuições no sentido de compreender parte da história da região insular do município, e parte da história de Caratateua, que será tratado no capítulo seguinte.

---

<sup>19</sup> Fonte: texto Alice Palmeira - Assessoria de Comunicação da UFPA (texto publicado pelo Site da Universidade Federal do Pará no dia 16 de agosto de 2017. Pelo Instituto de Geociências em decorrência dos 60 anos do Observatório Magnético da Ilha de Tatuoca.

### 3 TRÊS NOMES, UMA ÚNICA ILHA: CARATATEUA, OUTEIRO E ILHA DAS BARREIRAS: O CONJUNTO PATRIMONIAL AMBIENTAL

O nome Caratateua, é de origem Tupi Guarani, e significa “lugar das grandes batatas”. Segundo a autora Maria Roseli Santos (2007, p.24), “o termo Caratateua, segundo moradores da ilha, está relacionado a um tubérculo, uma espécie de batata nativa chamada *cará*, muito encontrado no início de seu povoamento”. A ilha possui outros dois nomes. O primeiro, e mais antigo, é ilha das Barreiras. Essa nomenclatura faz referência à presença das falésias existentes no local, que se parecem como uma espécie de “front”, como cita Medeiros:

Possivelmente o nome barreiras é anterior ao de Caratateua, por se encontrar denominado a ilha com exclusividade, nas mais antigas cartas sobre a costa paraense. Assim, e, “La carte Partioulière ou mouillage et des abords de la ville du Pará, levée et dressée em 1843, por M M Tandy Montravel, entre os acidentes físicos descritos desde a ponta do Chapéu Virado distrito de Mosqueiro à Baía do Guajará, está o de “ile Barreiras”. Outra carta sobre o estado do Pará, feita em Paris, gravada por A Simon, e contida no Atlas do Brasil de 1909, também apresenta o nome ilha das Barreiras. Mais recentes que as duas mencionadas cartas, existem outras, incluindo as atuais, que trazem ambas as designações, tanto Caratateua, como Barreiras. (MEDEIROS,1971, p.2)

Já a nome Outeiro, faz referência a lugar de “pequenos morros”, por conta das muitas falésias existentes na ilha. Caratateua aparece em documentos, no ano de 1731, quando o Sr. Raimundo Santos requereu a Carta de Sesmaria da Ilha, já com o nome de Outeiro, ao Governador da Capitania do Pará, que na época era parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará, o Capitão- General Alexandre de Souza Freire e que mais tarde foi confirmada pelo Rei de Portugal D. João VI.

Na imagem 7, podemos visualizar um exemplar desse tipo de *cará*, que está plantado na área da horta dentro do espaço do Eco Museu da Amazônia na Escola Bosque. A incidência do *cará*, tubérculo símbolo que dá nome a ilha, era observada em grande parte de Caratateua no passado. Nos dias atuais, é difícil encontrar esse tipo de tubérculo. Os poucos exemplares existentes na atualidade, estão localizados na horta da Escola Bosque dentro do espaço do Eco Museu da Amazônia, e em alguns quintais hortas, cultivados por alguns moradores e moradoras da ilha.

Imagem 7 - Cará plantado em área da horta da Escola Bosque.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sobre o possível processo de ocupação da ilha de Caratateua, pelos Tupinambás, temos poucas referências. Porém o texto: *De colônia agrícola a periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de caratateua* (BARBOSA, et al., 2012) nos dá um caminho para entender como possivelmente teria ocorrido esse processo de ocupação por parte dos Tupinambás:

No “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes”, elaborado por Curt Nimuendaju ([1944] IBGE, 2000), é indicado que todo o trecho da Costa Norte entre a foz do rio Tocantins e o Golfão Maranhense era habitado por tribos dos indígenas Tupinambás. Neste trecho está localizada a ilha de Caratateua, que possivelmente teve os Tupinambás como habitantes nativos. De acordo com o frei Cristobál de Acuña ([1641], 1994), a entrada destes indígenas no interior do vale amazônico pode ter ocorrido como consequência das agressões sofridas no litoral pela ação dos colonizadores no século XVI (BARBOSA, et al., 2012, p.34).

Nessa perspectiva, provavelmente a ocupação de Caratateua por povos originários deve ter ocorrido de forma sazonal “Sabendo-se dos hábitos nômades dos nativos, infere-se que as tribos das cercanias de Belém viviam se deslocando entre as ilhas e o continente. A presença das sociedades indígenas em Caratateua, deve

ter sido caracterizada por grupos que lá permaneciam por algum tempo” (BARBOSA., p.35).

Quadro1: Periodização da formação socioespacial da ilha de Caratateua, Belém-PA.

1º período	Fase de apropriação e ocupação pioneira da ilha	Até meados da segunda metade do século XIX
2º período	Fase de colonização agrícola	Da segunda metade do século XIX ao início do século XX
3º período	Fase de abandono	Do início do século XX à década de 1980
4º período	Fase de integração à dinâmica metropolitana	A partir da década de 1980

Fonte: Adaptado de Barbosa (apud PALHETA DA SILVA, 2012)

O quadro mostra uma possível periodização do processo de ocupação da ilha. O primeiro período, faz referência a fase de apropriação e ocupação pioneira, que se estende até a segunda metade do século XIX, portanto, abrangendo a fase da fundação da cidade de Belém, no ano de 1616, passando pelo período imperial brasileiro. No entanto, nesse longo período temos poucas referencias sobre Caratateua. Uma das poucas referencias trata sobre uma possível divisão das terras da ilha em sesmarias, datada do ano de 1731, como nos relata a autora Maria Roseli Santos (2007, p.24):

Que o dia seis de abril de 1731, o Sr. Raimundo Santos requereu a Carta de Sesmaria da Ilha, já com o nome de Outeiro, ao Governador da Província do Grão-Pará, Capitão-General Alexandre de Souza Freire e que mais tarde foi confirmada pelo Rei de Portugal D. João VI. Outeiro, o bairro mais antigo acabou reafirmando o nome da Ilha que era denominada pelos moradores por Caratateua, até hoje são resistentes a essa tomada e lutam para que o nome da ilha não seja esquecido (SANTOS, 2007 apud GUIMARÃES, 1996, p. 33).

Na literatura que tivemos acesso sobre essa divisão das terras da ilha em sesmarias, não é possível afirmar, se os sesmeiros tomaram posse efetivamente

das terras doadas, e não temos fontes para confirmar se houve um efetivo processo de ocupação de Caratateua naquele período. Possivelmente, a ocupação das ilhas do arquipélago de Belém, foi realizada pelos tupinambás que ainda resistiam ao projeto de dominação metropolitano e ocupavam a região insular. No entanto, populações formadas por mestiços e colonos, também passaram a ocupar e disputar as terras e os recursos naturais existentes da região das ilhas. (BARBOSA, et al., 2012, p.35).

Outra fonte possível para compreendermos esse processo de ocupação da ilha de Caratateua e da região do município de Belém, é dada por SILVA (1995), (BARBOSA, et al., 2012, p.37 e 38) A autora cita, que no período debatido acima, já no fim do século XIX, a ilha e partes das áreas continentais próximas a ela, eram habitadas por algumas famílias que sobreviviam dos recursos naturais existentes na região. Esses ilhéus viviam da pesca, da caça e de pequenas roças. Provavelmente a relação mais próxima desses ilhéus, era com as ocupações presentes na parte continental de Belém, onde se localizava a Vila Pinheiro, atual distrito de Icoaraci. Naquela região tínhamos uma ocupação mais sistemática, como nos relata:

Vale ressaltar que a ocupação ao longo da baía de Guajará ocorreu de maneira lenta e pontual. Houve a instalação de fazendas, engenhos ou olarias, como a fazenda Pinheiro, sesmaria que o português Sebastião Gomes de Souza adquiriu em 1701 na ponta chamada de Pinheiro, foz do furo do Maguari (CRUZ, 1973 apud BARBOSA, et al., 2012, p.38).

No decorrer do século XIX viajantes (pesquisadores), como Johann Baptist Von Spix, Carl Friedrich Phillipp von Martius e Alfred Russel Wallace, relataram a presença e o processo de ocupação ao percorrerem partes da região das ilhas de Belém e partes da área continental mais ao norte do município. Esses viajantes observaram moradias e roças localizadas nas áreas próximas aos cursos d'água, como o rio Maguari que vai ser desenvolvido no Mapa Digital da Ilha de Caratateua. (BARBOSA, et al., 2012, p.38 e 39).

Caratateua viveu o 2º período descrito no quadro 1, como fase de colonização agrícola. Foi nessa fase que ocorreram intervenções através de políticas governamentais voltadas para a ocupação efetiva da ilha, por parte dos poderes constituídos, pelo menos até aquele momento. Essa fase corresponde as últimas décadas do século XIX, ainda no período imperial brasileiro e, no início do século XX, já no período republicano.

Naquela época, a Amazônia brasileira vivia a chamada Belle Époque, e algumas cidades da região amazônica, como foi o caso de Rio Branco-AC, Manaus-AM e Belém-PA, vivenciaram um certo momento de crescimento econômico, devido ao processo de extração do látex. No entanto, a riqueza gerada naquele período, foram mais direcionadas para os centros urbanos dessas três cidades, e principalmente, para as elites, que foram as que mais se beneficiaram com aquele momento econômico da região.

Naquele contexto histórico, ocorreram várias ondas migratórias para a região amazônica. Eram pessoas de fora do país, como: italianos, espanhóis, portugueses entre outras nacionalidades. Esses estrangeiros viviam em países, principalmente da Europa, que em sua maioria, estavam passando por intensas crises econômicas e sociais e, que tiveram suas populações estimuladas por propagandas de seus governos, a buscarem novas oportunidades de vida no continente americano. Outro fator importante nesse processo, eram as propagandas que chegavam as pessoas desses países sobre a Amazônia. Nelas a possibilidade de uma vida melhor poderia se concretizar através do sonho chamado Eldorado<sup>20</sup> (SANTOS, 2007, p.26).

A autora, afirma ainda que, junto com os imigrantes estrangeiros, chegaram brasileiros vindos outras regiões do país, principalmente da região Nordeste. Os retirantes como eram denominados, vinham de lugares em que, os problemas socioambientais eram intensos, como as secas prolongadas, opressão das elites latifundiárias locais e da falta de oportunidades em geral. Esses brasileiros enxergavam na Amazônia, uma oportunidade de alcançarem uma condição de vida digna e com o mínimo de cidadania. Porém, assim como no caso da maioria dos estrangeiros, não foi essa a realidade vivenciada cotidianamente por essas pessoas ao chegarem na região.

As políticas públicas para acolher os imigrantes mostraram-se incipientes, e pouco exitosas. Poucos conseguiram encontrar seu tão sonhado Eldorado, aqui na Amazônia brasileira. Com o passar do tempo, esse fluxo migratório cresceu demasiadamente e, foi preciso o governo intervir, e tentar organizar o que já estava

---

<sup>20</sup> A mais conhecida e divulgada teoria, considera o Eldorado uma invenção puramente indígena, criada com o propósito de ludibriar os gananciosos europeus (NOUHAD, 1988). Outra, de tendência recente, argumenta que este mito foi concebido pelos espanhóis para ocultar o massacre autóctone, servindo na prática para esconder o preço em vidas indígenas da expropriação da terra e de seus minerais preciosos. Fonte: O MITO DO ELDORADO: ORIGEM E SIGNIFICADO NO IMAGINÁRIO SUL-AMERICANO (SÉCULO XVI) Revista de História 136 1º semestre de 1997.

tornando-se, uma ocupação desordenada. Como possível solução, foram criadas as chamadas Colônias Agrícolas em 1873. As Colônias Agrícolas, também conhecidas por Núcleos Coloniais, eram áreas de terras que deveriam ser ocupadas por colonos estrangeiros e nacionais. Essas colônias foram implantadas ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança. Esse modelo de ocupação dirigida, acabou por dar origem a diversas cidades e núcleos de povoamento na região (SANTOS, 2007, p.27).

Muitos dos migrantes que chegavam na região, não iam diretamente para os núcleos localizados no interior do Estado. Na realidade, muitos acabavam ficando na cidade de Belém-PA e cercanias. Naquele contexto, o Governo do Estado do Pará, resolveu criar em 1893, o assentamento agrícola Colônia de Outeiro (QUARESMA, 2006, p. 234 apud SOUSA, 2007, p. 27). O intuito do poder público era fazer da ilha de Caratateua um assentamento para imigrantes estrangeiros e retirantes nordestinos, dentro de uma política de saneamento, higienização e modernização da área central da capital paraense e proximidades. Na visão da elite gomífera, era preciso afastar essa parcela da população das áreas centrais da urbe, levando-os para as áreas periféricas e insular do município de Belém.

Para implementar essa política, foi criado em Caratateua, o Complexo de Hospedaria do Núcleo Modelo de Colonização (Hospedaria de Imigrantes de Outeiro). A Hospedaria de Outeiro começou a criar forma a partir de 1894 como cita o autor Marcos Carvalho (2014, p. 198):

Artigo 11 da Lei n.º 223, de 30 de junho de 1894 que autorizou a introdução de imigrantes. Impresso jurídico que foi sucedido pelo regimento da Hospedaria, editado através do Decreto n.º 131, de 10 de outubro de 1895, que aprovou o Regulamento para o serviço e funcionamento da hospedaria. (CARVALHO, 2014, p. 198).

A hospedaria, seguiu a sistemática que era comumente utilizada na época para a implantação de hospedarias para imigrantes no Brasil. As localizações geralmente estavam em regiões distantes dos centros urbanos, de preferência no litoral ou em ilhas, com foi o caso da Hospedaria de Outeiro. Outro ponto importante dessa localização, era que, apesar da distância do centro, deveriam estar localizadas em locais estratégicos, ou seja, as hospedarias deveriam se localizar próximas a regiões portuárias ou mesmo em ilhas; isto facilitaria a logística dos trabalhos de conferência de documentação, controle médico-sanitário e de alfândega. Portanto, segundo as autoridades da época, se fazia necessário o isolamento dos imigrantes, como política sanitária, pois temia-se possíveis doenças

trazidas por esses imigrados. Outro fator relevante para o Governo ter instalado a Hospedaria na ilha, foi no intuito de acelerar o processo de ocupação do lugar, que se intensificou a partir daquele momento, pois muitos comércios foram instalados para suprir a nova população de trabalhadores e moradores com gêneros básicos de consumo (CARVALHO, 2014, p. 198 -199).

O prédio da hospedaria foi construído na parte sul da ilha, em uma região próxima ao rio Maguari, e de frente para a vila de Icoaraci. O local era cercado por floresta nativa, onde na atualidade se localiza o bairro São João do Outeiro. O rio Maguari era a “estrada”, ou seja, o caminho que possibilitou o funcionamento da hospedaria. No Mapa digital da Ilha de Caratateua, veremos sobre esse importante patrimônio ambiental, e sua relevância para os ilhéus de Caratateua.

O paisagismo do lugar foi feito com o intuito de acolher aos que chegassem, mesmo que essa estadia fosse passageira. Após uma espécie de quarentena<sup>21</sup>, a maioria das pessoas seguiam para localidades, vilas e pequenas cidades do interior do Estado, e principalmente para as Colônias Agrícolas, que se localizavam ao longo da Ferrovia Belém-Bragança<sup>22</sup>. A Hospedaria de Outeiro, funcionou relativamente perene até o início do século XX. Porém, quando a economia gomífera começou a apresentar sinais de crise, e a ocorrer a diminuição dos fluxos migratórios, o governo decidiu pelo encerramento de suas atividades.

O Prédio da antiga hospedaria do Outeiro, não ficou muito tempo ocioso, ou seja, sem uso oficial. Já no ano de 1903, a Intendência Municipal de Belém (Intendente Antônio Lemos 1843-1913) conjuntamente com o Governo do Estado do Pará (Governador Augusto Montenegro 1867-1915), firmaram uma parceria para implantar em Caratateua, o chamado Instituto Orfanológico do Outeiro, A lei nº 850 de 5 de outubro de 1903, que instituiu as bases legais para implantação do projeto. Já o

---

<sup>21</sup> A quarentena é uma medida de saúde pública, que tem como foco uma espécie de reclusão social aplicada às pessoas, que podem ou não terem sido contaminadas pelo agente transmissor de determinada doença, para evitar a sua propagação. Fonte: [www.pronep.com.br](http://www.pronep.com.br) Site Acesso dia 08 de novembro de 2022).

<sup>22</sup> A ferrovia Belém-Bragança marcou o início de um processo político e territorial que tinha por meta suprir a necessidade de interligar as colônias agrícolas integrantes da microrregião denominada Zona Bragantina, assim como, escoar a produção destas até Belém e transportar as pessoas que habitavam a região dando novas formas e funções ao espaço agrário bragantino. Fonte: [www.cbg2014.agb.org.br](http://www.cbg2014.agb.org.br). Acesso dia 09 de novembro de 2022.

decreto nº 1320, de 14 de julho de 1904, baixado pelo então governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, oficializou sua implantação. Contudo, o Instituto Orfanológico, só foi inaugurado de fato na manhã do dia 31 de julho de 1906. O objetivo principal desse Instituto segundo os discursos governamentais da época, era ter um lugar para dar assistência, proteção e propiciar educação para meninos órfãos e desvalidos da Capital paraense e do interior do Estado (PINHEIRO, 2017, p.63).

No entanto, a realidade por trás dos discursos “oficiais” era outra. A criação do Instituto Orfanológico, estava ligada no bojo de outras políticas públicas de “sanitização” e afastamento das chamadas “classes perigosas”, do convívio da elite paraense e do centro urbano da cidade de Belém. Portanto, essas crianças (meninos), eram vistos como potenciais delinquentes e deveriam ser afastados dos filhos e filhas das elites emergentes da economia gomífera, como cita o autor Welington da Costa Pinheiro (2017. p. 84):

O afastamento de crianças, em especial as de origem pobre dos grandes centros urbanos, é uma ação que se fez bastante presente ao longo da história da infância. A acentuação da política de afastamento e isolamentos dos internatos das localidades mais populosas das cidades foi fruto de discursos ideológicos produzidos pelos médicos higienistas, como uma tentativa do controle de doenças. Em outra perspectiva, segregar a criança das classes menos favorecidas economicamente foi uma iniciativa intensificada a partir da difusão dos discursos republicanos, que intencionavam, orientados por conhecimentos de cunho médico e jurídico, normatizar a vida em sociedade. Portanto, retirar meninos e meninas da convivência dos “bons” se tornava uma necessidade, haja vista que as crianças pobres eram categorizadas como criminosos em potencial, os quais deveriam ser regenerados, para assim, retornarem enquanto cidadãos civilizados. (PINHEIRO, 2017. p. 84).

Conforme o autor, essas instituições educacionais nos fins século XIX, e início do século XX, tinham geralmente, como princípios educacionais, uma formação voltada para práticas do mundo do trabalho. Os meninos pobres dessas instituições, eram instruídos dentro de uma educação operária. Portanto, podemos supor, que as elites daquele período, queriam transformar a juventude periférica da cidade de Belém, em mão de obra barata. O que era ensinado aos internos do Instituto, eram ensinamentos morais, cívicos e nacionalistas, com o intuito de disciplinar, higienizar e padronizar os corpos desses meninos, tornando-os “cidadãos” obedientes as ordens, e sujeitos fortes e saudáveis para o mundo do trabalho. Tudo isso aos moldes da nova ideologia republicana implantada no Brasil. (PINHEIRO, 2017. p. 84).

Caratateua, foi escolhida para abrigar o Instituto Orfanológico, por ser considerada um lugar de características naturais ideais para atender e cuidar dos que ali fossem internados. O conjunto patrimonial ambiental da ilha, como suas praias, o rio Maguari e sua fauna e flora, propiciou aos discentes daquela época, um ambiente educacional com muita interação com a natureza. Os jornais da época noticiavam sobre a escolha de Caratateua para abrigar o Instituto Orfanológico, como nos revela o autor Welington Pinheiro:

Installado em um terreno cujas condições topographicas e hygienicas são as melhores possíveis, n'essa formosa ilha banhada pelas águas do rio Maguary e da Bahia santo Antonio, possuindo as belíssimas praias do Caratateua, que se estendem até próximo a Villa Mosqueiro, e onde nos dias feriados os educandos vão em passeio (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.06.1906, p. 1. apudPINHEIRO, 2017, p.81)

O rio Maguari, a terra, as florestas e as praias, seriam lugares salubres para a finalidade pedagógica do Instituto, como podemos observar na imagem 8, que mostra parte da natureza que cercava o lugar. Analisando a imagem, é possível perceber que o paisagismo do lugar foi conduzido no sentido de aproveitar o patrimônio existente na ilha. Muitos desses patrimônios ambientais de Caratateua, como o rio Maguari, serão desenvolvidos no MDIC. A discussão desses patrimônios nesse capítulo, vai dar vazão e subsidiar a elaboração dessa ferramenta educacional que produzi para contribuir no ensino, aprendizado e na preservação da história e memória desses locais.

O Orfanato era ligado pela primeira rua que cortava de sul ao norte da ilha (estrada aberta na época da Colônia Agrícola). Essa primeira rua findava na barreira de falésias, nas margens da Baía de Santo Antônio. Essa via serviu como um corredor para os ventos vindos da Baía do Marajó e auxiliaria, na ventilação da área do Orfanato. O Instituto teve seu fim com a crise da economia gomífera. Naquele momento, muitas instituições tiveram diminuição de atendimento, ou no caso da maioria delas, acabaram sendo fechadas. Foi o caso do orfanato de Outeiro, que teve suas atividades encerradas oficialmente em 1913 (PINHEIRO, 2017, p. 75).

Imagem 8: Instituto orfanológico do Outeiro



Fonte: Álbum do Pará (1908).

Após o término das atividades do Instituto Orfanológico de Outeiro, o lugar ficou um bom período sem uso oficial por parte do poder público estadual ou mesmo municipal. Até que em 1921, foi criado o chamado Patronato Agrícola Manoel Barata, precisamente em 1/12/1921. O Patronato Agrícola foi batizado com o nome de (Manoel Barata 1841-1916), um político paraense que teve destaque nas questões abolicionista e republicana. (THURY,2012, p.37).

Segundo o mesmo autor, o Estado do Pará naquele período, vivia em franca decadência econômica devido o declínio da extração do látex (borracha) na Amazônia. A opção econômica dos governos da época, na região amazônica, era pautada por uma economia pautada eminentemente no extrativismo, principalmente no auge da extração do látex. Essa política econômica acabou gerando um enfraquecimento das atividades agrícolas e por consequência, o não incentivo governamental para o desenvolvimento de diversas outras culturas na região. Com o declínio da extração da goma, o Governo do Estado do Pará, vislumbrou nas atividades agrícolas uma alternativa para a crise vigente, e de tentar inserir os novos profissionais que seriam formados na escola agrícola, no processo de desenvolvimento das Colônias Agrícolas do Estado. (THURY, 2012, p.51).

Outra preocupação que os governantes e as elites decadentes do Pará na época tinham, era em relação as chamadas “classes perigosas”, com um número crescente de desempregados e desvalidos devido à crise econômica e social, o

Estado procurou criar políticas públicas para afastar esses cidadãos e cidadãs dos centros urbanos, e ao mesmo tempo propiciar uma educação para esses jovens voltada para o mundo do trabalho, pautada em ofícios ligados a agricultura e, assim, inseri-los no mercado de trabalho como mão de obra barata campesina para as elites agrárias do Estado.

O Patronato Agrícola Manoel Barata estava inserido nas políticas públicas republicanas de educação, que eram pautadas na lógica do mundo do trabalho. O Governo Republicano investiu nessa modalidade de ensino, que reforçou ainda mais o modelo agroexportador da nossa economia nacional. Porém, vale ressaltar que aquela educação rural, era direcionada para os filhos e filhas da classe trabalhadora. Nas cidades, esse modelo de educação profissional, também foi implementado, contudo, o intuito do Governo era o de criar mão de obra barata urbana, para o recémprocesso de industrialização brasileira, como nos relata a autora Inácia Maria Carneiro Thury:

Nesta instituição, são passíveis de serem observadas as características da Educação Profissional para a época, implementada em grande parte do território brasileiro: direcionada aos órfãos e desvalidos de fortuna e aos desfavorecidos da sorte, reforçando a dualidade de uma educação direcionada à elite condutora e outra destinada às classes que iam servir como mão-de-obra (THURY, 2012, p. 52).

O Patronato Agrícola foi instalado estrategicamente na ilha de Caratateua, o Governo do Pará aproveitou a imensa área natural, composta por florestas nativas, bosques frutíferos e o potencial do rio Maguari (transporte, abastecimento, irrigação das plantações, pesca e lazer). A Escola funcionou por décadas, quando pelo Decreto nº 70.688, de 08 de junho de 1972, o Colégio Agrícola Manoel Barata foi transferido para o município de Castanhal-Pa. A mudança ocorreu devido o eixo de desenvolvimento do Estado ter sido direcionado para as rodovias, a partir das décadas de 1960 e 1970, onde a logística de transporte de pessoas e produtos, seria maior. Com a transferência da escola agrícola para a Castanhal, Caratateua passou por um processo de quase abandono por parte do poder público. (THURY, 2012, p.54).

A partir da década de 1970, de forma gradativa, a ilha foi se transformando num lugar com características de balneário, principalmente para a população dos bairros periféricos da RMB. Entre os anos de 1970 e meados de 2000, Caratateua, efetivamente se tornou o principal balneário disponível para a população paraense, principalmente para trabalhadores de baixa renda.

Durante os anos de 1970 até outubro de 1986, a principal travessia de ilhéus, visitantes e turistas para a ilha, ocorria por meio da “travessia do barquinho”, que hoje faz parte do bairro da Brasília. Na imagem 09 destaco uma fonte fotográfica do período quando apenas barquinhos e uma pequena balsa fazia a travessia pelo rio Maguari para Caratateua. Percebe-se a importância desse rio para a história da ilha e de seus ilhéus.

Imagem 9: Trapiche do barquinho.



Fonte: P. Lacerda (1971).

A partir da construção da Ponte do Outeiro em 1986, Caratateua se firma como o principal balneário natural dos paraenses de baixa renda. A ponte que ligou o continente a ilha, maximizou a presença de visitantes e turistas, que passaram a lotar seus patrimônios ambientais, principalmente suas praias nos fins de semana, feriados e períodos de férias escolares.

Dessa época até à atualidade, Caratateua não deixou de ter essa característica de principal balneário natural popular da RMB. No entanto, a partir de fins da década de 1990 e início dos anos 2000, outros lugares e ilhas com balneários naturais, passam a dividir espaço com Outeiro. É caso das ilhas de Mosqueiro e Cotijuba, e os diversos balneários ao longo da rodovia PA 483, denominada Alça

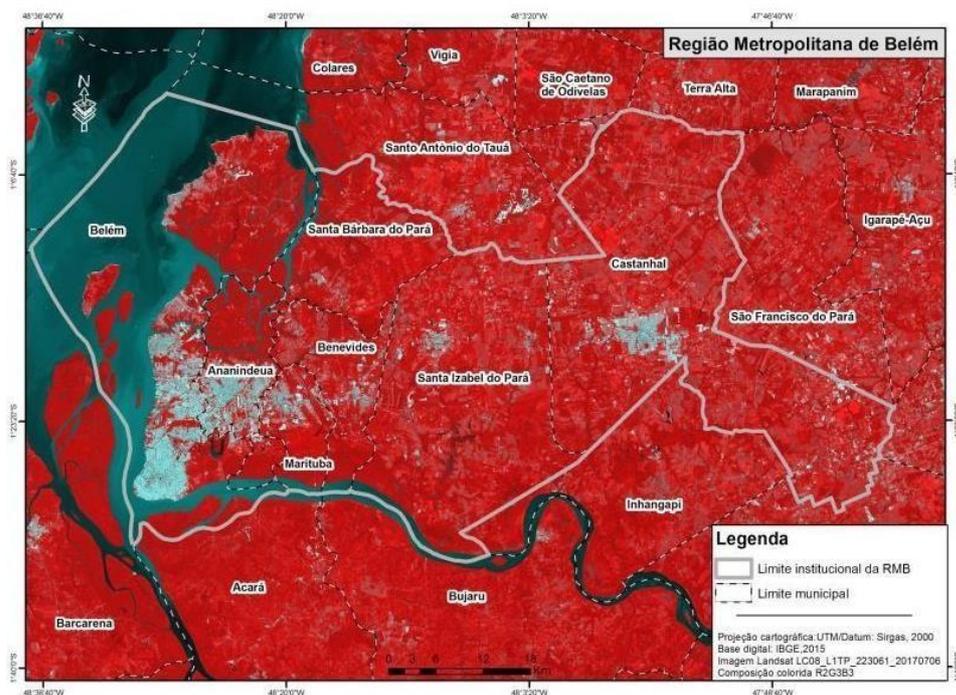
Viária. Na imagem 10 destaco a RMB, com a área continental e a região das ilhas. Na imagem é possível observar os municípios de Barcarena e Acará, que são cortados pela PA 483, onde se localizam diversos balneários, que passaram a ser visitados com maior frequência pela população da RMB após a inauguração dessa rodovia.

A ilha do Mosqueiro foi um dos principais balneários frequentados pela chamada elite da borracha, em fins do século XIX e início do século XX. Depois do declínio da extração e exportação do látex na Amazônia, Mosqueiro passou nas décadas seguintes a ser frequentada por uma classe média da RMB. Até a década de 1970, a principal forma de se chegar à ilha, era através da via marítima, com embarcações que saiam do Porto de Belém, rumo ao trapiche localizado na Vila de Mosqueiro.

Na década de 1970 foi construída a ponte sobre o Furo das Marinhas, que fez a ligação por terra para Mosqueiro. Ainda assim, por conta da distância, despesas e por um número pequeno de paraenses possuir automóveis particulares naquele período, a ilha continuou a ser frequentada em maior quantidade por uma classe média basicamente.

Porém, no fim da década de 1990, o então prefeito do município de Belém, Edmilson Rodrigues, conseguiu quebrar o monopólio de uma empresa de transporte que fazia a rota entre Belém e Mosqueiro. A partir desse momento, outras empresas passaram a ofertar transporte para a ilha, e praticar o preço da tarifa urbana da cidade de Belém. Essas mudanças tornaram o balneário mais acessível para a população de baixa renda, que em meados da década de 1990 passaram a frequentar as praias e a Ilha mais assiduamente.

Imagem 10: Região Metropolitana de Belém.



Fonte: SEMAS - PA. Mapa produzido por Sérgio Silva.

A ilha de Cotijuba passou a ser outra opção de lazer e contato com a natureza para a população da RMB. Em meados da década de 1990, já no governo do prefeito Edmilson Rodrigues, foi ampliada as possibilidades de transporte para a ilha. Foram disponibilizadas embarcações que passaram a operar de forma mais regular. E a implantação de um navio que passou a cobrar o preço de uma tarifa de ônibus urbano do município. Todas essas ações tornaram Cotijuba um lugar de atração para boa parte da população da RMB.

No início dos anos 2000, com a inauguração da rodovia estadual PA 483 (Alça viária). A população da RMB, passou a ter acesso a diversos balneários localizados no entorno dessa rodovia, passando a ser uma boa alternativa para a população ter contato com a natureza dessa região. Apesar das mudanças significativas, no fluxo de pessoas em busca de lazer e contato com a natureza em outras regiões da cidade ou próximas dela. Caratateua, ainda se mantém atualmente como um dos balneários mais procurados pela população, principalmente, os de baixa renda da RMB.

A ilha, em fins dos anos 2000 e início da década de 2010, passou por um intenso processo de ocupação. Caratateua entra em definitivo na conjuntura de avanço do processo de metropolização, passando a conviver com diversas formas de ocupação de seu espaço, e os conflitos advindos desse processo. A segunda década do século XXI veio com um avanço feroz as terras da ilha. As problemáticas habitacionais do município de Belém, que já tinham afetado Caratateua nas décadas anteriores, com as ocupações espontâneas que surgiram e se localizaram no eixo central oeste da ilha, ocupando terras dos bairros da Brasília, Água Boa e São João do Outeiro. Passaram a avançar para a região leste, que até então, era a mais preservada (VASCONCELOS e AMARAL, Curitiba, 2021, p. 19143).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, Caratateua, vivenciou um processo de intensa especulação imobiliária. Parte significativa de suas terras, foram incorporadas ao condomínio horizontal, Complexo Alphaville. Essa construtora de alto padrão, adquiriu uma extensa área de floresta da ilha, para construir seu empreendimento. No local existia uma grande área de floresta nativa e nascentes de água. Durante a construção, a maior parte da floresta foi derrubada e uma nascente foi adaptada como “piscina natural” para os moradores do condomínio. Anos depois, uma outra grande área da ilha, próxima ao rio Maguari, e contendo furos de pequenos rios, foi vendida para servir como centro de treinamento de futebol para o Clube do Remo-Pa. Observa-se que a força do capital imobiliário e especulativo, tem avançado na ilha, e com ele, o aumento do desmatamento e o pouco, ou nada de cuidados por parte desses empreendimentos com o Conjunto Patrimonial Ambiental da ilha e sua preservação. (VASCONCELOS; AMARAL, 2021, p. 19145 e 19146).

Nos anos de 2013 e 2014, entra em cena o poder do Estado com o início das obras do residencial Viver Outeiro. O condomínio residencial popular, está inserido no programa habitacional Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Novamente uma área de mata foi colocada abaixo para a realização do empreendimento. No início, muitos ilhéus, até se manifestaram a favor do empreendimento, na expectativa de conquistar sua moradia própria. No entanto, após o processo de seleção de contemplados, foram poucas as famílias residentes na ilha, que conquistaram uma das 1008 unidades habitacionais do Viver Outeiro. A obra ficou parada entre 2014 e 2022. Com a chegada do presidente Luís Inacio Lula da Silva ao poder, as obras foram retomadas no início de 2023. (VASCONCELOS e AMARAL, 2021, p. 19148 e 19149).

Imagem 11: Representação dos três assentamentos



Fonte: Trabalho de campo e recorte sobre Imagem Google Earth, 2017, adaptado pelos autores; onde figuras a, b, c, d e f (O autor, 2017); figura e: site da empresa *Alphaville*. (apud VASCONCELOS; AMARAL, 2021).

Na imagem 11, destaco os três processos de ocupação recentes na ilha. O residencial Viver Outeiro, ocupa a menor e mais concentrada área. A ocupação Newton Miranda ocupa uma boa área do bairro Água boa e comunidade do Fama, chegando até a praia do Queral, localizada mais a leste da ilha, e banhada pelas águas da baía do Marajó. No entanto, é o empreendimento particular, condomínio Alphaville, que ocupou a maior parte das terras da região centro leste de Caratateua. O destaque em vermelho, mostra a parte destinada para a venda de lotes. No entanto, as áreas ao redor dessa marcação até próximo a ocupação Newton Miranda, são partes integrantes das terras do Alphaville.

A ilha passou por um grande processo de ocupação no início da segunda década do século XXI, que foi a formação do assentamento Neuton Miranda, em terras a leste. Essa grande ocupação gerou muitos conflitos entre os envolvidos no

processo de ocupação, e um grupo empresarial local, que se dizia proprietário das terras em disputa. Depois de muita luta, conflitos, resistência e ações na justiça, os assentados conquistaram o direito sobre a área, e passaram a denominar o local de comunidade Neuton Miranda. A comunidade está localizada nas margens das baías de Santo Antônio e Marajó. Na região, fica a praia do Queral, como era denominada por antigos ilhéus. No entanto, os novos moradores, passaram a denominar a praia de Belo Paraíso.(VASCONCELOS e AMARAL, 2021, p. 19150-19154).

Nas últimas duas décadas, Caratateua, vem sofrendo intervenções de diversas esferas, tanto públicas, quanto privadas, fruto do processo de expansão habitacional da capital paraense que avança para a região insular. Esse avanço, traz enormes desafios para a preservação do conjunto patrimonial ambiental da ilha que destaco nessa dissertação.

A Ilha de Caratateua, possui um conjunto patrimonial ambiental. São lugares com uma natureza e história riquíssimas. Selecionei alguns desses patrimônios (As Praias, o rio Maguari, o Bosquinho e a Fauna e Flora da ilha. Essa diversidade de patrimônios ambientais pode ser utilizada no ensino de história em outras disciplinas do currículo da Educação Básica e na EJAI. Esse conjunto, vai ser tratado na próxima seção.

O Conceito de Patrimônio Natural, começou a se alicerçar a partir da década de 1970, pelo menos no âmbito internacional, principalmente depois da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada na cidade de Paris no ano de 1972. No entanto, no Brasil o conceito de patrimônio natural aparece desde a década de 1930. Contudo a autora Simone Scifoni nos alerta para o uso do conceito e seu significado na década de 1930:

Dessa maneira, compreender o significado do patrimônio natural hoje demanda um exercício de busca de suas raízes conceituais, o que deve ser feito considerando necessariamente o universo da proteção da cultura e do patrimônio cultural. Este é um alerta inicial obrigatório: o debate sobre o patrimônio natural não se sustenta desconsiderando o fato de que o patrimônio natural é uma das diferentes categorias do que se chama de patrimônio cultural, não sendo, portanto, seu concorrente, nem seu paralelo. Assim como existem o patrimônio edificado, o imaterial, o arqueológico e, mais atualmente, a paisagem cultural como uma nova categoria, o patrimônio natural é mais um a se somar neste conjunto, sendo que a sua proteção deve ser feita, no Brasil, por meio do tombamento (SCIFONI, 2018, p. 36 e 37).

Partindo desse entendimento sobre os significados de patrimônio natural e sua instituição a partir da ferramenta do tombamento, temos no país a implementação do Decreto-Lei Federal n. 25, de 1937. Esse decreto procurava salvaguardar o patrimônio natural que estava naquele momento incluído no patrimônio histórico e artístico, através de uma ampliação da noção de outros possíveis bens na perspectiva do tombamento, como no caso os chamados monumentos naturais, sítios e paisagens notáveis. (SCIFONI, 2006).

Na década de 1950 tivemos um pequeno avanço na conceituação de patrimônio natural. A legislação do Paraná, trouxe a denominação “patrimônio histórico, artístico e natural em sua lei no. 1.211/53, que dispunha sobre o patrimônio histórico, artístico e natural (KERSTEN, 2000 apud SCIFONI, 2018, p.37). Porém, somente na década de 1970, em diante que o conceito de patrimônio ambiental ganhou notoriedade com os escritos do professor e geógrafo da Universidade de São Paulo, Aziz Nacib Ab’Saber. O professor Ab’Saber era conselheiro do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), e no ano de 1976, elaborou um texto chamado “Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo”, esse texto serviu de base para as ações propostas referentes ao patrimônio natural pela Condephaat. (SCIFONI, 2018, p. 37).

Para o Professor Aziz Nacib Ab’Saber, em relação ao patrimônio natural, era necessário levar em consideração a questão do processo de valor, diante da realidade espacial que o patrimônio natural esteja localizado. Nesse sentido, o professor cita o valor ou o reconhecimento dos patrimônios naturais que deveriam ser vistos pelo prisma do valor relacional do lugar, e que poderiam contribuir no seu processo de preservação, como cita a autora Simone Scifoni:

Em outras palavras, a ideia central era que, no contexto da modernização da agricultura, da urbanização e industrialização em São Paulo, determinadas áreas assumiam um significado especial que, em outras circunstâncias, talvez não tivessem. Como exemplo, um fragmento de mata ou uma área verde residual em contextos de grande urbanização ou de escassez geral destas formas adquirem “patrimônio” como significado, independentemente de sua dimensão, da qualidade das espécies encontradas ou de seu estágio sucessional. (SCIFONI, 2018, p. 38).

O patrimônio natural passa a alocar em termos conceituais aspectos ligados a natureza e os seus significados sociais. Nesse sentido, a Constituição Federal

de 1988, artigo 216º, versa e reforça o patrimônio natural, como incluso na conceituação do patrimônio cultural brasileiro, através dos chamados sítios de valor paisagístico, ecológico e científico, que trazem em si, as questões de identidade, memória e história de diversos e diferentes grupos sociais. (SCIFONI, 2018, p. 42).

O patrimônio ambiental é visto como uma categoria de elementos naturais que se evidenciam na perspectiva do patrimônio e da cultura, e na proteção da natureza e do meio ambiente, e estão lincados com valores diversificados, como a questão paisagística, ecológica e científicas, que se unem a critérios de caráter subjetivo, como beleza, monumentalidade e excepcionalidade, que são atribuídos pelos que se relacionam com esses patrimônios, como é caso de parte dos ilhéus de Caratateua e suas relações com as praias, rios, fauna e flora e o Bosquinho.

Para o geógrafo Eduardo Yázigi (2012, p. 28) a noção de patrimônio ambiental é por exemplo:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir. (YÁZIGI, 2012, p. 28).

A autora Maria Cecília Londres Fonseca, também corrobora com a importância de valorização do patrimônio ambiental. Ela cita a questão das políticas de preservação dos patrimônios ambientais em países em desenvolvimento. A preservação dos recursos naturais e das manifestações e a “sobrevivência de formas de vida, ou melhor, de “formas de expressão” e “modos de criar, fazer e viver” diversificados, em geral mais apropriados aos recursos naturais disponíveis na região, torna não só esses recursos, como os conhecimentos a eles associados, uma riqueza” (FONSECA, 2003 p. 74.). Nesse sentido, segundo a autora, é importante vislumbrar meios de se preservar e valorizar o patrimônio ambiental, e principalmente as relações que esses patrimônios possuem com a comunidade. Na mesma perspectiva dos autores acima, considero que as Praias, o Bosquinho, o rio Maguari

e a fauna e flora da ilha de Caratateua, como potenciais patrimônios ambientais da região insular do município de Belém do Pará.

Na sequência, apresento o Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua, que me deram subsídios, a partir da história, memória, usos e importância para os ilhéus, para o desenvolvimento do produto educacional.

### **3.1 AS PRAIAS DA ILHA DE CARATATEUA**

As praias na história, tiveram vários usos e formas de ocupação pela ação dos humanos. As sociedades ocidentais e capitalistas criaram relações com o mar, rios e praias de forma diversa ao longo do tempo. O imaginário sobre as praias se difundiu principalmente a partir do século XVIII, com o desenvolvimento do sistema capitalista, das atividades turísticas e dos meios de comunicação, que passaram a difundir práticas e usos dos territórios praianos de forma predatória em relação aos seus usos e ocupações (RAMOS, 2009, p.7).

As praias começaram a ser usadas com mais frequência a partir do século XIX, quando iniciaram indicações médicas, no sentido que o banho de mar poderia ajudar nos tratamentos de algumas doenças (RAMOS, 2009, p. 41). Antes disso o mar, e, portanto, as praias eram vistas no mundo Ocidental, com uma visão de certa forma, até repulsiva. Segundo o historiador francês Alain Corbin, temos ainda nos relatos bíblicos, como na passagem sobre Noé e o Dilúvio, uma visão negativa, pois as águas seriam “esse elemento indomável e, portanto, manifestaria o incabamento da criação. O oceano constituiu a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para tornar-se natureza criada, de que lhe fosse imposta uma forma” (CORBIN, 1989, p.12).

Os gregos antigos tinham uma visão negativa, e muitas das vezes pragmática sobre o mar e as praias. Para eles, o mar um lugar de monstros da mitologia. Esses deuses e deusas estavam ali para ajudar, e as vezes atrapalhar a navegação, caso fossem contrariados pelos seres humanos. As praias eram vistas com um olhar de impureza, e até diziam que as águas do Mar fediam. As praias na maioria das vezes, eram o local do embarque e desembarque de tropas e, até de início de algumas batalhas. Esse imaginário atravessou séculos, e só começou a mudar entre os fins do século XVII e início do XVIII com o fortalecimento dos discursos médicos (RAMOS, 2009, p. 35 e 36).

No século XVIII aos poucos as praias e as águas do mar foram sendo apropriadas pelos banhistas. Primeiro por países da Europa Ocidental, e tempos depois, nos Estados Unidos. Nesse contexto de maior circulação de pessoas nos ambientes praianos, começaram a surgir e se desenvolver outras estruturas, como é o caso do turismo, serviços, construções e transportes. O desenvolvimento no uso das praias foi importante no sentido de “os primeiros balneários ingleses, franceses, espanhóis e holandeses voltados para hospedagem, alimentação, lazer e para o mais importante das funções que é a prática do banho de mar fossem criados e logo se tornassem símbolo e sinônimo de turismo moderno” (RAMOS, 2009, p. 15). Lógico que essa ocupação e desenvolvimento seguiam os preceitos do sistema capitalista, que estava em pleno desenvolvimento no século XIX. A lógica capitalista passou a atuar nas praias como uma nova moda, e claro, seguida da exploração dos trabalhadores e da maximização de lucros da classe burguesa (RAMOS, 2009, p.15).

No Brasil, as praias passaram a ganhar importância a partir do século XIX, quando os portugueses que vieram de fuga da Europa junto com a Família Real, passaram a repetir o modelo europeu do uso das praias aqui na América Portuguesa. As praias brasileiras eram excelentes para esse intuito, pois tinham um clima favorável quase que o ano todo (RAMOS, 2009, p. 15 -16).

A ilha de Caratateua é repleta de praias. As praias representam para os ilhéus e os seus visitantes, lugar de lazer, trabalho, contemplação da natureza, práticas esportivas, de encontros, socialização e de religiosidade. As areias, as águas dos rios e a fauna e flora presente nelas, carregam parte da história de Caratateua e da RMB. As praias da ilha, são compartilhadas e vivenciadas por toda uma coletividade, que possui uma identidade e uma memória afetiva ambiental.

A maioria das praias, estão localizadas de frente para as baías de Santo Antônio e Marajó, como é o caso das praias Grande, Amor, Brasília, Prainha, Artistas, Barro Branco e da praia do Qeral, recém ocupada e nomeada pelos novos moradores de praia do Belo Paraíso. Caratateua, tem uma praia localizada no sul da ilha, próxima a foz do rio Maguari, que é denominada praia do Redentor. Esse patrimônio ambiental praiano, será desenvolvido no Mapa Digital da Ilha de Caratateua.

A Praia Grande, é o patrimônio ambiental mais frequentado e conhecido da ilha e da RMB. A praia, está localizada, na região centro norte. Essa localização geográfica, facilita o acesso dos ilhéus, visitantes e turistas. O Uso da praia Grande por humanos, é bem antigo. Logo após a criação da Colônia Agrícola do Outeiro, foi aberta uma estrada que ligava o início da Colônia, até próximo o início da praia. Com a criação do Instituto Orfanológico do Outeiro e, tempos depois, do Patronato Agrícola Manoel Barata, e a abertura da primeira rua de acesso, houve uma intensificação no fluxo de moradores, funcionários, internos e estudantes à praia Grande. Ela passou a ser utilizada como balneário para as crianças que estavam internadas no antigo Instituto Orfanológico e posteriormente, pelos alunos da Escola Agrícola de Outeiro.

Nas décadas entre 1930 e 1960, as praias de Caratateua foram gradativamente sendo utilizadas na perspectiva de balneário para moradores e visitantes. No entanto, foi década de 1970, com a transferência da antiga Escola Agrícola de Outeiro para o município de Castanhal-PA, que a praia Grande passou a condição de principal balneário da RMB. Até aquele período, os acessos a ilha ocorriam através de embarcações que atracavam em pequenos trapiches<sup>23</sup> de famílias de ribeirinhos ou nas áreas de praias. O único local para embarque e desembarque, era um pequeno trapiche que ficava no antigo Colégio Agrícola. Essa história mudou, com a construção de um acesso via rampas nas margens do rio Maguari, onde hoje está localizado o bairro da Brasília e uma outra rampa construída na outra margem do rio, do lado do Distrito de Icoaraci próximo a chamada sétima rua.

Naquela época foi construída uma estrada que ia da rampa (descida do barquinho como é chamada pelos populares de Caratateua), e seguia margeando as falésias da ilha, até chegar no início da praia Grande. No passado, essa estrada era denominada estrada da Coreia. Hoje em dia essa via se chama Avenida Beira Mar. As rampas de acesso, possibilitaram o transporte de pessoas e mercadorias via balsas, e por barquinhos que realizavam a travessia da ilha para o continente.

---

<sup>23</sup> Trapiche é uma estrutura de madeira construída sobre a água em formato de ponte, destinada à atracação de embarcações. Como a região amazônica é muito visionada para transporte fluvial, logo, são construídos esses tipos de atracação de embarcação para facilitar o embarque e desembarque. Fonte: [www.portalamazonia.com](http://www.portalamazonia.com) Acesso dia 09 de novembro de 2022.

Em meados da década de 1980, a construção da Ponte de Outeiro, e a abertura de uma estrada de ligação da ponte até a praia Grande, maximizou a circulação de moradores e visitantes para as praias da ilha, efetivando Caratateua como o balneário mais frequentado do Estado do Pará.

A praia Grande tem uma diversidade de usos por parte de moradores e visitantes. Alguns desses usos são voltados para rituais religiosos. É caso, por exemplo, do Festival de Iemanjá<sup>24</sup>, promovido por grupos ligados a religiões de matriz afro e do Batismo Coletivo direcionado por igrejas evangélicas cristãs.

O Festival de Iemanjá, teve início na década de 1970. Naquela época, a ilha passou a receber de forma espontânea, grupos que realizavam suas homenagens a Iemanjá. A origem do Festival no Pará, segundo o Antropólogo João Simões Cardoso Filho (p.21, 2015), teria ocorrido na década de 1970 “O primeiro Festival aconteceu em 1971, na passagem do dia 7 para o dia 8 de dezembro, na praia do Cruzeiro, no Distrito de Icoaraci.

O festival teve início, portanto, na praia do Cruzeiro. No entanto, ainda nos anos de 1980, a Associação de Amigos de Iemanjá (AAI), transferiu as homenagens e o Festival, oficialmente para a praia Grande. Por conta da geografia do Estado do Pará, os rituais, oferendas e agradecimentos a Rainha do Mar são realizadas tanto na parte atlântica do Estado, com suas praias de água salgada como (Algadoal, Salinas, Marudá, Ajuruteua entre outras), como também, nas praias de água doce, como são chamadas aqui na Amazônia Paraense as praias de rio, como é o caso das praias de Caratateua, Mosqueiro, Cotijuba entre outras tantas da região do arquipélago do município. Com o passar da década de 1980 e início dos anos 1990, a festividade cresceu, tanto em número de adeptos, frequentadores, e em infraestrutura.

A festividade tem início na noite do dia 07 de dezembro, quando por volta das 18:00 horas, quando começam os ritos, que acontecem na Aldeia Cabana Davi Miguel<sup>25</sup> no bairro da Pedreira na cidade de Belém-PA. Após a realização dos primeiros rituais, tem início um cortejo de cerca de 28 km até a praia Grande. No local é montada uma estrutura com arquibancadas e espaço central para receber a imagem da Rainha do Mar. Por volta das 23:00h começam os rituais já nas areias da praia Grande.

---

<sup>24</sup> Yemanjá, cujo nome deriva de *Yeye oman ejá*, "Mãe cujos filhos são peixes", é o Orixá dos Egbás, uma nação yorubá estabelecida outrora na região onde passa o rio Yemanjá, e obrigada a emigrar para o oeste, por causa da guerra entre nações. Fonte: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br). Acesso dia 09 de novembro de 2022.

A meia noite acontece o ápice da festividade, com a realização dos ritos tradicionais e, na sequência ocorre um dos momentos mais tradicionais e simbólicos do festival, que é o momento das oferendas nas águas da baía do Marajó em homenagem à Iemanjá.

Nesse momento é possível observar nas águas do rio Pará, várias canoas de pescadores fazendo suas oferendas e agradecendo a fartura, pesca e proteção dadas por Iemanjá. Os que estão em terra, também fazem suas oferendas, pois muitos colocam flores em pequenos barcos de isopor ou Meriti, e lançam ao Rio-Mar como forma de gratidão e agradecimento a Rainha do Mar, como podemos visualizar na imagem 12, na qual uma praticante de alguma religião de matriz africana faz sua oferenda para sua Orixá Iemanjá na noite do festival de Iemanjá no ano de 2021 nas ondas do Rio-Mar, na praia Grande.

Imagem 12 -Festival de Iemanjá de Outeiro



Fonte: MONTEIRO, 2021.

---

<sup>25</sup> Aldeia Cabana de Cultura Amazônica Davi Miguel (1926-2000), é o local dos desfiles das escolas de samba de Belém do Pará. Davi Miguel "David Miguel foi um compositor do cotidiano, da vida boêmia da nossa cidade, seu samba Theatro da Paz; Cem Anos de Arte no Pará, samba enredo do 'Quem São Eles' para o Carnaval de 1978 foi considerado um dos 10 mais belos em todo o Brasil naquele ano e divulgado no LP Brasil Canta Samba Enredo". Fonte: Jornal O Liberal, 03 de janeiro de 2023.

O Batismo Coletivo, é outra manifestação religiosa, que ocorre nas praias da ilha de Caratateua. Porém, a concentração maior de participantes fica localizada na praia Grande. Sua realização, ocorre desde meados dos anos 2000. O Batismo, é organizado por diversas igrejas evangélicas neopentecostais, e acontece geralmente no mês de dezembro. O batismo, é um rito ligado a purificação, onde é realizada a imersão da pessoa nas águas. Esse rito, é realizado geralmente nas águas dos rios, mar e fontes de água em geral.

As praias da ilha, foram escolhidas por igrejas cristãs neopentecostais, para a realização do Batismo Coletivo, principalmente por conta de sua localização, e acesso, mais facilitado para os outros bairros da RMB, e de municípios próximos. O fácil acesso, e a diversidade de praias, com excelentes faixas de areia, é fator fundamental para acomodar o evento religioso. Esses pontos favoráveis, fizeram das praias de Caratateua, principalmente a praia Grande, lugar de referência para a realização do batismo coletivo no Estado do Pará.

A **Praia do Amor**, é a segunda mais frequentada da ilha. Tem esse nome conforme relatos de moradoras e moradores antigos, da época em que o acesso, era muito difícil ao lugar. Antes da década de 1980, o acesso só era possível, por um pequeno caminho que existia paralelo a praia Grande, ou quando, no período da maré baixa, podia-se caminhar por toda extensão da praia Grande até se alcançar a do Amor. A praia ficava na época relativamente distante em relação as outras localidades da ilha, pelo menos até o início dos anos de 1980.

Essa dificuldade no acesso, criava um certo isolamento. Esse patrimônio era frequentado por pescadores, ribeirinhos e ilhéus que iam coletar frutas, sementes e, também, por casais, que encontravam naquela praia, um lugar tranquilo para namorar, daí o nome praia do Amor que acabou se popularizando.

Com a construção da Ponte do Outeiro, foi aberta uma estrada que desmatou uma grande área de floresta nativa, para construir um novo acesso as praias do Amor e Grande. A partir dessa época, a praia do Amor passou a ser mais acessível, e, portanto, mais frequentada para o lazer, trabalho e práticas esportivas. Os eventos religiosos que ocorrem na praia Grande, como o Festival de Iemanjá e o Batismo Coletivo, acontecem nas areias e águas da praia do Amor.

A praia do Amor, é considerada por muitos dos antigos e novos moradores e moradoras de Caratateua, como uma das mais belas da ilha, e mesmo da região insular do município de Belém. Até meados dos anos 2000, a praia era repleta de árvores, principalmente por ajuruzeiros pretos<sup>26</sup>.

Por muitos anos, até por volta de fins dos anos 1990, essa característica de ter na praia muitas árvores, foi utilizada para a prática de camping, principalmente nos meses de férias escolares e feriados. A praia do Amor tem areias claríssimas e era repleta de árvores, pelo menos, era essa a configuração até o ano 2005.

Naquele ano, ocorreu a construção da orla da praia do Amor. Porém, o projeto inicial desenvolvido pelo governo anterior do Prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004), foi bastante alterado pela prefeitura de Belém naquele momento, já na gestão do Prefeito Duciomar Costa (2005-2012). A construção de um muro de arrimo dentro da praia e um calçadão, ocasionou na perda da maior parte da faixa de areia, e ainda derrubou vários ajuruzeiros pretos e outras árvores.

Passados 17 anos desse possível crime ambiental, observamos que a natureza, ou seja, a praia, está lutando e retomando seu espaço de direito, e cobrindo com suas areias a obra realizada sem o devido estudo e cuidado com o patrimônio ambiental de Caratateua.

A **Praia da Brasília**, encontrasse na região oeste da ilha. Essa praia, leva o mesmo nome do bairro, na qual está localizada. Ela passou a ser mais frequentada a partir de fins da década de 1980, período que ocorreu um processo de ocupação espontânea dos terrenos que margeiam a antiga estrada da Coreia, que faz a ligação da rampa da balsa, até o início da praia Grande.

Foi durante esse processo de ocupação, que os novos moradores e moradoras, ocuparam os terrenos, e passaram a denominar o lugar, de Brasília, em referência a Capital Federal do Brasil. Antes da ocupação, que teve início em fins da década de 1980, a região era chamada de Redentor, em referência, a uma antiga fazenda que existia na região.

---

<sup>26</sup> O Ajuru Preto, de nome *Chrysobalanus icaco*, é uma fruta deliciosa que ao comer pinta a língua de azul. É bastante encontrada na costa atlântica das Américas e habita preferencialmente restingas ou cordões arenosos nestes locais. Fonte: <https://bernadetealves.com>. Acesso dia 22 de agosto de 2022.

No atual bairro da Brasília, e em pontos da praia, foi construído o TPO, que acabou dividindo a praia, e dessa maneira, praticamente restringindo o acesso de ilhéus e visitantes para a margem esquerda dela. É também, no fim da praia da Brasília, que se inicia a maior formação de falésias<sup>27</sup> da ilha de Caratateua.

A praia, é envolta de uma lenda, muito conhecida entre os moradores locais, principalmente, os mais antigos, que se refere a uma possível existência de uma Cobra Grande, chamada de Boiuna<sup>28</sup>. Segundo relatos, esse animal vive debaixo das estruturas do TPO, em uma espécie de poço existente no local. Esse poço, na realidade, é onde está localizado a maior profundidade do calado do TPO. Segundo relatos de alguns ilhéus, a Boiuna se desloca, e serpentear em direção as águas da praia da Brasília de tempos em tempos.

A **Praia dos Artistas e a Prainha**, são pouco frequentadas por ilhéus, turistas e visitantes por conta do difícil acesso, devido ao paredão de falésias existente no local. Ambas as praias, estão na área de falésias de frente para a baía do Marajó e rio Pará. Os únicos acessos são realizados através de grandes escadarias feitas de madeira, ou utilizando cortes na própria falésia para formar uma espécie de “escadaria natural”.

Um dos poucos acessos públicos, e que possui alguma estrutura, fica no perímetro da Feirinha da Mangueira. Essa passagem, estava abandonada pelo poder Público Municipal a alguns anos. Porém, no ano de 2021 uma reconstrução ocorreu no lugar e, uma nova escadaria foi entregue para a população da ilha, turistas e visitantes, dando maior acessibilidade a esses dois patrimônios ambientais.

Ambas as praias, têm boas faixas de areia na maré baixa. No entanto, vale ressaltar uma peculiaridade. Somente na maré baixa, essas faixas de areia, se apresentam. Na maré alta, a faixa praticamente some, restando alguns poucos pontos, no qual as águas não alcançam as falésias.

---

<sup>27</sup> As falésias, são paredões íngremes encontrados no litoral de quase todo o mundo, desenhados pela ação do mar nos últimos 180 milhões de anos. Elas aparecem pela ação da erosão marítima nos intervalos entre as eras glaciais, quando o nível dos oceanos pode subir até 12 metros. Nessas ocasiões, a água avança sobre os continentes e desgasta os terrenos mais próximos à costa. “Quando o mar encontra regiões baixas, a ação da água na terra firme geralmente forma as praias do litoral. Quando ela esbarra em áreas mais altas, de planalto, a erosão concentra-se na parte inferior do terreno, produzindo as falésias” (Site [super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-sao-falesias](http://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-sao-falesias). Acesso dia 07 de outubro de 2021).

<sup>28</sup> A boiuna, cobra-grande, mãe-do-rio ou senhora-das-águas é um mito amazônico de origem ameríndia. É descrita como uma enorme cobra escura capaz de virar as embarcações. Também pode imitar as formas das embarcações, atraindo naufragos para o fundo do rio ou assumir a forma de uma mulher. Fonte: <https://www3.unicentro.br>. Acesso dia 07 de outubro de 2022.

Outra ocupação muito importante e tradicional da praia dos Artistas e na Prainha, é o uso delas por pessoas adeptas das diversas religiões de matriz afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, por exemplo. É muito comum ver em dias de celebração, a presença desses religiosos e praticantes no local.

A **Praia do Barro Branco**, se localiza na região leste da ilha, onde começa o segundo paredão de falésias. A praia, faz divisa com a do Amor e do Queral. Ela possui uma enorme faixa de areia que surge na maré baixa, porém, na maré alta, só uma pequena faixa de areia no início e no finalzinho da praia ficam com suas areias sem serem atingidas pelas águas da baía do Marajó e do rio Pará.

No restante da praia, as águas da maré cheia se encontram com o paredão de falésias, inviabilizando a passagem de pessoas para a sequência de praias da ilha, pelo menos, via litoral, pois existe uma passagem terrestre por cima das falésias.

Essa praia, e as de falésias do lugar, passaram por um intenso processo de ocupação que ocorreu logo após a ocupação da Água Boa, por volta do ano de 1991. Apesar do risco constante de desmoraamentos, inclusive, com acidentes fatais já registrados no local, boa parte da região de falésias está ocupada por residências, bares e restaurantes na atualidade. O nome Barro Branco, segundo antigos moradores do local, vem provavelmente por conta da presença de grande quantidade de material argiloso encontrado na praia e nas falésias desse patrimônio ambiental.

A **Praia do Queral**, até o fim da década de 1990, era uma região ribeirinha de Caratateua. O Queral era habitado por algumas poucas famílias de pescadores artesanais. Os peixes, mariscos e crustáceos capturados, eram utilizados para subsistência de suas famílias, e uma outra parte era vendido para os moradores e proprietários de restaurantes da ilha. Essa região de Caratateua passou em fins dos anos de 2000 e início da década de 2010, por um intenso processo de ocupação e conflitos pela posse da terra. fundaram a comunidade denominada Neuton Miranda.

Porém, logo após o início da ocupação, a propriedade foi reivindicada por uma empresa ligada a empresários da família dos Maioranas<sup>29</sup> (família que detém parte dos veículos de comunicação e imprensa no Estado do Pará). A praia do Queral foi ocupada nesse processo. Hoje no local existem várias moradias, bares, restaurantes e comércios. Após a ocupação os moradores e moradoras, rebatizaram a antiga praia, com o nome de praia do Belo Paraíso. Nos dias atuais, o local se tornou uma das praias mais frequentadas da ilha de Caratateua. Essa realidade mudou, com o processo de ocupação (Comunidade Newton Miranda<sup>30</sup>) que teve início nos anos de 2010. A partir desse período, a região passou a ter características também, de um bairro residencial da ilha.

A **Praia do Redentor**, é a única que se localiza na parte sul da ilha de Caratateua, banhada pelas águas do rio Maguari. A praia, segundo relatos de antigos ilhéus, tem esse nome devido estar próxima a uma área na qual existia uma antiga fazenda que levava esse nome. Redentor é pouquíssima frequentada, pois os acessos terrestres a ela foram fechados a partir da construção do TPO. Hoje, o acesso à praia ocorre praticamente via rio Maguari, utilizando-se de pequenas rabetas e canoas. Próximo à praia, temos a presença de muitas moradias de ilhéus ribeirinhos. A maioria desses moradores e moradoras vivem das atividades pesqueira e extrativista.

Considero as praias da ilha de Caratateua, como patrimônios ambientais, pois elas guardam marcas de vários períodos históricos, fazem parte da memória afetiva de muitas pessoas que se divertiram, brincaram, namoraram, e praticaram sua religiosidade em suas areias e águas. Portanto, essa diversidade de praias tem um enorme potencial, e utilizá-las nas aulas de história, pode abrir janelas para a história insular de Caratateua e do município de Belém.

<sup>29</sup> A Delta Publicidade, também pertencente aos irmãos Romulo e Ronaldo Maiorana, continua tentando se apoderar de bens públicos. Recentemente, a empresa sofreu seguidas derrotas na Justiça do Estado na tentativa de conseguir a posse de uma área no Outeiro. Os dois empresários têm a pretensão ilegal de grilar uma área de 113 hectares a área localizada na Estrada do Fama, Bairro da Água Boa, onde vivem cerca de 800 famílias, na denominada ocupação “Newton Miranda”. Fonte: Jornal diário do Pará. Acesso dia 10 de outubro de 2022.

<sup>30</sup> Newton Miranda Sobrinho (1950-2010) nasceu em Marabá, era casado com a professora Leila Mourão e tinha uma filha, Janaína. Iniciou sua vida política em Belo Horizonte e, por determinação do partido, retornou ao Pará nos anos 80, onde foi responsável pela reorganização do PC do B no Estado. Foi militante político desde 1968, atuou no movimento estudantil, era filiado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) há 38 anos e presidente do partido no Pará. Foi diretor da UNE (União Nacional dos Estudantes), foi jubilado da Universidade pela Ditadura Militar através do Decreto 477, que expulsava o aluno das universidades brasileiras e os proibia de estudar por três anos em quaisquer uma delas. Fonte: pedrosoares13.blogspot.com. Acesso dia 10 de outubro de 2022.

### 3.2 O RIO MAGUARI

Quem que procure caracterizar a paisagem belenense em termos geográficos, não pode deixar de visar de modo especial as águas como base dessa caracterização, pois é como um quadro hidrográfico que ela mais desperta o nosso interesse e a nossa atenção. Belém não deve as águas apenas uma parte da sua beleza, mas a sua própria modelação. Não só no plano geográfico, como no plano histórico, a água é o elemento dinamizador do município. (MOREIRA,1966, p.65).

Um dos rios que são expressão da parte continental e insular do município de Belém, é o rio Maguari. Ele fica localizado na parte sul de Caratateua, e foi através de suas águas, que ocorreu o processo de ocupação da ilha, desde o período da provável ocupação dos Tupinambás e, depois na ocupação por parte de imigrantes de fora do país e de migrantes de outras regiões brasileiras.

É nas margens do Maguari, que boa parte da população ribeirinha da ilha vive e trabalha cotidianamente. Na imagem 13, podemos visualizar um trecho do rio, já próximo de sua foz com a baía de Santo Antônio e Marajó. O Maguari e suas águas são fonte de alimentação, transporte e movimentam parte da economia local, de muitos ilhéus de Caratateua e região insular. Do rio, são tirados peixes e outras espécies que compõe parte da culinária regional, que é vivenciada no cotidiano alimentar de parte dos ilhéus e na venda dos alimentos que são oferecidos aos visitantes e turistas. O rio, é uma verdadeira avenida, que liga a ilha a parte continental do município de Belém e a região das ilhas. São ribeirinhos, pescadores e moradores que interagem diariamente com o Maguari.

No Rio Maguari, no ano de 1933, foi projetado a construção de um Aeródromo para a cidade de Belém. A ilha de Caratateua tem uma altitude média de 15 metros acima da linha do "Rio-mar", e, portanto, é uma das áreas com maior altitude próximas do centro do município. O nome Outeiro vem do latim altäre, ou "altar", ou ainda lomba (do latim lumbus, "lombo") é uma pequena elevação de terreno. Um Outeiro é menor que um morro. Portanto, essa elevação de terra, foi considerada interessante para a construção do Aeroporto de Belém (MACHADO,1933, p. 671-696).

No Rio Maguari, no ano de 1933, foi projetado a construção de um Aeródromo para a cidade de Belém. A ilha de Caratateua tem uma altitude média de 15 metros acima da linha do “Rio-mar”, e, portanto, é uma das áreas com maior altitude próximas do centro do município. O nome Outeiro vem do latim altäre, ou "altar", ou ainda lomba (do latim lumbus, "lombo") é uma pequena elevação de terreno. Um Outeiro é menor que um morro. Portanto, essa elevação de terra, foi considerada interessante para a construção do Aeroporto de Belém (MACHADO,1933, p. 671-696).

Imagem 13: Rio Maguari



Fonte: MONTEIRO, 2021.

Nessa região temos uma formação natural no rio Maguari, que se parece como uma grande “pista natural”, que seria boa para amerissagens. Nesse trecho do rio, as águas na maior parte do tempo são serenas, formando uma espécie de “pano d’água”. Essas excelentes características geográficas, seriam boas para a instalação de um aeródromo.

Essa característica natural do rio Maguari é encontrada em poucas áreas, como na região próxima ao bairro de Val-de-Cães, pelo menos no que diz respeito a áreas próximas à Belém. Na imagem 14, destaco o local onde seria as amerissagens na possível “pista” do Rio Maguari. O projeto, e estudos do aeródromo, foi sistematizado e proposto pelo Capitão de Corveta Hugo da Cunha Machado, que levou sua ideia aos ministros da Marinha e da 56ª Viação de Obras Públicas. O projeto chegou a ser publicado pela Revista Marítima Brasileira de novembro-dezembro de 1933. No entanto, por questões político administrativas, o novo aeródromo, não saiu do papel. Durante o período da II Guerra Mundial, um aeródromo foi construído em Belém, e o lugar escolhido, foi na região da antiga fazenda de Val-de-Cães, hoje bairro de Val-de-Cães. O aeródromo teve características mistas (fluvial e terrestre), como seria o possível aeródromo do Maguari (MACHADO,1933, p. 671-696).

Portanto, o rio Maguari, traz as marcas da identidade e da história de parte dos moradores de Caratateua, e do município de Belém. Por todos esses aspectos, considero o Maguari, parte do Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua, e o incluí no MDIC.

Imagem 14: Trecho do Rio Maguari que possui o Chamado “Pano d’água” para a aviação.



Fonte: Arquivo pessoal, 17 de outubro de 2021.

### 3.3 O BOSQUINHO

O Bosquinho faz parte do Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua. A conquista e a preservação desse patrimônio, ocorreu após muita luta por parte da comunidade. O Bosquinho sobreviveu fruto da resistência dos ilhéus e suas relações que foram construídas com os elementos naturais desse lugar. Portanto, a luta por sua preservação e conservação, foram constituídos socialmente e culturalmente.

Considero o Bosquinho um patrimônio ambiental urbano do município de Belém, na mesma linha de pensamento das autoras Andréa Tourinho e Marly Rodrigues, que trabalham com o conceito de patrimônio ambiental urbano e sua importância “O conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaria, potencialmente, a preservação de espaços de cidades e uniria ações de planejamento e preservação em torno de uma perspectiva ampla, de constituição cultural de ambientes e das imagens que os cidadãos têm de seus espaços urbanos” (TOURINHO e RODRIGUES. p. 76, 2016).

Entre os últimos anos de 1980, e os primeiros de 1990, a ilha de Caratateua passou por um intenso processo de ocupação humana. Essas ocupações na época, eram denominadas por parte da imprensa, e por parte dos antigos ilhéus de “áreas de invasão”. Uma das primeiras áreas de ocupação ocorreram no lado esquerdo da antiga estrada que começava no trapiche do barquinho, e ia até o início da praia Grande.

Essa ocupação, deu origem a um dos bairros mais populosos da ilha, o bairro da Brasília. Posteriormente, ocorreu uma outra ocupação, na região da estrada da Ponte do Outeiro, que foi denominada de Copacabana do Norte. Na atualidade, esse lugar é denominado de bairro da Água Boa. Após essas duas grandes ocupações, várias outras áreas da ilha foram ocupadas. Um outro lado dessa história de ocupação territorial desordenada, foi a grilagem de terras por parte empresários, que se intitulavam “corretores”. Estes invadiam terrenos, faziam loteamentos privados e sem nenhuma estrutura, vendiam ilicitamente os terrenos. Era o capital explorando e agindo na ilha, e com a possível anuência dos poderes públicos (LIMA, 2016, p. 01).

O autor afirma que essas ocupações mostravam a face do problema habitacional do município de Belém. Na maioria dos casos, essas pessoas vinham dos bairros periféricos da cidade, onde os problemas de moradia só aumentavam a cada dia. Caratateua não estava preparada pelo poder público, para receber esse

enorme quantitativo de moradoras e moradores, o resultado pode ser rapidamente observado, com a retirada de forma criminosa de areia na comunidade do Fama, poluição dos igarapés, cacimbas e olhos d'água espalhados pelas falésias, praias e florestas da ilha. Diminuição do extrativismo e pesca, entre outras problemáticas ambientais e sociais, que afetaram diretamente os patrimônios ambientais de Caratateua.

Algumas lideranças da ilha estavam antenadas nos debates nacionais e internacionais, que ocorriam fortemente sobre o desenvolvimento sustentável no início da década de 1990. Essas lideranças propuseram junto à comunidade a formação de grupos de moradoras e moradores que debatiam ações em defesa do meio ambiente e dos patrimônios ambientais da ilha. De forma proativa, um grupo de ilhéus criaram o chamado Conselho de Representantes da Ilha de Caratateua (CONSILHA). Os membros do Conselho e a comunidade, se reúnem em uma área de floresta que denominaram de Bosquinho, localizado no bairro São João do Outeiro.

Imagem 15: reunião da comunidade da ilha no Bosquinho



Fonte: Reportagem de O Liberal, 07 de junho de 1991.

Na atualidade, esse patrimônio ambiental está situado dentro do espaço da Fundação Escola Bosque. O Bosquinho era o local onde parte dos moradores se reuniam para lutar e resistir contra a ocupação do local no início dos anos 1990, como podemos visualizar na imagem 15. O destaque da fonte é a relação de parte da sociedade civil de Caratateua reunida no Bosquinho, com a flora diversificada do lugar cercando os presentes. São membros do CONSILHA e da comunidade, em reunião para discutirem sobre as providências, e as ações de enfrentamento a serem realizadas frente as ameaças de invasão na área do Bosquinho e, de outras áreas da ilha. As lutas e a resistência dos ilhéus para preservar o local, culminaram posteriormente na conquista e fundação da Escola Bosque.

As moradoras e moradores antigos de Caratateua, se reuniam para defender a ilha do processo de “ocupação desordenada” e das consequências sociais e ambientais advindos dela. Lutavam por acesso à educação de qualidade, e que estivesse voltada, sobretudo, para a Educação Ambiental, como cita SILVA:

Em Outeiro, as lideranças comunitárias reunidas no CONSILHA – Conselho dos Representantes da Ilha de Caratateua - lutavam pela preservação de uma grande área verde - depois desapropriada pelo Poder Executivo – que começava a ser invadida. A intenção era reservar o espaço para implantação de projeto de educação ambiental (SILVA, 1998, p. 59).

Esse movimento comunitário crescia, e se fortalecia a cada dia, com a maior participação dos ilhéus nos encontros e reuniões. Nesse processo de luta, foi fundamental a presença do Professor e Ambientalista Mariano Klautau, como nos relata a autora Maria Izabel Reis (2009. p. 44):

Esta ideia foi encampada por José Mariano Klautau Araújo, sociólogo, professor da Universidade Federal do Pará, morador da ilha e um dos idealizadores do projeto da escola, juntamente com o CONSILHA. O projeto foi encaminhado à Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), contudo não foi aceito, em seguida, foi enviado à prefeitura de Belém, na gestão do Partido da Frente Liberal (PFL), que acolheu a ideia e, no ano de 1995, a Escola Bosque foi inaugurada.

Após muitas lutas e debates, esse movimento embrionário de resistência ambiental dos ilhéus, acabou sendo determinante e culminou com a criação e fundação do Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira. A Escola Bosque foi criada pela Lei nº 7.747 de 02 de janeiro de

1995, que depois foi alterada pela Lei Delegada Nº 002 de 20 de novembro de 1995. A Escola Bosque iniciou suas atividades no mês de agosto de 1995 em caráter experimental, e foi inaugurada em 26 de abril de 1996 oficialmente (BELÉM, 2021). Porém, até chegar a esse momento da história de Caratateua, houve uma intensa luta e engajamento de parte da comunidade da ilha para preservar e manter esse patrimônio ambiental.

A nomenclatura Bosquinho, segundo moradores e representantes históricos do CONSILHA, como Dona Ero, e os senhores Vasconcelos e Cabral, vinha da comparação que esses membros faziam do Bosquinho, com o Bosque Rodrigues Alves<sup>31</sup>. Segundo o relato desses moradores, o lugar poderia ter sido transformado em um possível parque ambiental do município de Belém.

### **3.4 A FLORA E A FAUNA DA ILHA DE CARATATEUA**

A ilha de Caratateua, possui uma diversidade de fauna e flora que considero fazer parte do Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha. Essa flora e fauna, fazem parte do bioma amazônico e da região insular do município de Belém-PA (MOREIRA, 1966, p. 76). A vegetação da ilha é composta por áreas de floresta, e por uma vegetação caracterizada por matas secundárias (capoeiras em várias regiões da ilha). O solo de Caratateua é dividido em terra firme, solos arenosos e solo argiloso. Nos solos de terra firme temos a presença marcante de uma variedade de espécies botânicas, como: Maçaranduba, Sumaumeira, Timborana, Matamatá branco, Breu branco, Taquarirana, Tachi branco, Paricarana, Imbaúba branca, ingá xixi, Abiurara, Cutiti, Suruba, Bacurí, Axixá, sapucaia, Saboeiro, Pau de jacaré, Louro prata entre outras espécies arbustivas

---

<sup>31</sup> O Bosque Rodrigues Alves foi inaugurado como Parque Municipal em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Ele foi inspirado aos moldes do “Bois de Bologne”, uma área verde localizada em Paris/França. O Bosque abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico. O nome dado ao bosque, foi uma homenagem ao correligionário do Intendente (Intendente era o cargo similar ao de prefeito municipal na atualidade) Antônio Lemos (1843- 1913) ao então Presidente da República do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Fonte: semma.belem.pa.gov.br. Acesso em 12 de outubro de 2022.

como: Cassia, Miconia, Solanum e Vismia.

Já nos solos de característica arenosa, temos a presença do Ajiru, Caju, Morcegueiro e Humiri. Nessas regiões arenosas perto dos igarapés, encontramos o Mutiti, Pacapema e a Fava Bolacha. Nos solos argilosos, já em contato o bioma de mangue da ilha, encontramos as seguintes espécies: Siriúba e a Aninga. (MEDEIROS, 1971, p.5).

No Mapa Digital da ilha de Caratateua, vamos visualizar imagens das espécies da rica e diversa flora da ilha. A Fauna da ilha de Caratateua é diversa. No entanto, o acelerado processo de ocupação desordenado, que se intensificou após a construção da Ponte do Outeiro, vem ocasionando sistematicamente a diminuição e, mesmo em alguns casos o desaparecimento de diversas espécies da fauna e flora da ilha:

As consequências imediatas são a eliminação de espécies vegetais e da fauna silvestre, eventualmente presentes, as quais serão tanto mais graves quanto mais primitivo for o sistema impactado, à medida que na natureza encontram-se várias formas de vida, muitas ainda desconhecidas (PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO EM ÁREAS URBANAS REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM E ADJACÊNCIAS, 1995, p.134).

Apesar do processo de degradação acentuada, a fauna e flora da ilha ainda resistem, e se apresenta com a presença, mesmo que diminuta de várias espécies que fazem parte do cotidiano e dinâmica da ilha. Temos animais como os Bichos-Preguiça, Tatus, Gambás (Mucuras), Macacos de cheiro, Jacarés, Serpentes, Jaguatiricas e até Onças. Na ilha existe uma diversidade de aves (Papagaios, Garças, Periquitos entre outras) e animais aquáticos (Peixes, Botos, Crustáceos entre outras).

Nos igarapés da ilha, podemos encontrar uma diversidade de peixes. São os chamados “Peixes do Mato”, em referência por serem espécies que vivem em águas doces. Temos Acarás, Traíras, Jesus, Sarapós, Matupiris, Jacundás entre outros peixes. Nessas áreas de mata com igarapés, ainda encontramos algumas espécies de cobras e até jacarés. Essa diversidade aumenta com a chegada de outras espécies na região insular no período de diminuição das chuvas.

Na Amazônia, mais especificamente aqui o Estado do Pará, costumamos dizer que temos apenas duas estações climáticas (Inverno e Verão). O “inverno” é configurado pelos meses de altos índices pluviométricos (chuvas), geralmente compreende um período que vai entre fins de dezembro e início de junho. Já o chamado “verão amazônico”, se configura por meses de diminuição das chuvas. Esse período vai de meados do mês de junho, até o mês de dezembro. Esses períodos

com mais ou menos chuvas, tem variado bastante nos últimos anos, devido as mudanças climáticas. Em Caratateua, a chegada do Verão Amazônico, e principalmente do período de maior estiagem na região, traz para o rio Maguari, a presença de outras espécies de peixes e crustáceos, como é o caso do Siri. No MDIC, vou desenvolver parte dessa diversidade de fauna e flora, e utilizá-las no ensino da história.

Acredito que esse Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua é relevante no ensino de história, pois possibilita abrir janelas que contam parte da história, memória e do passado da ilha. São patrimônios, que ligam o presente com uma parte da história insular do município de Belém. Sobre a importância do patrimônio, os autores (CARVALHO; ESPEJEL; JULIANO, 2018, p. 17) nos dão uma boa perspectiva de compreensão:

O patrimônio é um convite à ponderação acerca das mediações que se concretizam entre individualidades e coletividades, entre lembranças e esquecimentos, entre aproximações e afastamentos, entre encantamentos e desencantamentos, entre tempos passados, presentes e futuros. O patrimônio persiste como um tema que nos desafia a pensar sobre nossos símbolos, representações, memórias, identidades, pertencimentos, mobilidades, fluidez, resistências etc. O patrimônio anuncia-se como uma chamada à reflexividade. (CARVALHO; ESPEJEL; JULIANO, 2018, p. 17).

Finalizo esse terceiro capítulo, apontando para a importância do que considero como o Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua. Portanto, o Bosquinho, o rio Maguari, as Praias e a Fauna e Flora da ilha são lugares onde a história foi, e ainda é construída, onde afloram um sentimento de pertencimento à ilha, e a identidade ilhéu. A memória afetiva, de um ambiente natural. Todo esse potencial deve ser desenvolvido no ensino de história para a EJAI, e nesse sentido, o MDIC é uma ferramenta educacional que contribui na perspectiva ambiental e pedagógica para esta modalidade de ensino que vou discorrer no quarto capítulo.

#### 4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS E IDOSOS

A modalidade de ensino de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), até pouco tempo atrás, era conhecida como Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na atualidade, boa parte dos docentes, principalmente, aqueles que não são lotados na EJAI, ainda a tratam como EJA. Portanto, o termo EJAI, é bem recente.

No início da segunda década do século XXI, é que o I, referente ao público de discentes idosos, passou a ser utilizado com mais recorrência na literatura e entre os profissionais ligados a essa modalidade de ensino.

A EJAI é composta por uma diversidade de sujeitos. São jovens, adultos e idosos, que advém do campo, das ilhas, cidades, comunidades quilombolas e indígenas, assentamentos e sistema prisional. São discentes trabalhadores, e que resistem e lutam cotidianamente pela vida, e por acesso a uma educação pública de qualidade. No caso dos discentes matriculados na EJAI da EEEFM do Outeiro, são estudantes oriundos de diversos bairros da ilha, e alguns, são de áreas mais distantes, em que ainda existem atividades rurais e extrativistas, ou seja, são discentes ribeirinhos da própria ilha, que buscam retomar seus estudos no turno noturno.

A EJAI tem suas prerrogativas nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2000), que versam sobre a educação durante a vida, superando a função de suprir ou recompensar a escolaridade não realizada, conforme constava na legislação anterior (LDB nº 5.691/71). A EJAI deve ser desenvolvida no sentido de reparar o direito à escolarização, dar qualidade de ensino, e ofertar matrícula e a permanência desses discentes na escola. Estas prerrogativas da EJAI, necessitam ser abraçadas por Governos em todas suas esferas, através das suas Secretárias de Educação.

Nas instituições de ensino a direção, corpo técnico pedagógico e professores, tem que viabilizar um ensino de qualidade para esse público, que por muito tempo ficou, e ainda fica em certa medida, a margem das outras modalidades de ensino da educação básica brasileira. Portanto, se faz necessário, assumir de fato os chamados princípios e metas da EJAI, postas no PNE<sup>32</sup> acerca da EJAI (2014-2024). Pois a maioria das ações instituídas pelo PNE para a EJAI, não foram implementadas de fato. (VASQUES; ANJOS; SOUZA, 2019, p. 3).

No Brasil, em muitos estados e municípios, o que se observa, são ações limitadas na EJA. Observamos o descaso com a EJA, através da diminuição de matrículas, fechamento de turmas, e muita das vezes o pouco caso das redes de ensino na oferta de políticas educacionais de qualidade para esse público. Na EEEFM do Outeiro, por exemplo, é nítido a diminuição na oferta de matrículas para a EJA e o fechamento sistemático de turmas. Quando entrei na rede estadual de ensino, no ano de 2008, fui lotado nas turmas noturnas da EJA. Naquele ano, eram treze turmas completas, e tínhamos algumas turmas que chegavam próximo a 40 discentes. Para se ter uma ideia da queda de oferta, no ano letivo de 2022 trabalhamos apenas com seis turmas. E a perspectiva de formar apenas quatro para o ano letivo de 2023. Essa realidade não é exclusiva da Escola do Outeiro. Em todas as escolas da ilha nesse período, tivemos redução de matrículas, diminuição de turmas e até fechamento de oferta da EJA no turno noturno.

Na rede de ensino do Estado do Pará e, em vários municípios, é nítido que gradativamente nos últimos anos, veem diminuindo a oferta de matrículas para a EJA, e a prática sistemática de descontinuidade das turmas desta modalidade de ensino, é uma realidade, que acarreta prejuízos aos discentes da classe trabalhadora desse Estado. As autoras Maria da Conceição dos Santos Costa, Maria Celeste Gomes de Farias e Darinêz de Lima Conceição, mostram essa realidade, no Estado do Pará:

Esta análise evidenciou a grande redução de atendimento à EJA por meio da diminuição de matrículas e do fechamento de turmas de nos 144 municípios paraenses. Também realizamos levantamento dos registros das ações do coletivo MPEJA que denuncia o fechamento de turmas e a diminuição de matrícula da EJA nos últimos anos na Amazônia Paraense, como estratégia de luta e resistência em defesa da EJA (COSTA; FARIAS; CONCEIÇÃO, 2021, p. 415).

Dados levantados pelas autoras, com base em estatísticas do INEP entre os anos de 2013 e 2019 da Rede Estadual e das Redes Municipais, corroboram e revelam números dessa prática sistemática de desmonte da EJA, como podemos observar na tabela 01 abaixo:

---

<sup>32</sup> O PNE (2014-2024) estabelece vinte metas para a educação que devem ser cumpridas no prazo de dez anos. Quanto a EJA, o PNE reafirma a necessidade de ampliar para 25% a oferta de matrícula no ensino fundamental e médio, na forma integrada a educação profissional. Fonte: Site: mec.go.br.

Tabela 01: Total de número de turmas, dependência administrativa (estadual e municipal). EJAII ensino fundamental e médio, Pará — 2013 a 2019

Etapa/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	7.447	6.830	6.157	5.318	5.010	4.660	4.285
Médio	1.408	1.433	1.502	1.417	1.313	1.219	1.145
Total	8.855	8.263	7.659	6.735	6.323	5.879	5.430

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2013 — 2019. (COSTA; FARIAS; CONCEIÇÃO, 2021, p. 420).

Os dados são reveladores quanto ao processo sistemático de diminuição de oferta na EJAII. A tabela mostra a diminuição de turmas no Ensino Fundamental e Médio. No ano de 2013, as turmas somavam um total de 7.447. Já no ano de 2019, caíram para apenas 4.285. Tivemos uma redução de 3.425. A maior queda foi na EJAII, para o ensino fundamental, com 3.162 salas de aula fechadas. Já a EJAII Médio, a perda foi de 263 turmas. Os números, apenas revelam o que afirmamos sobre a tentativa de desmonte da EJAII.

Se pontuarmos os dados só da Rede Estadual, os números, revelam a diminuição drástica na oferta de matrículas e o fechamento significativo de turmas nos últimos anos, como nos mostra a tabela 2:

Tabela 02: Total de número de turmas, dependência administrativa estadual, EJAII, ensino fundamental e médio, Pará, 2013 — 2019.

Etapa/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	1.423	1.379	1.274	1.102	942	851	771
Médio	1.405	1.431	1.497	1.409	1.307	1.212	1.141

Total	2.828	2.810	2.771	2.511	2.249	2.063	1.912
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Microdados do Censo Escolar/INEP 2013-2019. (COSTA; FARIAS; CONCEIÇÃO, 2021, p. 420).

Os números revelam que em 2013, as turmas de fundamental da EJA na Rede Estadual, eram de 1.423 turmas. Já no ano de 2019, esse percentual, caiu para apenas 771 turmas. No Ensino Médio, a situação é parecida. No ano de 2013, foram ofertadas 1405 turmas. Número que caiu em 2019, para apenas 1141. Se fizermos a soma conjunta de turmas de EJA no Ensino Fundamental e Médio, tínhamos em 2013 2.828 turmas. Esse número caiu para 1912 em 2019, ou seja, uma redução total de 916 turmas de EJA fechadas até aquele momento. Ao analisarmos os números da tabela 2, observamos nitidamente, uma política de descontinuidade da EJA no Estado do Pará, pelo menos até a data da coleta dos dados. Porém, não se trata apenas de números, que por si só, já seriam considerados um desastre. No entanto, o que podemos depreender, é que a diversidade de sujeitos que compõe a EJA, ao perderam essa enorme porcentagem de turmas e oferta de matrículas, acabam por diminuir suas chances, demandas, aspirações, e acesso, a uma educação pública de qualidade alcançadas.

Acredito que essa realidade de descaso com a EJA, não é fruto apenas, de uma política dirigida por uma parte significativa de governos e secretarias de ensino estaduais e municipais, na atualidade. Esse processo de exclusão, vem de muito tempo, como veremos a seguir. Porém, ao mesmo tempo, ações de luta e resistência da classe trabalhadora, entidades sociais, universidades, professores, discentes e comunidade, tem lutado e resistido a esse processo.

A história da educação, começa ainda no período colonial brasileiro. Naquele período, a educação seguia os modelos políticos, econômicos e as relações de poder das elites agrárias que administraram o território. (GENTIL, 2005, p.2). No período colonial as ações educacionais foram fortemente ligadas as chamadas Ordens Religiosas, principalmente a dos Jesuítas. O sistema educacional fundado pelos jesuítas, se baseava em um processo de aculturação, preconceitos e etnocentrismo em relação aos povos originários.

Era uma educação voltada principalmente para as crianças. As ações educacionais dos jesuítas para o público adulto eram incipientes. O foco era as crianças. Para elas, era ensinado letras e artes. Na visão desses primeiros jesuítas, as crianças seriam portadoras de uma ingenuidade que facilitaria o processo de catequese<sup>33</sup>. Essa predileção pelo público infantil, nos ajuda a compreender quão são antigas e enraizadas a sistemática de exclusão e o preconceito que atualmente ainda percebemos no processo educacional da EJA. É verificável nesse processo de educação jesuítica, a questão doutrinária que era uma marca no ensino de crianças e adultos no período colonial brasileiro. (ROCHA, 2016, p.21).

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, marcou uma nova fase no processo educacional. Naquele momento, foi necessário criar um sistema de ensino que contemplasse as novas necessidades da elite portuguesa, que recém se instalou na colônia portuguesa. Nota-se que a política educacional implementada naquele período, continuava pouco abrangente e excludente para a maioria da população. Era uma educação voltada apenas para as elites (GENTIL, 2005, p.3).

É do período imperial, do ano de 1876, os primeiros registros de um ensino direcionado para o público adulto. Naquele ano, iniciou-se a chamada educação de instrução, que foram ministradas no turno noturno. Percebe-se, a predileção em ofertar ensino para adultos, principalmente aqueles que são dos grupos menos favorecidos no turno noturno. Essa situação que iniciou em fins do século XIX, se manteve durante todo século XX, e ainda é uma realidade no século XXI, com a oferta de vagas nas redes de ensino municipais e estaduais pelo Brasil afora majoritariamente no turno noturno. São poucas as instituições de ensino que ofertam a EJA foram desse turno. (MELO; LOPEZ, 2005, p.134).

O processo educacional, no país ganhou novo impulso a partir de fins do século XIX e início do século XX, com o crescimento industrial brasileiro. A partir daquele momento, foi preciso criar nas escolas um sistema educacional que contemplasse o ensino voltado para o mundo do trabalho e suas habilidades mínimas. (GENTIL, 2005, p.3).

---

<sup>33</sup> Logo que chegaram ao Brasil, os padres jesuítas lançaram as bases da catequização, com a criação das primeiras casas, as casas de bê-á-bá, dando início à educação colonial em seu sentido restrito, por meio da atuação com suas escolas de ler, escrever e contar e, posteriormente, em seus colégios na cidade de Salvador. Fonte <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso dia 20 de outubro de 2022.

Os primeiros anos do período republicano, foram momentos no qual, parte da elite brasileira atribuía o atraso no desenvolvimento da nação, ao grande número de analfabetos, ou seja, um problema na raiz de nossa escolarização, que foi fomentado possivelmente, por parte dessa mesma elite. O censo de 1890 apontava para uma porcentagem de 85,21% de “iletrados” no total de brasileiras e brasileiros. (MELO; LOPEZ, 2005, P.134).

No início do século XX, crescera no país uma classe burguesa, e uma pequena burguesia que almejavam ter acesso a uma educação que era elitista e academicista para seu grupo social. Já para a maioria da população brasileira pobre e periférica, restou o analfabetismo, a discriminação e a inferiorização estampada no pouco, ou quase nada, de acesso ao processo educacional. A fratura social e educacional no Brasil estava exposta. (GENTIL, 2005, p. 3).

Algumas ações no sentido de mitigar o analfabetismo, chegaram a ocorrer nas primeiras décadas do período republicano no Brasil. Uma dessas ações por exemplo, foi a criação das chamadas Ligas Contra o Analfabetismo<sup>34</sup> que foram criadas por alguns intelectuais, profissionais liberais e donos de fábricas. Passado algum tempo, as ações educacionais implementadas pelas Ligas, se mostraram pouco exitosas. Em 1920 ainda tínhamos cerca de 75% por cento de analfabetos no país. Porém, a realidade por trás das poucas políticas educacionais para adultos no começo da república brasileira, estavam ligadas não a intenção de levar uma educação de qualidade e pautada em uma formação cidadã e, sim nitidamente, se tentou diminuir os índices de analfabetismo, para maximizar o número de pessoas com direito ao voto, ou seja, uma política educacional pautada para a questão eleitoral (MELO; LOPEZ, 2005 apud PAIVA, 1983, p. 134).

No início da década de 1920, a ilha de Caratateua teve sua primeira instituição de ensino. Foi o chamado Patronato Agrícola Manoel Barata. Ela surgiu durante o período de declínio da extração da borracha na Amazônia. Naquele contexto, os presidentes do Estado do Pará Paes de Carvalho e Lauro Sodré, percebendo a necessidade de mudança na rota no eixo econômico do Estado pós-período áureo da extração gomífera, iniciaram a implementação de políticas públicas voltadas para a questão agrícola e o fomento a instituições de ensino que formassem uma “massa de trabalhadores” para o novo projeto de desenvolvimento,

---

<sup>34</sup> A Instituição fundada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de setembro de 1915, visando ao combate ao analfabetismo em todo o Brasil. Encerrou suas atividades em 1940, após realizações empreendidas pelo presidente Getúlio Vargas no campo da educação. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso dia 23 de outubro de 2022.

que foi pautado na economia agrícola. O setor foi bastante esquecido durante o auge da extração do látex na região amazônica. (THURY, 2012, p. 51).

O Patronato, foi criado na época do Presidente do Estado do Pará, Lauro Sodré pelo Decreto Lei Nº 1.957, de 17 de novembro de 1920, que se localiza na Coleção Leis do Estado do Pará, ano de 1920, p.101.

No entanto, a escola só foi inaugurada oficialmente em 7 de setembro de 1922. Somente naquele ano, que o poder público conseguiu uma mínima organização de logística, corpo técnico, e de um corpo de docentes e funcionários, além das reformas estruturais básicas nas instalações do espaço, que estava desativado já a alguns anos. A escola agrícola foi implantada no local onde anteriormente abrigou a Hospedaria de Imigrantes de Outeiro, e posteriormente o chamado Instituto Orfanológico do Pará. A localização fica na região sul da ilha de Caratateua, as margens do rio Maguari, que é um dos patrimônios ambientais que irei apresentar e desenvolver no MDIC.

A ideia do Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal, era criar uma escola agrícola profissionalizante, que fosse destinada a discentes somente do sexo masculino. As mulheres foram excluídas, ou seja, não tiveram acesso a uma educação dita profissionalizante, o que era uma característica comum de ocorrer nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, como cita a autora Thury:

Ressalta-se que o papel da educação profissional apresentava o objetivo de oferecer bases para o fortalecimento de outra forma econômica que proporcionasse outras possibilidades de sustentabilidade ao estado do Pará, pois, na transição entre os séculos XIX e XX, várias transformações culturais, econômicas e urbanísticas viriam a mudar o perfil da cidade de Belém. Tais mudanças estavam diretamente relacionadas ao crescimento econômico patrocinado pela produção e comercialização da borracha Amazônica. Destaca-se neste cenário, uma elite que precisava impor um comportamento às camadas populares de controle e de disciplina, a fim de nivelar, dentro do possível, a capital paraense com as demais cidades europeias. Assim, o Pará tinha uma elite com costumes europeus e um contingente populacional pobre, em sua maioria negra e cabocla (THURY, 2021, p. 50 e 51).

O público atendido no Patronato por décadas, era apenas do sexo masculino. Na realidade, o público-alvo que o governo queria atender, era majoritariamente de jovens filhos de agricultores e de famílias mais carentes. As vezes aparecia um aluno de família rica como cita a autora Inácia Thury “raramente encontrava-se alunos pertencentes à classe social mais abastada. Quando havia era a pedido da família, para que fossem disciplinados”. Outro público pouco atendido, era o de discentes da ilha. Poucos ilhéus conseguiram estudar naquela instituição de ensino. Naquele período, quando um ilhéu almejava estudar, teria que atravessar o rio Maguari, e matricular-se em alguma das poucas escolas públicas, localizadas no distritovizinho de Icoaraci (DAICO).

A demanda de alunos, era proveniente dos bairros periféricos da cidade de Belém, e de vários municípios do Estado do Pará. O perfil da instituição era assistencialista, permanecendo essa, por muitos anos, como uma das características da escola”. (THURY, 2012, p. 47). A faixa etária atendida era de jovens até no máximo no fim de sua adolescência. Esse perfil, demonstra que adultos estavam excluídos da oferta educacional na escola agrícola da ilha.

Imagem 16: Mapa da parte sul da Ilha de Caratateua onde se localizava o Patronato Agrícola



Fonte: Google Maps. Acesso dia 18 de julho de 2022.

Na imagem 16, podemos visualizar um recorte da Ilha de Caratateua, na qual o destaque principal é o rio Maguari e a flora que cercam a região, onde antes se localizava o antigo Patronato Agrícola Manoel Barata. A escola agrícola, suas estruturas de funcionamento, dependiam diretamente das águas escuras, caudalosas e potentes do Maguari. O rio, as matas e a fauna e flora ao redor, são carregadas de histórias de moradores, discentes, docentes e de todas e todos os colaboradores que trabalharam naquela instituição de ensino (THURY, 2012, p. 90).

Na década de 1930, o cenário da EJA teve uma mudança significativa, com o surgimento do movimento Escola Nova<sup>35</sup>. O movimento Escola Novista, passou a desenvolver um caráter qualitativo para o ensino, em um momento de relativos avanços nas questões pedagógicas das redes de ensino estaduais brasileiras. É nesse período, que a EJA começa a ter maior sistematização, e ser implantada algumas políticas públicas direcionadas para esse público. A EJA, começava a encontrar seu lugar na história da Educação do Brasil (MELO; LOPEZ, 2005, p.135). A mudança de poder que ocorreu em 1930, trouxe novas perspectivas para o percurso educacional no país. A EJA, teve um novo momento com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. A criação desse ministério, no começo do Governo Vargas (1930-1945), iniciou o chamado Plano Nacional Brasileiro(PNB), um projeto educacional do Governo Federal, que visava dar prioridade e vassão ao ensino técnico-profissional para jovens e adultos no país.

O intuito principal, era na realidade, formar um contingente de trabalhadores com alguma formação técnica, para alimentar com mão de obra barata e qualificada, a então indústria e o comércio, que acabavam de ganhar impulso e incentivos do novo Governo. No ano de 1932, temos a fundação da CNE (Cruzada Nacional da Educação), projeto que objetivava avançar na diminuição dos índices de analfabetismo no país (MELO; LOPEZ, 2005, p.135).

Com o avançar do Governo Vargas, mais especificamente no período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), as políticas públicas educacionais passaram a ter um caráter ainda mais ligado as ideologias nacionalistas de âmbito autoritário e populistas. Nos anos de 1940 a educação no Brasil é fortemente atrelada as questões da chamada segurança nacional. O Governo Federal da época associava o atraso no desenvolvimento do país, a pouca instrução de seu povo. A partir desse momento a EJA, passou a se constituir e tomar corpo de uma política educacional de fato. (MELO; LOPEZ, 2005, p.135).

---

<sup>35</sup> A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. Fonte: [www.editorarealize.com](http://www.editorarealize.com). Acesso dia 25 de outubro de 2022.

No ano de 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Foi uma ação governamental para associar a educação de adultos a educação profissional, e ao mesmo tempo, delegar parte da educação desse público, para o setor privado, através de uma parceria. Começava ali, a instituição do chamado Sistema S. Com o fim da Era Vargas em 1945, tivemos um novo momento da EJA, com a inserção de outros atores e organismos que influenciaram as políticas educacionais brasileiras no período pós II Guerra Mundial. Naquele contexto, entrou em cena a (UNESCO) que iniciou uma campanha mundial em prol da luta contra o analfabetismo. A EJA ganha força nos debates nacionais, que se materializaram na forma de campanhas de alfabetização pelo Brasil. (MELO; LOPEZ Eliete, 2005, p.135).

As campanhas se intensificaram no ano 1946, com a realização da Campanha Educação de Adolescentes e Adultos (CEEA). Já em 1947, foi realizado o I Congresso de Educação de Adultos (EDA), realizado pelo Governo Federal, que serviu como marco inicial da campanha do CEEA. Outra importante iniciativa no avanço da EJA no país, foi a criação em 1947 do Serviço de Educação de Adultos (SEA). No entanto, todas essas iniciativas eram voltadas quase que exclusivamente ao público discente das cidades, excluindo-se assim, o público discente da EJA da zona rural.

É somente no ano de 1952 que vamos ter umas das primeiras iniciativas e campanhas educacionais voltadas para o público do meio rural, com criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). De 1958 até 1961 intensificou-se as campanhas nacionais de combate ao analfabetismo e ocorreu o II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MELO; LOPEZ, 2005, p.135).

O contexto mundial das décadas de 1940, 1950 e 1960 foram marcadas por complexos movimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, como a II Guerra Mundial, a Revolução Chinesa, A Revolução Cubana, a Guerra Fria, a Descolonização da África e Ásia e o Concílio Vaticano II. Todos esses movimentos, ocorreram em um momento, no qual o sistema capitalista, estava em desequilíbrio na tentativa do seu processo de hegemonia.

No Brasil, em fins da década 1950 e início dos anos 1960, vários movimentos sociais ganharam espaço nos debates políticos e sociais, tanto nas cidades, como no campo. Esses movimentos, ganharam ainda mais força com as reformas implementadas no Governo João Goulart (1961-1964) (JARDILINO, 2014, p. 49 e 50).

Foi em meio a esse contexto global, que os ilhéus de Caratateua, conquistaram sua primeira escola voltada para atender as filhas e filhos da ilha. A EEEFM do Outeiro teve sua fundação no ano 1955, é a instituição de ensino, mais antiga de Caratateua. Para abordar sobre o processo histórico da escola, irei utilizar as Leis Estaduais de sua fundação, documentos da própria escola, como o PPP (Projeto Político Pedagógico), e as pesquisas do morador Manoel Martins Franco<sup>36</sup> e relatos de antigos moradores e discentes dessa instituição de ensino.

A EEEFM do Outeiro teve sua fundação no ano de 1955. O governador na época era o Sr. Alexandre Zacharias de Assumpção (1895-1981), que no uso de suas atribuições, resolveu construir uma escola em Caratateua. O governador se reuniu na época, como Administrador de Outeiro, o senhor Hélio Moreira, e passaram a discutir o projeto de construção de uma escola. Das reuniões ficou decidido que a prefeitura de Belém-PA, faria a construção do prédio e forneceria a mão de obra, materiais de construção e a manutenção. Já o corpo docente e materiais didáticos ficariam sob responsabilidade do Governo do Estado do Pará. Porém, um problema dificultou o início das obras, era a questão do terreno onde seria erguido o prédio.

Naquele momento, um impasse se fez entre os moradores, pois na década de 1950 a maioria das famílias da ilha, sobreviviam da produção agrícola e a maioria não concordou inicialmente em ceder parte de seu terreno para a construção da escola. Segundo relatos de antigos moradores, os terrenos eram utilizados de forma rotativa, ou seja, anualmente os agricultores mudavam a plantação de um lado para o outro dos terrenos, o intuito desse processo era manter a fertilidade da terra.

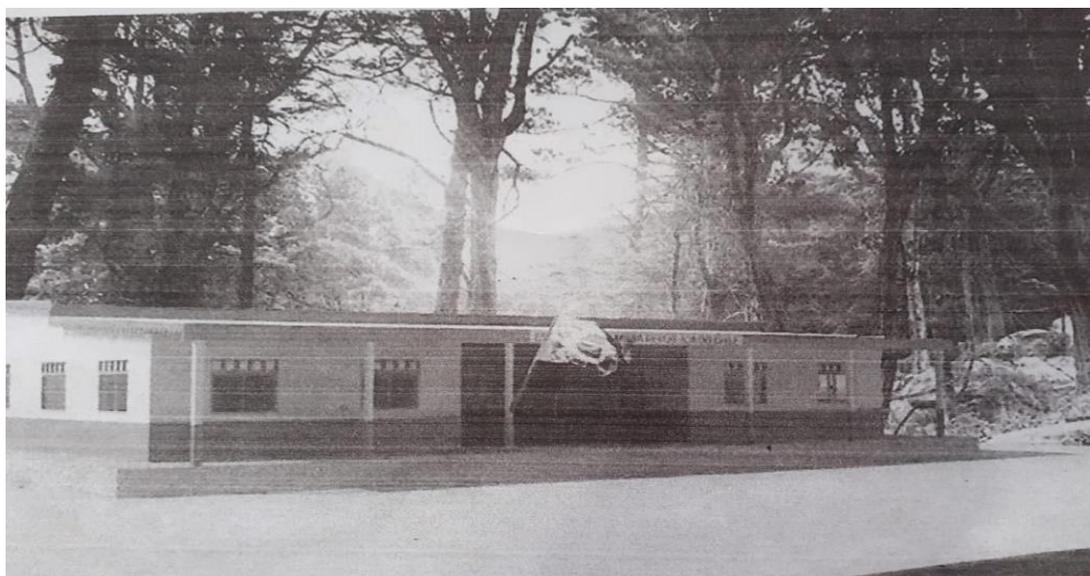
Uma comissão foi formada por representantes do Governo Estadual e moradores, para tentar solucionar essa questão. Apesar dos argumentos referentes a importância da escola para a comunidade, ninguém cedeu parte de suas terras para a construção. Foi então, que a Sra. Guilhermina Martins Franco e sua irmã, disponibilizaram uma área dentro de suas terras para viabilizar a construção da escola. O terreno que foi doado ficava localizado na primeira rua da ilha de Caratateua, onde hoje é denominada de Av Manoel Barata, no número 28.

---

<sup>36</sup> Relatos transcritos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEEFM do Outeiro.

Após solucionado a situação do terreno da escola, as obras iniciaram com fomento do Governo do Estado e Prefeitura municipal de Belém-PA. Os materiais para a construção, demoraram a chegar devido à dificuldade de transporte para a ilha na década de 1950, pois o transporte de mercadorias e pessoas naquela época, só ocorria via rio Maguari, ou via desembarque direto nas áreas de praia da ilha. Os materiais que chegavam, eram armazenados nas casas dos moradores, inclusive na casa da Sra. Guilhermina. O local da construção era constituído de floresta, e a abertura da área e derrubada de árvores contou com a contribuição de voluntários da própria comunidade. Na imagem 17, podemos visualizar a escola logo após sua inauguração, na qual, o destaque da fonte fotográfica é a flora da ilha composta por uma diversidade de árvores.

Imagem 17: Escola do Outeiro.



Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual do Outeiro

Na inauguração, um fato curioso chamou atenção dos ilhéus presentes. O nome da escola que estava na placa, trazia o curioso nome de Escola Isolada Mixta “República do Chile”. Duas coisas chamaram atenção de parte dos ilhéus na época. Uma era a palavra “Mixta”, que não existe nos dicionários da Língua Portuguesa. Provavelmente foi um erro, pois a palavra correta deveria ser “Mista”, nome comum naquele período, quando se referiam a instituições de ensino que admitiam matrículas de ambos os gêneros. A outra indagação, era referente ao nome República do Chile, se a escola estava localizada na Amazônia brasileira.

Independente das polemicas, em torno do nome, a escola passou a atender a comunidade de Caratateua. A Instituição, iniciou suas atividades com o ensino de 1º grau (hoje chamado de Ensino Fundamental Menor) até a chamada 3ª série. A partir da 4ª série os alunos de Outeiro, eram obrigados a se deslocarem para o distrito de Icoaraci-PA.

No início do mandato do governador Joaquim Cardoso de Magalhães Barata (1888-1959) teve início uma política de fiscalização e supervisão das instituições de ensino no Estado do Pará. Em uma dessas visitas, que ocorreu na escola da ilha de Caratateua, foi observado com estranheza o nome da instituição. Foi então autorizado pelo governo a mudança de nome, e a escola passou a se chamar Escola Reunidas de Outeiro.

No fim dos anos 1950 e início de 1960, tivemos uma mudança no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos no Brasil. Surge no cenário da EJA, o Professor Paulo Freire com uma proposta inovadora para a alfabetização, que revolucionou essa modalidade de ensino. Sua metodologia, começou a influenciar vários programas na educação de jovens e adultos no país. É o caso por exemplo, da criação em 1961 do Movimento Educação de Base (MEB), movimento de caráter educacional e cultural popular, atrelado a chamada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tinha no pensamento social cristão, um norte para coordenar as ações da educação de base, que a igreja participava no país. Outros organismos importantíssimos criados nessa época, foram os chamados Centros Populares de Cultura (CPC)<sup>37</sup>, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Em 1964 é promulgado o Plano Nacional de Alfabetização, plano este que norteava a propagação por todo território nacional de programas de alfabetização. Todos esses novos programas e políticas públicas educacionais, foram direcionados a partir das propostas do Professor Paulo Freire (MELO; LOPEZ ,2005, p.136).

---

<sup>37</sup> O Centro Popular de Cultura (CPC) foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária". O núcleo fundador do CPC foi formado por Oduvaldo Viana Filho, pelo cineasta Leon Hirszman e pelo sociólogo Carlos Estevam Martins. Os fundamentos e os objetivos da entidade foram definidos num anteprojeto de manifesto, datado de março de 1962, e reafirmado num manifesto definitivo divulgado em agosto do mesmo ano. Fonte: <https://repositorio.ufu.br>. Acesso dia 29 de outubro de 2022.

No Estado do Pará, algumas ações ligadas ao MEB foram direcionadas para o público da EJA. Realizadas em municípios e localidades do interior do Estado, como foi o caso da cidade de Bragança-PA. Naquela cidade através do esforço de professores e membros da igreja católica, o ensino era disponibilizado através do método de Escolas Radiofônicas, na qual os discentes tinham aulas dentro e fora do ambiente escolar, através de programas educacionais via rádio, mediado por um tutor local. Os discentes se reuniam em círculo em volta do rádio, e dessa forma poderiam dar segmento aos seus estudos. Esse formato contribuía para o crescimento dos chamados círculos, e no envolvimento dos discentes e comunidades, no processo educacional de cultura desenvolvidos pelo professor Paulo Freire, como nos mostra os autores (MACIEL; CASTRO; FRANÇA, 2015, p.196 - 197).

Um fator importante da aproximação dos círculos de cultura se deve também porque muitas localidades do interior do Estado do Pará, nos anos de 1960, foram se organizando em pequenas vilas, colônias e povoados com famílias, onde a maioria das escolas funcionava com as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvendo o espírito comunitário por meio das equipes de serviços que integralizavam as ações educativas e sociais nas comunidades. (MACIEL; CASTRO; FRANÇA, 2015, p.196 e 197).

Nesse período da história da educação de jovens e adultos, houve alguns avanços nas políticas públicas educacionais voltadas em especial para a luta contra o analfabetismo e, em alguma medida, voltadas para o mundo do trabalho. Claro, que a maioria dessas políticas, eram capitaneadas pelos governos federais que se sucederam, e tinham um caráter centralizador e verticalizado. Porém, tais políticas só foram possíveis de serem implementadas, devido um certo momento político e democrático que o Brasil vivenciou entre fins de 1940, e que foi encerrado com o golpe civil-militar e a implantação de uma Ditadura Militar em 1964.

Nos primeiros anos da Ditadura Militar, os programas educacionais de alfabetização de jovens e adultos foram sendo encerrados ou tendo uma significativa

diminuição no repasse de recursos financeiros por parte do tesouro nacional, principalmente os programas que tinham como base os ideais freirianos. Os primeiros anos do governo militar, ficaram marcados por uma lacuna nos programas educacionais voltados para o ensino de jovens e adultos. Somente em 1967, o governo retoma os programas de alfabetização. A EJA e os programas de alfabetização tomam um novorumo. O caminho escolhido pelos militares foi pautado em políticas assistencialistas e conservadoras.

A Ditadura Militar implementou através da lei nº 5.370 o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL<sup>38</sup>. O Mobral, era visto pelos militares, como um sistema de controle da população. Esse programa tornou-se uma referência para a EJA durante a Ditadura Militar. A ideia do Mobral, era diminuir o analfabetismo e ofertar condições para que jovens e adultos pudessem retomar ou iniciar seus estudos. Porém, o programa tinha a função de tornar os discentes “seres funcionais”, a partir do domínio mínimo das técnicas de leitura e matemática. (JARDILINO, 2014, p.59 e 60). Em 1969, o Governo Federal criou a Campanha Massiva de Alfabetização, que deveria se expandir e diversificar sua atuação em todo território nacional. Em 1970, foi criado o Ensino Supletivo<sup>39</sup>. Nessa lógica de diversificar os programas, surgiu o chamado Programa Educação Integrada (PEI), que tinha um formato reduzido do antigo curso primário. Basicamente, foi esse o cenário da educação da EJA, durante o período dos militares no poder no país até fins da década de 1970 e início dos anos 1980 (MELO; LOPEZ, 2005, p.136).

A EEEFM do Outeiro, participou desse processo com a oferta do MOBRAL no ano de 1975. A implantação do MOBRAL na ilha, só foi possível com o trabalho de duas professoras ilhéus, a professora Alzira Sebastiana Gadelha Cabral e Leonice Gadelha Franco. O MOBRAL foi ofertado por aproximadamente um ano, e depois foi descontinuado. No final da década de 1970 e começo dos anos 1980, vivenciamos na história do Brasil, o período da Redemocratização. Começava ali, aos poucos, uma virada, nos caminhos da EJA. Com o processo de Redemocratização avançando, os movimentos sociais passaram a reivindicar mudanças no rumo da

---

<sup>37</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado como fundação em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Vinculado ao ministério da educação, ele tinha por objetivo ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos anteriormente preenchidos por programas ligados aos movimentos sociais ou ao governo derrubado em 1964. Fonte: <http://quererepublicaessa.an.gov.br>. Acesso dia 30 de Outubro de 2022.

<sup>38</sup> O supletivo era o nome dado à modalidade educacional voltada para os estudantes que não finalizaram a educação básica no ensino regular. Ou seja, pararam de estudar por algum motivo e ficaram com atraso na vida acadêmica. O nome Ensino Supletivo foi substituído por Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Ministério da Educação (MEC). Fonte: [www.educartransforma.gov.br](http://www.educartransforma.gov.br). Acesso dia 30 de outubro de 2022.

educação no país. Em alguns Estados da federação, começavam a ser ofertadas matrículas em turmas de pós alfabetização, principalmente no turno noturno.

No ano de 1985 aconteceu a extinção do MOBREAL, que na época, já era um programa desacreditado por boa parte da sociedade. Em seu lugar o governo federal colocou a chamada Fundação Educar<sup>39</sup>, que passou a gerir os programas voltados para EJA (MELO; LOPEZ, 2005, p.136).

Na ilha de Caratateua, no início dos anos 1980, durante o governo de Jader Barbalho, tivemos novamente uma mudança no nome da escola do Outeiro, que passou a se chamar, Escola Estadual de 1º e 2º Graus do Outeiro. Nomenclatura essa, que sofreu outra alteração já na década de 1990, devido mudanças nas legislações sobre o ensino. No fim dos anos de 1990, passou a se chamar Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Outeiro, segundo informações do Projeto Político Pedagógico da escola do Outeiro (PPP).

Na década de 1980, ocorreu a construção da Ponte do Outeiro, que fez a ligação entre a ilha e a parte continental do município de Belém-PA. Até sua inauguração em 1986, os funcionários e docentes, para chegarem a ilha e a escola, tinham que passar pela travessia do rio Maguari, entre a 7ª rua no Distrito de Icoaraci e um pequeno trapiche, localizado onde hoje é o bairro da Brasília em Caratateua. Depois da travessia, ainda tinham que enfrentar uma grande parte do percurso a pé até chegarem na instituição de ensino. Com a construção da ponte, o acesso e o transporte à ilha melhoraram um pouco. Possibilitando, que as matrículas no turno noturno fossem ampliadas e, portanto, a oferta na EJA, facilitando o acesso ao ensino para esse público, na própria ilha, já que até aquele momento, muitos discentes para continuarem seus estudos, tinham que se dirigir ao distrito de Icoaraci-PA. Na atualidade, a Escola do Outeiro funciona com disponibilidade de turmas do Ensino Fundamental Maior (6º ao 9), Ensino Médio regular e EJA no período noturno.

---

<sup>39</sup> A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) foi fundada oficialmente em 1985 em substituição à Fundação Mobreal, extinta no fim da ditadura civil-militar, quando a Nova República se instala no país. Com *modus operandi* de parcerias com o poder público, financiou projetos de alfabetização de prefeituras e estados e organizou um largo programa de formação continuada de alfabetizadores, com o uso de tecnologias. Funcionou até o ano de 1990, quando também foi extinta no início do governo Collor. Fonte: <http://cremeja.org>. Acesso dia 31 de outubro de 2022.

A década de 1990, começou com o fechamento da Fundação Educar. A partir desse momento, um hiato se apresentou por alguns anos nas políticas voltadas para a EJA, pelos menos a nível federal. Alguns estados, e municípios, assumiram a realização de políticas educacionais voltadas para a educação de jovens e adultos. No entanto, em meados da década de 1990, a EJA ainda buscava seus caminhos e reformulações que mudassem a realidade de exclusão dessa modalidade de ensino.

A história da EJA no Brasil, até meados da década de 1990, exceto o início dos anos 1960, com o método Freiriano, foi de uma realidade de exclusão, vivendo a margem da maioria das políticas educacionais governamentais, e atrelada a políticas de diversos governos e contextos políticos, econômicos e sociais do país. (JARDILINO, 2014, p. 62- 63).

A educação no Brasil, no ano de 1996, teve um de seus principais marcos, a partir da elaboração e promulgação da chamada Lei Diretrizes Base da Educação Nacional (LDBEN- 9.394). A nova lei garantiu recursos próprios para a EJA. Ela veio implementar o que o Professor Paulo Freire e outros pensadores da EJA debatiam e afirmavam a tempos, de que o ensino da EJA, tem suas especificidades e diferenças em relação ao chamado Ensino Regular. A EJA, é uma modalidade de ensino voltada para discentes adultos, e que tem suas demandas bem específicas (BONETE, 2012, p. 39). É nessa perspectiva, que a LDBEN em seu artigo 37 e 38 coloca essas especificidades:

“[...] a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. Para Moacir Gadotti (2007:31), falar em Educação de Jovens e Adultos é pensar primeiramente como “educação de adultos”, pois os que frequentam esta modalidade são majoritariamente jovens e adultos trabalhadores, que lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O autor ainda afirma que os alunos da EJA não devem ser tratados como crianças cuja história de vida apenas está começando, pois, as realidades são diferentes. (GADOTTI, 2007 apud BONETE, p.39)

Não podemos negar as novas perspectivas que a LDBEN trouxe para a Educação Básica no país. No entanto, para a EJA, os avanços foram pouco significativos. Na realidade, ela foi reduzida a cursos e exames supletivos. Os últimos anos de 1990, foram importantes no que diz respeito, ao retorno das conferências de educação voltadas para a EJA. Em 1997, aconteceu na cidade de

Hamburgo na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos<sup>40</sup> realizada pela UNESCO. Essa Conferência se tornou um marco na história, pois passou a vincular a educação de jovens e adultos ao denominado desenvolvimento sustentável e equitativo dos seres humanos (MELO; LOPEZ, 2005, p.136).

Em 1998, tivemos o surgimento dos Encontros Nacionais de Educadores de Jovens e Adultos (ENEJAS) e os Fóruns de EJA<sup>41</sup>. Levando a EJA, ao patamar de ensino como um direito. A partir de então, a LDBEN nos artigos 37 e 38 passou a confirmar a obrigatoriedade e gratuidade na oferta de educação regular, para todos aqueles que não tiveram por motivos diversos esse direito, e acabaram não frequentando, ou não conseguiram dar segmento na sua formação escolar. No ano de 2000, com a direção de Carlos Roberto, é aprovado o parecer de número 11/2000 CEB/CNE dando as diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e suas funções. (MELO; LOPEZ, 2005, p.136 apud MACHADO).

Os desafios dessa modalidade de ensino, ainda são grandes na atualidade. Porém, sabemos da fundamental importância da EJA, e sua relevância social na garantia de direitos, como o acesso, permanência e sequência do processo educacional desses discentes na educação dita formal, ou seja, nos vários níveis de ensino. Não podemos estar satisfeitos apenas com a matrícula desse discente, e sim ofertá-los um ensino e aprendizagem de qualidade nos estabelecimentos de ensino. Essa responsabilidade, não pode ser atribuída apenas aos professores e ao corpo de trabalhadores da escola. O compromisso com uma EJA de qualidade, deve ser assumida com toda força pelos poderes públicos constituídos e nas diversas esferas de poder e, por outros setores da sociedade civil, ou seja, é uma luta em que todos e todas devemos assumir. (ROCHA, 2016, p. 16).

O percurso histórico da EJA, mostra que a maior parte das políticas públicas educacionais, em governos diferentes e, em épocas distintas, salvo algumas

---

<sup>40</sup> Esta conferência conseguiu, por meio de um novo tipo de diálogo entre representantes de governo e da sociedade civil, articular a educação de adultos com o desenvolvimento humano sustentável e equitativo, com a geração de emprego e renda, e as metas principais do desenvolvimento social. Fonte: [www.catedraunescojea.com.br](http://www.catedraunescojea.com.br). Acesso dia 01 de novembro de 2022.

<sup>41</sup> Os fóruns de EJA apresentam-se como espaço de interlocução e discussão entre os vários segmentos interessados na educação de jovens e adultos e buscam propor ações que contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito à educação independentemente da idade como proclamado na Constituição de 1988. Fonte: <https://alb.org.br>. Acesso dia 01 de novembro de 2022.

exceções, foram políticas de ensino voltadas na perspectiva paliativa, ou seja, políticas direcionadas muitas das vezes, apenas para se enfrentar a questão do analfabetismo no Brasil. Na próxima sessão vou discorrer sobre os discentes idosos que estão inseridos na agora denominada EJAI.

#### **4.1 O I DA EJAI**

Os docentes que trabalham na EJAI, se deparam com salas de aula constituídas de um público discente diverso, inclusive na questão etária. Essa modalidade de ensino, tem um público dito jovem de (18 a 29 anos), um público Adulto (de 30 a 59 anos), e um público denominado Idoso de (60 anos em diante). No entanto, a nomenclatura anterior como era conhecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não contemplava o público discente idoso. Essa correção foi realizada anos atrás. Atualmente essa modalidade vem sendo denominada EJAI. Apesar da inclusão recente do “I” na EJAI, a presença dos idosos nas instituições de ensino já acontecia a muito tempo.

Os discentes idosos que frequentam a Escola do Outeiro, são um público diverso em vários aspectos: sociais, familiares, financeiros, étnicos e religiosos. Os discentes idosos têm diferenças em relação ao contato com as instituições de ensino. Alguns desses estudantes tiveram pouco anos de estudos na escola, já outros tiveram mais tempo de permanência. Contudo, uma característica expressiva nesses discentes, é ter tido seu último contato com as instituições de ensino a um relativo tempo. O discente idoso, independentemente dessas diferenças, retorna à escola em uma fase da vida, na qual adquiriu muita experiência e bagagem cultural, que podem ser potencializados na relação de ensino e aprendizado da história e demais disciplinas.

Os discentes idosos que chegam na escola, em sua maioria, vivenciam processos de libertação, ou seja, ao frequentarem as instituições de ensino, se libertam de uma história vivenciada no passado, que muitas das vezes, foi marcada por processos de opressão, evasão escolar, questões de trabalho na fase da infância e adolescência para contribuir com a renda familiar. Os idosos que estão na escola, procuram se libertar de um tempo presente que lhes impõe desafios, de uma sociedade, que em parte, ainda teima em marginalizá-los, associando-os como ultrapassados tecnologicamente, impotentes, dependentes e pouco capazes

de aprender o que se ensina na escola. Portanto, para esses idosos da EJAI, estar na escola é sinônimo de resgate ou inserção na vida de estudante, que lhes foi negada anteriormente e, que agora podem desenvolver e mostrar todo seu potencial nessas novas relações de ensino e aprendizado (PEREIRA, 2012, p.11).

Os Idosos atuais, estão vivendo mais do que em gerações passadas e, portanto, redefinindo os paradigmas da dita Terceira Idade<sup>42</sup>. A diversidade e a complexidade das pessoas acima de 60 anos estão aí, postas nas ruas, no seio familiar e nas variadas instituições da sociedade. Entre os idosos, temos pessoas que não são mais vistas como dependentes, muito pelo contrário, temos idosos que estão no mercado de trabalho, inseridos em diversas atividades sociais, culturais, econômicas, políticas, esportivas, e que conseguem se relacionar com a diversidade das outras gerações.

Grande parte desses idosos da EJAI, tem importância chave em suas famílias e nas comunidades em que vivem e na escola. E nesse último ponto, que é a escola, fica uma reflexão sobre como essas instituições de ensino, estão acolhendo e trabalhando as especificidades desse público. A participação cada vez maior de idosos na escola, traz novas necessidades e perspectivas pedagógicas diferenciadas nas relações de ensino e aprendizado por parte de todas e todos que fazem o processo educacional no país, principalmente no ensino público, onde são integrados a maioria desses novos discentes. São mudanças, nas políticas públicas educacionais, que devem fomentar agendas sociais e políticas para esse público de discentes idosos (PEREIRA, 2012 p. 12 -13).

Os idosos, em sua maioria, passam por diversos processos de discriminação em seu cotidiano. Mulheres e homens idosos, começam a conviver com a invisibilidade social, ou seja, aos poucos vão desaparecendo socialmente, sendo escanteados em suas opiniões e na maioria das vezes, limados do mundo do trabalho, dos postos de controle, de tomadas de decisões e, em muitos casos, o idoso passar por agressões físicas, verbais e psicológicas. Algo que ocorre com certa frequência, é ter seus bens e finanças subtraídas por familiares ou pessoas próximas a eles, e ainda em muitos casos, vivenciam um processo de exclusão de suas experiências, lembranças e isolamento socioafetivo em geral.

---

<sup>42</sup> A Terceira Idade é a categoria social que nas últimas décadas vem crescendo consideravelmente em todo mundo. Aqui no Brasil os idosos têm sido contemplados por diversos estudos e pesquisas sobre o envelhecimento, o que vêm permitindo a eles, vivenciar algumas novas experiências de vida proporcionadas por alguns projetos advindos destas pesquisas. Fonte: <https://revistas.uepg.br>. Acesso dia 03 de novembro de 2022.

Essa é parte da realidade vivida por muitos idosos no Brasil. Portanto, a escola ao receber esses discentes idosos, não pode reproduzir tais condutas, muito pelo contrário, ela deve acolher, e junto com eles, contribuir para uma relação de ensino igualitária, que busque um aprendizado qualitativo para essas alunas e alunos idosos. (PEREIRA, 2012, p. 15).

Trabalho com a EJA no turno noturno na EEEFM do Outeiro, desde 2008, e em quase todas as turmas que trabalhei nesse período, tinham algum discente idoso, que em sua maioria eram ilhéus antigos de Caratateua. Nesse percurso de 15 anos trabalhando com essa modalidade de ensino, percebi que esse público é diverso, e apesar das dificuldades iniciais por conta do tempo fora da escola, ao serem acolhidos e interagirem com a dimensão escolar, passam a contribuir significativamente para a dinâmica de ensino e aprendizado da história. Esses discentes idosos ilhéus, carregam histórias, memórias e conhecimentos sobre Caratateua e seu Conjunto Patrimonial Ambiental.

Essa oralidade traz memórias individuais e coletivas construídas em comunidade que mostram histórias de lugares, espaços e patrimônios ambientais que estavam abandonados e esquecidos por uma sociedade que muitas das vezes o excluem, e tentam apagar seus rastros. Esse conhecimento foi importante na obtenção de fontes e na elaboração do MDIC, que irei apresentar no próximo capítulo. (PEREIRA, 2012, p. 17 e 18).

O MDIC, vai contemplar esse importante público discente com layouts, fontes e imagens que possam contribuir com a usabilidade do produto educacional e com ensino da história. Na próxima seção irei discorrer sobre a importância do ensino da história para a EJA.

## **4.2 O ENSINO DO HISTÓRIA NA EJA**

O Ensino de História na EJA é fundamental, pois sua relevância está relacionada a vida e o cotidiano dos discentes. Nesse sentido, a disciplina História, pode contribuir na inteligência da sistemática organizacional das sociedades e dos contatos que ocorrem entre elas, suas modificações e permanências, e das possibilidades de ação desses discentes na realidade em que estão inseridos, como por exemplo, a realidade vivenciada por discentes ilhéus idosos da ilha de Caratateua e suas relações cotidianas (ROCHA, 2016, p. 21).

A importância de EH como disciplina, decorre de sua notoriedade no mundo contemporâneo que cerca a todos com seus dilemas e conflitos, sem perder a perspectiva de que, uma parte significativa das pessoas compreendem a natureza e os objetivos do conhecimento histórico de maneira peculiar (BONETE, 2012, p. 41) Essa relação entre docentes e discentes e a diversidade de interpretações e citada pelo autor Bonete:

Por um lado, para os educadores, a História envolve a análise da relação causa e efeito, numa tentativa de compreensão de como a sociedade evoluiu com o passar do tempo, para outras pessoas, por outro lado, é fonte de lições morais, um modo de identificar heróis e vilões, ou mesmo uma fonte de identidade individual e pessoal. Outro destaque em Barton mostra que, para as pessoas, de forma geral, a História procura explicar quem somos, de onde viemos, como família, comunidade, nação ou etnia, ou simplesmente surge como uma forma de divertimento pessoal. No entanto, qualquer dessas perspectivas poderá ter alguma importância em um determinado momento da vida. Esse leque variado de perspectivas deve ser levado em consideração, já que os alunos chegam à sala de aula com algum conhecimento de História(PARENTE, 2004 apud BONETE ,2012, p.41).

Autores nacionais discutem as problemáticas e as questões referentes ao EH, a muito tempo e, trazem o debate sobre a importância do ensino da disciplina história, é o caso de Jayme Pinsky e Carla Pinsky (2003, p. 28 apud BONETE, 2012, p. 41), eles citam que o conhecimento histórico traz uma imensa capacidade modificar os elementos que contribuem para a formação crítica tão enfatizada nos currículos da escola. Para esses autores, é indubitável a particularidade da história e seu ensino, pois esta apresenta debates, diálogos e reflexões necessárias para que os discentes compreendam a sociedade na qual estão inseridos. Outra autora nacional que aborda essa questão, é Selva Fonseca (2003 apud BONETE 2012, p.41). Para ela a disciplina de história e seu ensino são fundamentais pois:

o seu ensino, os sujeitos, os saberes, as práticas, as experiências didáticas têm uma enorme importância para a vida social, para a construção da democracia e da cidadania. É por meio dos diversos processos e mecanismos, fontes e atos educativos que compreendemos a experiência humana, as tradições, os valores, as ideias e as representações produzidos por homens e mulheres em diversos tempos e lugares (FONSECA, 2003, p.11 apud BONETE, 2012, p.41 e 42)

O EH para Selma Fonseca, é importante no sentido de debater a história e, viabilizar o ensino na direção de se pensar múltiplas metodologias, que se apliquem

nos mais diversos lugares, pensando novas fontes e novas formas de educar cidadãos, que estão inseridos numa sociedade complexa, marcada por diferenças e desigualdades. Portanto, o que temos é um entendimento por parte de diversas autoras, autores e docentes, que o ensino de história é necessário e significativo para a relação de ensino e aprendizado na EJAI (BONETE, 2012, p.42).

A relação de ensino e aprendizagem, deve enfatizar, de forma nítida, que os aspectos sociais e culturais do dia a dia dos discentes, são elementos imprescindíveis na compreensão dessa modalidade de ensino. Nessa perspectiva, temos a teoria e a metodologia desenvolvidas pelo Professor Paulo Freire, que nos ofertam um bom norte para a compreensão das práticas educacionais na EJAI. Paulo Freire, mostra que a história aliada ao processo educacional devidamente trabalhada, oferta aos discentes, contribuições essenciais para estes maximizarem sua percepção crítica de mundo e da sua realidade local. O Professor Paulo Freire desempenhou uma significativa atuação para a história da escolarização de jovens e adultos no Brasil e em outros países da América Latina. Paulo Freire (1987, p. 39) como nos mostra:

Que os alunos vivem sob o contexto da exclusão social, uma vez que todos os seres humanos estão inseridos numa sociedade marcada pelos avanços das inovações tecnológicas e pela abundância na produção do sistema capitalista. Essa mesma sociedade com seus devidos projetos e desenvolvimentos excluem homens e mulheres do exercício da cidadania, pois geram grandes desigualdades sociais, preconceito, fome, miséria e desemprego (apud BONETE, 2012, p.42).

O EH, pode proporcionar um leque de possibilidades e de novas proposições que estimulem nos discentes suas potencialidades e, que possam contribuir com processo, no qual se reconheçam como sujeitos da história e como produtores de saberes que podem modificar a sua realidade, e de sua ilha. O professor pesquisador de história, deve ser um mediador nesse processo. Os conteúdos, as discussões historiográficas, as fontes e os procedimentos metodológicos, devem estar alinhados com as demandas do público da EJAI. (ANDRADE, 2011, p.6 Apud ROCHA, 2016, p.182).

O Professor de história, pode problematizar o presente, e tornar os conteúdos desenvolvidos na EJAI mais significativos. A autora (ROCHA ,2016,p.182) nos mostra caminhos possíveis de se trabalhar o ensino de história na EJAI:

Além da “história-problema”, da dinamização das relações entre o passado e o presente, o estudo a partir de diferentes fontes históricas também contribui para que o estudante se sinta parte do processo, e não apenas um receptor: No que tange ao ensino de História, o uso de variadas fontes e linguagens (cinema, música, literatura, jornais, jogos etc.) para trabalhar com esta disciplina e desenvolver estas experiências/vivências, possibilita o (re) pensar e (re) significar de práticas didático-pedagógicas que não consideravam os/as estudantes e suas formas de sociabilidades como elementos centrais no processo de ensino-aprendizagem (SILVA, 2009, p.2).

Os discentes da EJAI, devem ser estimulados a interagir no processo de construção dos saberes da história, dentro e fora de sala de aula, pois suas contribuições podem maximizar suas potencialidades e capacidades de aprendizado. Temos que incentivar e trabalhar com os conhecimentos que o público da EJAI traz para as instituições de ensino. Como ressaltou Abreu (2009, p.5), “A EJAI não restringe somente a um processo alfabetizatório, hoje ela assumiu outras feições, não se limita mais a dominar os simples códigos da escrita e leitura”. (ROCHA, 2016, p.182).

Os conteúdos que são trabalhados na disciplina história, devem dialogar com a diversidade de conhecimentos, conteúdos e experiências acumulados pelos discentes da EJAI. Nesse sentido da valorização, temos que repensar a questão do currículo. Nesse ponto, é importante selecionar conteúdos que possam dialogar com os discentes. O papel dos professores de história nessa perspectiva de valorização da EJAI, é fundamental como cita Nicodemos ( 2013, p.13), “vê [...] os professores como redefinidores de políticas de currículo em suas salas de aula, entendendo que a recriação e execução de um currículo crítico constitui esforço teórico e político na construção de um ensino comprometido com a realidade dos alunos jovens e adultos trabalhadores e na superação das questões específicas e complexas em torno do conteúdo histórico e de sua seleção no espaço escolar” (NICODEMOS, 2013, p. 13 apud ROCHA, 2016, p.183).

Nas salas de aula da EJAI, temos a presença de um público diverso, formado por jovens, adultos e idosos. Esses discentes, chegam aos estabelecimentos de ensino com uma rica história de vida e de conhecimentos adquiridos durante suas trajetórias de vida fora do ambiente escolar. São histórias e conhecimentos vividos e experimentados a partir de suas experiências no cotidiano. As alunas e alunos da EJAI, já entram na escola com um direcionamento do que querem das instituições de ensino e, a escola é o ambiente onde esses discentes buscavam vias para encontrar

encontrar mudanças em sua condição de vida, trabalho e, até, de sua autoestima (BONETE, 2012, p.44).

Portanto, os discentes, aportam na sala de aula com conhecimentos sobre o local onde moram, sua dinâmica cultural, social e ambiental. Esses conhecimentos precisam ser valorizados, trabalhados e potencializados pela escola em suas práticas educacionais que conciliem com o mundo dos discentes:

Nessas duas passagens observa-se a necessidade de práticas que se adaptem ao modo dos alunos. Tal ponto é enfatizado nas Diretrizes quando é postulado que a “EJA deve ter uma estrutura flexível e ser capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos, devem ser respeitados os limites e possibilidades de cada aluno”, logo, é um desafio para que a permanência e o sucesso nos estudos dos alunos da EJA estejam assegurados (DCE/PR, 2006: 28) (BONETE, 2012, p.46).

As salas de aulas da EJAI, são campos férteis para a produção de conhecimento. A relação de ensino e aprendizagem, pode ser amplificada com um ensino de história que faça os discentes serem valorizados e tornando-os protagonistas, e participes na interação e construção dos conhecimentos da história de seu lugar, como é o caso da Ilha de Caratateua. (BONETE, 2012, p.48).

Finalizo esse capítulo, reforçando a importância e a necessidade de um olhar de atenção e acolhimento por parte das redes de ensino e dos profissionais da educação para com a EJAI. Essa modalidade de ensino, precisa ser fortalecida, com projetos e ferramentas educacionais que possam contribuir na qualidade do ensino. É nessa perspectiva, de contribuir com a EJAI, que apresento, no último capítulo dessa dissertação, o produto educacional chamado: Mapa Digital da Ilha de Caratateua.

## 5 O MAPA DIGITAL DA ILHA DE CARATATEUA

Neste capítulo vou apresentar o produto educacional denominado, Mapa Digital da Ilha de Caratateua (MDIC), que desenvolvi com a participação dos discentes da EJAI, da EEEFM do Outeiro. O MDIC, é um recurso didático-pedagógico que pode contribuir e potencializar o EH. A ferramenta educacional, traz alguns lugares que selecionei conjuntamente com os discentes, e que fazem parte do Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua (CPAIC), localizado no município de Belém-Pa. Esses lugares são: as Praias, o Bosquinho, o rio Maguari e a Fauna e Flora da ilha. O produto pode ser utilizado por discentes e docentes de outras modalidades de ensino, por outras redes de ensino (privada, municipal e federal), e, também, por usuários de maneira geral. O mapa pode ser manipulado, tanto no ambiente escolar, como fora dele, por conta de seu formato e de sua simples usabilidade.

Figura 18: Mapa Digital da Ilha de Caratateua



Fonte: Autor (2022).

Na imagem 18, apresento o layout principal do mapa, contendo os ícones (hiperlinks), referentes ao CPAIC.

Esse conjunto, foi visitado, estudado e pesquisado por mim como professor-pesquisador da disciplina história e, por discentes das turmas da EJAII das primeiras e segundas etapas do ensino médio da EEEFM do Outeiro. Entre os objetivos da elaboração dessa ferramenta educacional, está a questão de potencializar o protagonismo discente, incentivar e valorizar a participação dos alunos e alunas de forma ativa na obtenção de fontes, histórias e memórias sobre os patrimônios ambientais da ilha. O MDIC, pode contribuir para tornar as aulas de história mais dinâmicas, interativas e aproximar os discentes da história e memória insular do município de Belém, contribuindo inclusive com a preservação e divulgação desses espaços junto aos ilhéus de Caratateua, visitantes e turistas em geral.

## **5.1 CONCEPÇÃO DO MAPA**

A ideia de desenvolver um mapa, ocorreu após observar as aulas de história para a EJAII no turno noturno e, perceber, a realidade e as dificuldades vivenciadas cotidianamente por discentes e docentes da EEEFM do Outeiro. Essa instituição de ensino, passou nos últimos anos, por uma série de assaltos, que culminaram com roubos de equipamentos, tais como: computadores, projetores, monitores e até mesmo, cabos de internet. Naquele cenário, alguns docentes que possuíam suas próprias ferramentas tecnológicas, e as utilizavam na escola, passaram a não mais usá-las em suas aulas com a EJAII no turno noturno, pois tinham receio que novos episódios de violência ocorressem, e acarretassem risco para sua integridade.

Diante daquela realidade, observei que o único aparelho tecnológico que discentes e docentes, ainda traziam, e usavam na escola, era o aparelho celular. Foi nesse contexto, que passei a desenvolver uma ferramenta pedagógica de fácil uso por meio de aparelho celular. No entanto, apesar de ter sido inicialmente, pensado e projetado para uso em aparelho celular, o mapa, pode ser utilizado em outros dispositivos eletrônicos, como computadores, sem grandes dificuldades.

Os mapas são uma das ferramentas mais antigas que nos auxiliam na localização espacial. Os mapas mais antigos remontam a mais de 4500 anos a.C.,

Segundo HONG (2009), o mapa mais antigo do mundo foi criado em um pedaço de cerâmica produzido pelos babilônios entre os séculos XXV e XXIII a.C. Já LONGO (2011) apud SANTOS (2016 p.14) nos apresenta que “a origem dos mapas se deu por volta de 2.500 a.C.; pelos povos Sumérios, no qual representaram a Mesopotâmia, incluindo em sua representação o rio Eufrates e o Monte Zagros”. Segundo Porto (2010 apud OLIVEIRA (2012 p.11) mostra que os mapas surgiram da necessidade de utilização das chamadas cartas náuticas. A palavra carta tem origem cartaginesa, que passou a ser utilizada a partir da prática de marinheiros que desenhavam sobre mesas as rotas que iam percorrendo. Esses desenhos acabavam servindo como uma ferramenta de orientação pelos mares conhecidos até então. O autor William Santos (2016, p.15) nos relata a importância da utilização dos mapas:

O mapa é compreendido como uma linguagem mais antiga que a própria escrita. O homem em seu processo de evolução sempre procurou desenvolver atividades exploratórias do espaço circundante, na preocupação de representá-lo para diversos fins. O mapa surge, então, como uma forma de expressão e comunicação entre os homens e sua importância revela-se na sistematização e representação de informações, que vão desde a indicação de localidades, medição de distâncias e elementos contidos nelas (SANTOS, 2016, p. 15).

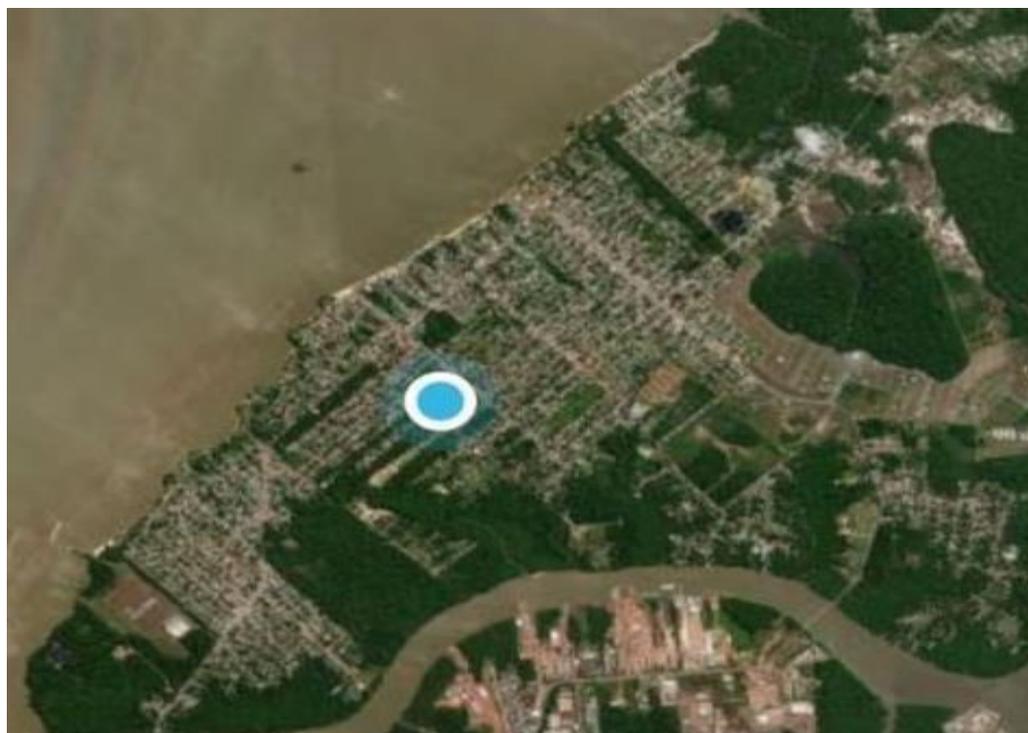
No mesmo sentido do autor William Santos, que cita a importância dos mapas na história, apresento um mapa, só que em versão digital. Essa versão, possibilita aos discentes da EJAI, e de outras modalidades de ensino, interagirem com um produto educacional estilizado e concebido numa formatação didática e pedagógica. O mapa, traz uma linguagem cartográfica de fácil compreensão, e que pode ser utilizado por docentes de história, e outras disciplinas, além de ter sua utilização incentivada e trabalhada de forma gradual conforme os avanços na capacidade de abstração dos discentes (OLIVEIRA, 2012, p.12).

Na escolha das cores do MDIC considerei aspectos naturais da ilha e seu entorno. A cor verde, por exemplo, é predominante no mapa. No entanto, a região mais a leste da ilha, o verde é mais destacado, pois é naquela região de Caratateua, que o processo de ocupação e desmatamento foram menos acentuados, pelo menos até pouco tempo atrás. No entanto, a partir da década de 2010, essa região vem sofrendo com um intenso processo de ocupação, revelando uma acelerada degradação ambiental. Na imagem 19, o destaque é a região centro oeste da ilha.

Foi nela, que o processo irregular de ocupação se iniciou, e foi a região mais degradada da ilha. A cobertura vegetal diminuiu significativamente nas últimas décadas. É nessa área, que se concentra a maior parte da população e dos bairros de Caratateua. Portanto, é o local que mais sofreu, e ainda sofre com o processo de degradação da natureza:

Pela verificação de campo realizada em Caratateua, percebeu-se que áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal, tais como as nascentes dos rios e suas margens, estão sendo ou já foram degradadas. Verificam-se vários sítios de nascentes e margens de canal ocupadas. Além da instalação de residências, nota-se ainda que algumas estradas foram construídas a menos de 5 m dos cursos d'água, isso para citar apenas um exemplo, e que as bordas das falésias tiveram a maior parte de sua vegetação retirada. Nesse sentido, percebe-se que a função de controle sobre a manutenção da vegetação, que compete ao poder público, não está sendo efetivada. É importante ressaltar que as modificações na cobertura vegetal acarretam consequências para os outros elementos que fazem parte do meio ambiente, sobretudo para a população residente. Sendo assim, torna-se pertinente uma maior regulação dos diferentes agentes sociais que utilizam esse espaço, para o melhor aproveitamento das potencialidades existentes, sem prejudicar o meio ambiente (SILVA *et. al*, 2012, p.99).

Imagem 19: Mapa de Outeiro



Fonte: Google Maps

Nas áreas do mapa, na qual visualizamos o rio Maguari, escolhi a cor branca e o tom barrento. Essas cores e tons são característicos, e representam a tonalidade das águas do rio Maguari e da baía do Marajó, na maior parte do ano. As águas do rio Maguari, sofrem influência das águas vindas do rio Amazonas, que nascem na região dos Andes, no Peru, e a partir dali, no seu percurso até o Oceano Atlântico, vai transportando quantidades enormes de sedimentos, que propiciam a coloração barrenta dessas águas.

No MDIC podemos visualizar as baías de Santo Antonio e Marajó, e nessa região, utilizei um tom mesclado de cores. Optei por essa diferenciação por conta da influência das águas do Oceano Atlântico que se misturam com as águas barrentas dos rios da região, principalmente na época do chamado Verão Amazônico, período no qual, o nível das chuvas diminui. Esse evento proporciona que as águas salgadas do Atlântico se misturem com as águas doces das baías e rios da região estuarina do município de Belém-Pa. Na imagem 20, destacamos um recorte do mapa, em que observamos essa característica natural da região, que se acentua principalmente entre os meses de agosto a dezembro.

Imagem 20: Área de contato entre as águas dos rios e águas do Atlântico.



Fonte: Autor (2022.).

O MDIC, traz em destaque as praias da ilha. Utilizei para representá-las uma cor em tom de marrom arenoso. Essa opção, teve o intuito de valorizar as faixas de areia das praias. Na imagem 21 destacamos um recorte do mapa, no qual podemos

visualizar as diversas praias da região. A maioria das praias, estão localizadas, como podemos observar no mapa, de frente para as baías de Santo Antônio e Marajó. No entanto, Caratateua, possui uma praia que se localiza na cabeceira do rio Maguari, que é denominada, praia do Redentor. Observe no canto inferior esquerdo da imagem, sua localização.

As praias Grande, Amor, Queral, Brasília, Artistas, Barro Branco e Redentor, são espaços significativos da identidade insular. São patrimônios ambientais que possuem importância, por suas histórias e memórias. Lugares, que podem abrir janelas, para o conhecimento da história insular do município de Belém. As praias de Caratateua são espaços de ensinar e aprender história.

Imagem 21: Praias da ilha.



Fonte: Autor (2022).

No layout do mapa digital, temos um ícone que remete a diversidade da fauna e flora da ilha. Na imagem 22, destaco essa riqueza, que é formada por árvores, plantas e animais que representam a diversidade biológica de Caratateua. Na imagem podemos visualizar um ícone, que conduz discentes e usuários, a imagens, textos

explicativos e vídeos que revelam parte desse patrimônio ambiental.

Imagem 22: Fauna e flora da ilha de Caratateua



Fonte: Autor (2022).

Elaborei um produto educacional voltado para a diversidade de discentes que compõe uma sala de aula da EJAI. Nesse aspecto, os layouts do mapa, foram concebidos, tendo o cuidado com o tamanho das fontes utilizadas nos textos. Alguns discentes da EJAI, são idosos, ou pessoas com alguma dificuldade na visão. Neste sentido, a ferramenta educacional, leva em consideração, possíveis limitações desse alunado, e de outros usuários do mapa. O produto pedagógico, também foi construído pensando nos discentes surdos. No vídeo de apresentação sobre a ilha de Caratateua, utilizei a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), através da utilização do chamado (Espaço Neutro). O espaço neutro, é onde se realiza os sinais nas quatro áreas principais de utilização e articulação dos sinais, como podemos visualizar na imagem 23. O espaço neutro, proporciona a esse público, uma melhor experiência e interação com o MDIC.

Imagem 23: Espaço Neutro



Fonte: Autor (2023.)

O MDIC, foi concebido com base nas ferramentas que fazem parte de um mundo cada vez mais tecnológico, e pautado nos recursos disponibilizados pelas chamadas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs<sup>43</sup>).

Nesse sentido, construí um produto educacional alinhado com as NTICs. A ferramenta contribui com novas ideias, em um contexto diferente do usual. Não optei pela utilização das NTICs, apenas por usar. Desenvolvi uma ferramenta educacional que valoriza a comunidade da ilha, os discentes da EJAI da EEEFM do Outeiro e, que, possibilita que o uso da tecnologia, não fique apenas relacionada a um equipamento, e sim às ideias, e às possibilidades de ensino e aprendizagem que podem advir da formatação dela.

Nesta perspectiva, as NTICs são compreendidas como boas práticas pedagógicas, e podem ser aliadas de discentes e docentes no desenvolvimento de um ensino mais dinâmico, interativo e, que busque, se aproximar da realidade e das expectativas cotidianas do alunado. O mapa digital, foi elaborado levando em

<sup>43</sup> A expressão foi usada pela primeira vez em 1997, por Dennis Stevenson, do governo britânico, e promovida pela documentação do Novo Currículo Britânico em 2000. São utilizadas em diversas maneiras e em vários ramos de atividades, podendo se destacar nas indústrias (processo de automação), no comércio (gerenciamento e publicidade), no setor de investimentos (informações simultâneas e comunicação imediata), na biblioteconomia e na educação (processo de ensino aprendizagem e Educação a distância. Fonte: <https://portal.educacao.pe.gov.br>. Acesso dia 04 de novembro de 2022.

consideração, as NTCIs alinhadas, planejadas e acompanhando os conteúdos curriculares da EJA. As NTICs, estão vinculadas cotidianamente às práticas dos docentes e discentes, pois lidamos atualmente com a chamada sociedade da informação<sup>44</sup>, “que exige das professoras e professores de história, novas habilidades e competências, que precisam estar conectadas com as novas ferramentas educacionais. (MILENA, 2014. p. 37).

Outro ponto relevante a se destacar nas NTICs, são suas consequências sobre o processo educacional nas novas gerações de discentes que já são nativas no uso das novas tecnologias. Nesse cenário, se faz necessário compreender os discentes que se incluem na chamada Geração Net.

A geração Net, é aquela constituída por pessoas nascidas a partir da década de 1980, que passaram a ter contato com controle remoto, vídeo game, joystick, os primeiros computadores e principalmente ao mundo da internet.

A geração Net, vivencia cotidianamente as chamadas Mídias Digitais<sup>45</sup>. Essas gerações, não se limitam apenas a serem simples consumidores, ou seja, usuários passivos dessas novas tecnologias. Ao contrário, exigem e atuam de forma proativa na busca por mais Interatividade<sup>46</sup>. São sujeitos que vivem imersos na cultura da simulação. O MDIC, foi pensado e, elaborado, na perspectiva dessa nova geração. Os links, são de fácil acesso, e alguns deles direcionam e conectam discentes e usuários a plataformas de compartilhamentos de músicas, muito utilizados na atualidade. (SILVA, 2012, p 4 - 5).

---

<sup>44</sup> A sociedade da informação é uma expressão que começou a ser utilizada no final do século XX, substituindo o termo “sociedade pós-industrial”. De acordo com o sociólogo Daniel Bell, a sociedade pós-industrial tem como marca o crescimento no setor de serviços, diferente do que ocorria durante a era Industrial, em que a produção de bens era a principal atividade econômica. Bell, também afirmava que, esse novo modelo de sociedade, valorizava mais o conhecimento teórico e as inovações tecnológicas, o que favoreceria uma nova estrutura de classes. Na “sociedade pós-industrial” seriam as profissões técnicas e intelectuais as mais importantes. Atualmente, a sociedade vive um “novo paradigma técnico-econômico”. A nova estrutura, decorrente da “sociedade da informação” apresenta outras características, sendo as principais: o uso das tecnologias de informação e comunicação como as grandes mediadoras das relações sociais e a possibilidade de adquirir e produzir conhecimento. Fonte: <https://edisdisciplinas.usp.br>. Acesso dia 05 de novembro de 2022.

<sup>45</sup> Mídia Digital é todo conteúdo ou veículo de comunicação que se baseia na internet e a utiliza como meio de distribuição. A mídia digital oferece a possibilidade de feedback por parte do receptor em tempo real. Fonte: Site [neilpatel.com](http://neilpatel.com). Acesso dia 09 de agosto de 2022.

<sup>46</sup> O termo interatividade resume, de certa forma, tudo o que de diferente é atribuído às novas tecnologias da informação e da comunicação por diferentes autores em função das suas posições teóricas. Fonte: Site [dca.fee.unicamp.br](http://dca.fee.unicamp.br). Acesso no dia 09 de agosto de 2022.

O mapa foi construído em conformidade aos recursos proporcionados pela chamada telemática<sup>66</sup>. As gerações digitais vivem em um ambiente carregado de sons, vídeos e imagens, e esse potencial foi explorado na criação do produto educacional. Sabemos que nossa memória visual, se prolonga muito mais que nossa memória textual. Portanto, o uso da telemática, pode auxiliar os docentes no sentido de contribuírem como fontes de pesquisa, para não sobrecarregarem os professores e professoras que muitas vezes se tornam os principais detentores das fontes que são trabalhadas no EH.

Uma parcela significativa de discentes, já nasceram na época da chamada Comunidade Virtual<sup>47</sup>, e cabe aos docentes realizar um processo de seleção de fontes, conteúdos e informações que possam tornar acessível o ensino em espaços virtuais. O MDIC, foi desenvolvido nessa perspectiva, para que os discentes desenvolvam habilidades que possam contribuir no processo de aprendizagem Kensky (2000) e Johnson (2001) (apud SILVA, 2012).

Na ferramenta educacional inseri o chamado princípio da simulação, que está se tornando uma constante no cotidiano das salas de aulas, como um recurso, ou seja, como ferramenta didática pedagógica. Nesse mesmo sentido, o mapa foi elaborado com base no chamado Design Instrucional<sup>48</sup> que vêm se consolidando como um importante recurso para o EH. Porém, ao nos apropriarmos e utilizarmos essas novas tecnologias, novos desafios profissionais surgem para os docentes, que em muitos casos tiveram pouco contato na sua formação inicial, com as NTICs e, que acabam se deparando com o uso dessas ferramentas já em plena atividade docente. A exigência do uso das NTICs se maximizou durante a pandemia causada

---

<sup>47</sup> O termo telemática resulta da junção das palavras telecomunicação (serviços de telefonia, fibra óptica, satélite, cabo, etc.) e informática (softwares, computadores, sistemas de redes, periféricos etc.), e se refere a qualquer sistema que transmite dados pela rede, seja em formato de texto, imagem ou som. A palavra Telemática foi criada em janeiro de 1978, por Simon Nora e Alain Minc, no relatório-livro intitulado "L'informatisation de la Societe" (A Informatização da Sociedade). Fonte: Site fluxodeinformação.com. Acesso dia 09 de agosto de 2022. 63 Howard Rheingold foi o primeiro autor a difundir o conceito de comunidade virtual, em 1993. Ele define a comunidade virtual como uma agregação cultural formada pelo encontro sistemático de um grupo de pessoas no ciberespaço. Este tipo de comunidade é caracterizado pela co-atuação de seus participantes, os quais compartilham valores, interesses, metas e posturas de apoio mútuo, através de interações no universo on-line. Fonte: Site cinted.ufrgs.br. Acesso dia 09 de agosto de 2022

<sup>48</sup> Design Instrucional é o planejamento, estruturação e desenvolvimento de conteúdo educativo, como cursos, treinamentos e programas de ensino. Trata-se de "desenhar" materiais de aprendizagem com alto nível de detalhamento, de modo a atingir determinados objetivos. Fonte: especializacao.icmc.usp.br. Acesso dia 09 de agosto de 2022.

pela covid-19, muitos docentes tiveram que aprender a lidar com inúmeras dessas ferramentas sem tempo hábil para aprender a usá-las.

A solução encontrada por muitos profissionais da educação, para atenuar essa problemática, foi a busca pela formação continuada nas Universidades e em algumas redes de ensino estaduais e municipais que disponibilizaram alguns cursos de formação emergenciais. A realidade, é que muitos docentes aprenderam e, aprendem a utilizar essas ferramentas no cotidiano, e até mesmo, com o auxílio de colegas de trabalho, e dos discentes que já possuem essas habilidades. No processo de elaboração do mapa, vivi intensamente essa realidade. No transcorrer do desenvolvimento do produto, tive que ao mesmo tempo, aprender, utilizar e estudar sobre várias ferramentas tecnológicas. (SILVA, 2007, p.8).

No processo de produção e elaboração, busquei realizar o planejamento, desenvolvimento e a aplicabilidade didática dessa ferramenta educacional ambientada no chamado Ciberespaço<sup>49</sup>. Na competência de elaborar Interfaces<sup>50</sup> discentes-computador-celulares, pois as interfaces são boas ferramentas que nos docentes podemos utilizar para o EH.

O desafio para professoras e professores, é elaborar interfaces gráficas baseadas em representações que possibilitem o diálogo pedagógico entre docentes e discentes. Os docentes devem conhecer e utilizar os chamados Hipertextos<sup>51</sup>, que são ferramentas importantes, e que vem inovando a maneira de narrar, escrever e ensinar, contribuindo, portanto, com o ensino de história na EJAI e em outras modalidades de ensino. Procurei inserir no MDIC, parte dessas propostas e ferramentas educacionais. (JONHSON, 2001, p. 84. apud SILVA, 2007, p.9).

---

<sup>49</sup> O "ciberespaço" é o ambiente criado de forma virtual através do uso dos meios de comunicação modernos destacando-se, entre eles, a internet. Este ambiente tornou-se possível graças a uma grande infraestrutura técnica na área de telecomunicação composta por cabos, fios, redes, computadores etc. O termo surgiu como o autor de ficção científica Willian Gibson, em 1984 no livro "Neuromancer". Foi utilizado para designar um ambiente artificial onde trafegam dados e relações sociais de forma indiscriminada. Para Gibson, ciberespaço é um espaço não físico no qual uma alucinação consensual pode ser experimentada diariamente pelos usuários. Fonte: [www.pedagogia.com.br](http://www.pedagogia.com.br). Acesso dia 10 de agosto de 2022.

<sup>50</sup> Interfaces é o nome dado para o modo como ocorre a "comunicação" entre duas partes distintas e que não podem se conectar diretamente. Um software ou sistema operacional, por exemplo, pode ser controlado através de uma pessoa usando um computador. A interface entre o software e o usuário é a tela de comandos apresentada por este programa, ou seja, a interface gráfica do software. Fonte: [www.sescsp.org.br](http://www.sescsp.org.br). Acesso dia 11 de agosto de 2022.

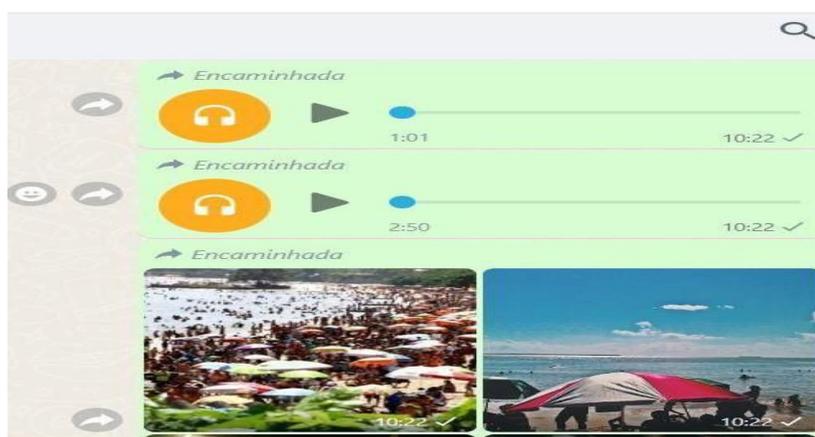
<sup>51</sup> O Hipertexto é um conceito associado às tecnologias da informação e que faz referência à escrita eletrônica. Desde sua origem, o hipertexto vem mudando a noção tradicional de autoria, uma vez que ele contempla diversos textos. Trata-se, portanto, de uma espécie de obra coletiva, ou seja, apresenta textos dentro de outros, formando assim, uma grande rede de informações interativas. Nesse sentido, sua maior diferença é justamente a forma de escrita e leitura. Assim, num texto tradicional a leitura segue uma linearidade, enquanto no hipertexto ela é não-linear. Fonte: [educaemcasa.petropolis.rj.gov.br](http://educaemcasa.petropolis.rj.gov.br). Acesso dia 12 de agosto de 2022.

O Mapa Digital, traz hiperlinks, contendo textos explicativos (resumos), fotografias, músicas, áudios, poemas, entrevistas e mapas, que revelam parte da história e da memória do CPAIC. Esse acervo foi selecionado com a contribuição dos discentes da EJAI e de ilhéus antigos de Caratateua.

Um desses hiperlinks direciona os discentes e usuários para os chamados PODCAST<sup>52</sup> (áudios). Os discentes da EJAI, produziram áudios junto aos ilhéus entrevistados durante as atividades de pesquisa de campo. Transformamos alguns desses áudios em podcasts para compor o MDIC. Na imagem 24, destaco um Print de celular, de uma discente da EJAI da EEEFM do Outeiro, que mostra uma entrevista realizada com uma moradora antiga da praia Grande. Esses áudios foram produzidos de maneira bem simples, com base nos aplicativos de áudios dos aparelhos celulares dos discentes, que possibilitou uma produção fácil e acessível para a maioria dos alunos e alunas.

O MDIC, passou a ganhar a formatação atual, a partir das aulas dialogadas com os discentes da EJAI. Apresentei o mapa, ainda em processo de elaboração, e a partir das aulas dirigidas, tive um retorno significativo dos alunos e alunas, fazendo com que o mapa ganhasse robustez.

Imagem 24: Print de celular de discente da EJAI com os áudios de entrevistas



Fonte: Autor (2022)

<sup>52</sup> PODCAST é um material entregue na forma de áudio, muito semelhante a um rádio. A diferença é que fica disponível para que o consumidor escute quando quiser, não é um programa ao vivo. Além disso, o conteúdo é criado sob demanda. Podemos dizer que os PODCASTS têm como base o conceito de áudio marketing, representando uma boa oportunidade de comunicação, com a proposta de levar mais informação, educar o público, além de produzir materiais que sejam criativos e entretenham o público, em formato de áudio. Fonte: Site rockcontent.com.br. Acesso em: 13 agosto de 2022.

A materialização do produto educacional, ocorreu efetivamente, a partir do planejamento de aulas envolvendo diretamente os discentes na sala de aula e, posteriormente fora dos muros da escola, com o desenvolvimento das atividades de pesquisa de campo, e as aulas passeios. As pesquisas realizadas pelos discentes da EJAI com moradores antigos da ilha, os relatos de memória e as fontes obtidas por eles, contribuiram para confecção do mapa, valorizando o protagonismo discente no processo educacional.

O conteúdo teve prosseguimento com aulas temáticas sobre o CPAIC. Na sequência, os discentes apresentaram seminários com base nas fontes coletadas em entrevistas realizadas com os alguns ilhéus antigos de Caratateua. Por fim, tivemos a culminância com a realização de uma aula passeio noturna, e a apresentação e o uso do mapa digital in loco, em dois patrimônios ambientais da ilha, como demonstrarei na sequência de aulas:

Na **aula 01** (90 minutos), o **primeiro passo** foi realizar uma aula dialogada com a temática sobre o (Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua), e sua utilização em um mapa digital. Apresentei aos discentes conceitos básicos sobre patrimônio ambiental. Na sequência, dialogamos sobre a importância dos mapas no desenvolvimento das civilizações e na história da humanidade. No **segundo passo**, apresentei o CPAIC (o Bosquinho, As Praias, o rio Maguari e a Fauna e Flora),

No **terceiro passo**, indagamos se os discentes conheciam todos ou parcialmente esses lugares e, se tinham, alguma relação, histórias e memórias desses ambientes. Na imagem 25, destaco um mapa da ilha, que trabalhei com os discentes da EJAI. O mapa mostra o processo de ocupação de Caratateua, a localização geográfica dos bairros, algumas ilhas vizinhas e a parte continental do município de Belém. Essa aula com a utilização de mapas, possibilitou uma maior interação e ampliou os conhecimentos sobre a ilha, além de ter fomentado bons debates sobre a história, memória e a geografia de Caratateua.

Imagem 25: Mapa da Ilha de Caratateua

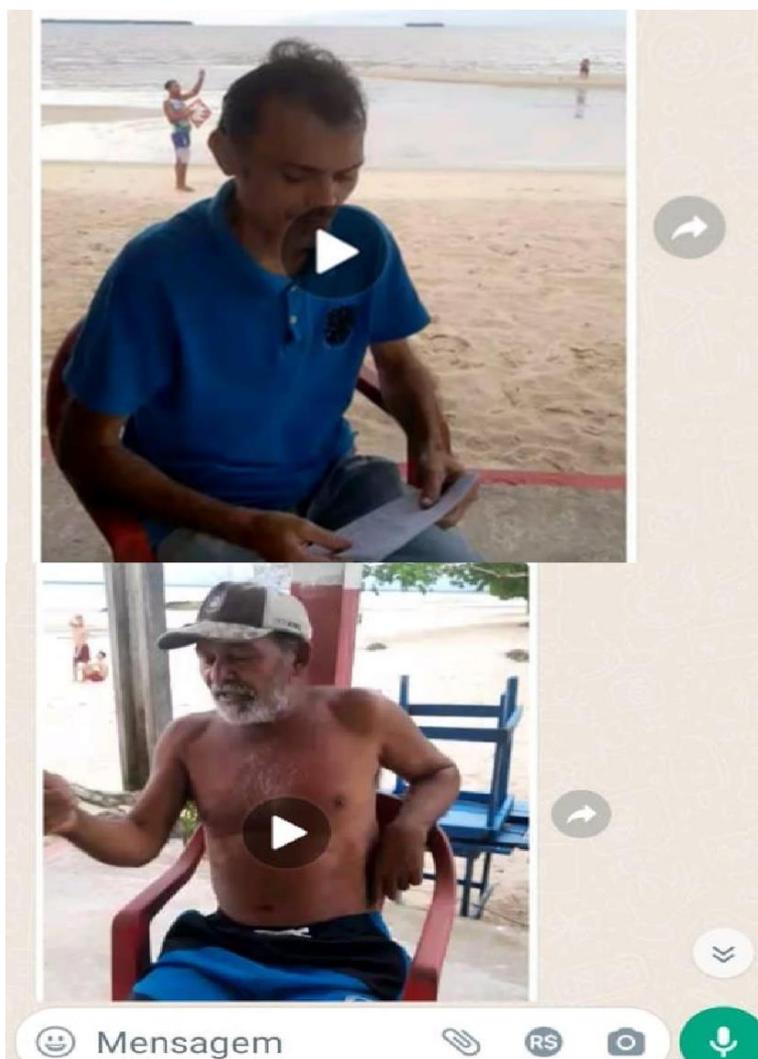


Fonte: Adaptado de CINBESA, 2019.

Na **aula 02** (90 minutos) o **primeiro passo** foi propor aos discentes a realização de seminários temáticos. No **segundo passo**, apresentei a metodologia, que consistia em pesquisas de campo, seguida da coleta de possíveis fontes, através de entrevistas com moradoras e moradores antigos da ilha de Caratateua. A partir das fontes obtidas, os discentes produziram conteúdos em áudio e vídeo. O **terceiro passo**, foi iniciar a formação dos grupos e a escolha por parte dos discentes dos locais selecionados a serem visitados e pesquisados. O **quarto passo**, foi observar entre os membros das equipes, aqueles que tinham alguma ligação mais direta com algum desses lugares ou mesmo parentes, vizinhos ou pessoas de seu conhecimento, que pudessem contribuir e participar do processo.

Na **aula 03** (60 minutos) No **primeiro passo**, reuni os grupos e aferi como estavam se desenvolvendo as pesquisas, entrevistas e a produção do material, que subsidiaria parte das fontes para a confecção do mapa digital. No **segundo passo**, selecionei com os discentes, os conteúdos que iam compor o material a ser inserido nos hiperlinks do mapa.

Imagem 26: Discente da EJAI realizando entrevista com morador na praia Grande



Fonte: Autor (2022)

Na imagem 26 destaco alguns prints de celular dos discentes da EJAI. Nelas podemos visualizar momentos do trabalho de campo e a produção das entrevistas e vídeos, realizadas por uma das equipes de discentes da 2ª etapa, junto a um morador antigo da praia Grande. Os alunos e alunas, utilizaram os aplicativos de áudios e vídeos de seus aparelhos celular, para realizaram as entrevistas. O uso do aparelho se mostrou uma ferramenta muito boa, prática e acessível para os discentes na produção dos conteúdos.

Na **quarta aula** (120 minutos) ocorreram as apresentações dos seminários. Nessas apresentações os discentes expuseram suas pesquisas com base nas fontes obtidas com as moradoras e moradores da ilha. Cada uma das equipes ficou

um tempo de vinte minutos para sua apresentação, e nos últimos 20 minutos foram destinados para perguntas e debates sobre os conteúdos apresentados.

Na **quinta aula** (120 minutos), foi realizada uma aula passeio, no turno noturno, ou seja, no horário em que ocorrem as aulas da EJAI na EEEFM do Outeiro (19:00 h às 22:00 h). O roteiro incluiu paradas em dois patrimônios ambientais da ilha, o Bosquinho e a praia Grande. Na aula-passeio foi apresentado aos discentes uma versão mais encorpada do MDIC, já incluídas algumas contribuições realizadas pelos alunos e alunas. Na imagem 27, podemos observar a realização da aula passeio. O destaque da fonte fotográfica é praia Grande e as águas da baía do Marajó. A aula contou com a presença de discentes e docentes da EJAI. Nela é possível observar a utilização do patrimônio ambiental da ilha, como um excelente espaço para o ensino e a aprendizagem da história e de outras disciplinas presentes no currículo da EJAI.

Imagem 27: Aula Passeio na praia Grande



Fonte: Autor (2022)

Na sequência irei discorrer sobre o desenvolvimento dos conteúdos do MDIC, destacando e analisando cada um dos lugares que selecionei e que compõem o conjunto patrimonial ambiental da ilha.

## 5.2 CONTEÚDOS DO MAPA DIGITAL

O Mapa Digital da Ilha de Caratateua, traz links com a perspectiva de Hipertextualidade<sup>53</sup> que direcionam discentes e usuários para conhecerem o CPAIC, que selecionei. A ferramenta educacional, foi produzida levando em consideração outras duas condicionantes que possibilitam situações cognitivas, são elas: a interatividade e a conectividade.

A interatividade se refere às questões de ligação entre os docentes e discentes, e as possíveis ferramentas de conexão que estes possam usar na relação de ensino aprendido. Já a conectividade, faz referência à operacionalidade em trabalhar em ambiente de rede. Esses dois elementos estão presentes no produto educacional.

Nesse contexto, os professores e o alunos precisam trabalhar em uma perspectiva que amplie as oportunidades de junção dos hipertextos, das multimídias e da realidade virtual. Essa conexão pode contribuir na comunicação, cognição e trabalho de discentes e docentes, contribuindo significativamente para a relação de ensino aprendido da disciplina história na EJAI. A ferramenta educacional foi elaborada pensando na conectividade, que está presente no cotidiano dos discentes e no ambiente escolar. (SILVA, 2007, p. 09).

O modelo que escolhi para formatar os hipertextos e os conteúdos do Mapa Digital, foi o PDF<sup>54</sup>. Os ícones em formato de PDF, permitem que o produto possa ser utilizado em computadores portáteis, de mesa e em aparelhos celulares. O uso do PDF foi pensado para facilitar a usabilidade do produto educacional na escola e fora dela. Essa formatação em PDF, democratiza o uso do mapa digital.

---

<sup>53</sup> O hipertexto é uma escritura eletrônica não-sequencial e não-linear, que fornece ao leitor o acesso de mais conteúdo para ser consumido sem uma ordem sequencial obrigatória. Fonte: <https://repositorio.ufu.br>. Acesso dia 16 de agosto de 2022.

<sup>54</sup> PDF é um formato de ficheiro (arquivo), que foi desenvolvido pela Adobe Systems em 1993, e significa Portable Document Format ou em português “Formato de Documento Portátil”. As iniciais inglesas são a origem do nome desse formato de ficheiro. Fonte: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso dia 17 de agosto de 2022.

Os ícones referentes ao CPAIC, foram dispostos em uma perspectiva aproximada da localização geográfica real desses patrimônios. Ao ser acionado, o link conduz para hiperlinks, que direcionam discentes da EJA1 e demais usuários, para os conteúdos daquele patrimônio ambiental escolhido. Por exemplo, o hiperlink referente ao Bosquinho, direciona os usuários do mapa para entrevistas com moradores da ilha que participaram da luta e resistência juntamente com o CONSILHA, para a preservação do lugar, que mais tarde se tornaria a Escola Bosque. Outro hiperlink, direciona para imagens, e fontes jornalísticas do período de luta pela área do Bosquinho. São reportagens, por exemplo, que mostram o chamado “casamento ecológico”, que foi uma ação simbólica de ocupação e resistência de parte dos moradores da ilha para a manutenção e preservação do Bosquinho. Além das entrevistas e das reportagens, o mapa possibilita aos usuários navegarem por fontes fotográficas do início da década de 1990. Essas fotografias, são janelas que mostram as reuniões que ocorriam no espaço do Bosquinho, entre as suas árvores que compõe sua flora. Essas árvores guardam testemunhos da história, como por exemplo, as que ainda, possuem escápulas, que eram colocadas pelos moradores para atarem redes, e assim, monitorarem, e vigiarem esse patrimônio, no intuito de protegê-lo de possíveis ocupações. Há também um hiperlink que traz imagens do Bosquinho na atualidade.

O hiperlink seguinte, direciona para as praias da ilha. As praias foram selecionadas como parte integrante do Conjunto Patrimonial Ambiental da Ilha de Caratateua. Na imagem 28, destaco a página principal do ícone de acesso aos conteúdos praianos, nele podemos visualizar os hiperlinks, que acionados, direcionam para as entrevistas e podcasts realizados junto a moradores praianos antigos, pelos discentes das 1ª e 2ª etapas da EJA1 da EEEFM do Outeiro 2022. Os hiperlinks, dão acesso a reportagens e vídeos produzidos por meios de comunicação, que selecionei para compor o mapa. São conteúdos que revelam um pouco da história, dos usos, e a natureza destas praias.

Imagem 28: Layout do mapa digital sobre as praias da ilha de Caratateua



Fonte: Autor (2023)

Outro hiperlink, direciona os usuários para o rio Maguari, que selecionei como integrante do CPAIC. O Maguari, é parte importante da história da ilha, pois foi através de suas águas que ocorreu a ocupação de Caratateua desde os tempos da presença dos povos originários Tupinambás. Nas margens desse curso d'água, habita uma parcela significativa da população da ilha, que trabalha, e tira desse rio seu sustento diário. Na imagem 29, destaco a página do layout de acesso aos conteúdos referentes ao rio Maguari. Destaco os hiperlinks que dão conduzem os usuários as entrevistas realizadas por discentes da 2ª etapa da EJAI da EEEFM do Outeiro 2022, junto a moradores e trabalhadores do Maguari. Os hiperlinks trazem imagens, músicas e textos explicativos sobre a história do rio Maguari.

Imagem 29: Layout do mapa digital sobre o Rio Maguari.



Fonte: Autor (2023)

O Mapa Digital, direciona os discentes da EJAI e demais usuários para terem contato com a rica flora e fauna da ilha de Caratateua. Selecionei a Fauna e a Flora, como parte integrante do CPAIC. Os hiperlinks acionados, direcionam para vídeos de canais jornalísticos, textos e imagens produzidas pelos discentes da EJAI, e por mim. Esse conteúdo, revela uma parte da dimensão ambiental que compõe a diversidade da flora e fauna da ilha.

### 5.3 SIGNIFICADOS

Os discentes da EEEFM do Outeiro, vêm utilizando cada vez mais em suas comunicações, estudos e interação com colegas de turma, os chamados Smartphones, Aplicativos Móveis e as Redes Sociais. Observei que muitos discentes têm algum possuem algum tipo de dificuldade no uso dessas NTIC, devido

ao tamanho das fontes utilizadas nesses softwares de smartphones, pois muitos deles não foram elaborados pensando nas dificuldades de discentes idosos e pessoas com deficiência. (VASCONCELOS; COSTA; MARQUES, 2021, p.01).

O MDIC, foi concebido com direcionamento e intencionalidade de entregar uma boa Usabilidade<sup>55</sup> e acessibilidade para discentes e usuários. Os layouts, as imagens, áudios e os vídeos, foram elaborados de acordo com o processo de inserção e inclusão dos discentes idosos e deficientes presentes na EJAI e, em outras modalidades de ensino. A questão da usabilidade é essencial, pois aplicativos e outras ferramentas educacionais devem ter sua utilidade voltadas para as possíveis limitações físicas e até mesmo a questões de cognição dos discentes.

O produto educacional foi concebido na perspectiva de proporcionar uma experiência de interação fácil e simples, ou seja, valorizando a usabilidade e a utilidade de um mapa, que possibilite uma imersão em partes da natureza, memória e história insular. O MDIC, é uma ferramenta educacional que pode proporcionar um ambiente de interação e satisfação por parte dos discentes, usuários e docentes. (VASCONCELOS, COSTA, MARQUES, 2021, p. 02)

O produto foi concebido respeitando as diversas formas e a diversidade de interação dos discentes e usuários. Sabemos que cada pessoa interage de forma única, ou seja, o mapa, foi produzido na perspectiva de atender as necessidades e, sobretudo, buscando um processo de satisfação por parte dos usuários. (VASCONCELOS; COSTA; MARQUES, 2021, p. 05).

---

<sup>55</sup> Segundo Nielsen e Loranger (2007), a usabilidade é uma propriedade relativa à facilidade em utilizar algo. Refere-se também à velocidade com que os usuários podem aprender a usar algo, a eficiência ao usá-lo, o seu grau de propensão a erros durante a utilização e o quanto gostam de utilizá-lo. Sendo assim, a usabilidade está relacionada a aplicação de técnicas que definem a capacidade de um software ter uma fácil utilização, através de boas práticas durante o desenvolvimento de sua interface para seu público-alvo. Fonte: <https://gvpesquisa.fgv.br>. Acesso dia 19 de agosto de 2022.

O produto educacional foi elaborado em conformidade com as teses do autor Nielsen(1993) que especifica cinco critérios básicos para se obter uma boa usabilidade em uma ferramenta educacional. São eles: A Intuitividade (O sistema deve ser baseado em modelos pré-definidos, a fim de que pessoas que nunca utilizaram, consigam manipulá-lo de forma minimamente satisfatória); a Eficiência (O sistema deve ser capaz de realizar as ações propostas e, com o menor esforço para o usuário operá-lo); a Memorização (O sistema deve ser de fácil memorização, e de ações, utilizando interfaces e organizações homogêneas), e por fim, a Satisfação (O sistema deve ser satisfatório ao usuário, permitindo uma manipulação agradável e apreciável).

O MDIC, tem boa usabilidade, é intuitivo e apresenta facilidade no manuseio, pois os discentes não tiveram problemas na experiência e utilização dele. Sob esse prisma, o produto ficou eficiente, pois realizou com sucesso todas as suas funções propostas. E por fim, memorável, pois mesmo após algum tempo sem uso, os discentes conseguiram utilizá-lo sem maiores problemas. (VASCONCELOS, COSTA, MARQUES, 2021, p. 05).

A importância em dar destaque na questão da usabilidade no mapa foi em conformidade no que é citado por Nielsen (2007, p.xxv apud VASCONCELOS, COSTA, MARQUES, 2021, p. 5 - 6)

Aprimorando a usabilidade, podemos permitir que pessoas com baixo grau de instrução possam ter empregos significativos, podemos conectar idosos com a comunidade, podemos fornecer as mesmas informações e serviços a pessoas com deficiência, que fornecemos a todas as outras pessoas, podemos permitir que todo mundo utilize computadores de uma maneira mais produtiva e reduzir seus sentimentos de frustração e impotência (VASCONCELOS, COSTA, MARQUES, 2021, p. 6)

O produto educacional que elaborei, pode ser utilizado tanto em smartphone (celular), quanto em laptop (computador portátil) ou desktop (computador de mesa). No entanto, o destaque é o uso do mapa por meio de smartphones. Isso se deve, por conta do maior acesso a aparelhos celulares por parte dos discentes.

A primeira versão do mapa digital, teve sua formatação feita para esse tipo de aparelho. Contudo, em qualquer uma dessas plataformas que foi citada acima, e apesar de suas especificidades, a ferramenta educacional mantém sua usabilidade, ou seja, a facilidade e a simplicidade de operação e interação. Apesar de tamanhos

Diferentes de telas, por exemplo, manteve-se as formatações, a perspectiva de uma política educacional inclusiva, que é uma das marcas do produto.

O mapa digital, traz links de acessos, localizados em suas laterais. A razão dessa formatação, foi atender a uma parcela significativa de discentes e usuários que utilizam os aparelhos celular apenas com uma das mãos. Essa funcionalidade colabora com um menor tempo de ação, ou seja, de deslocamento a se fazer com os dedos, proporcionando que o mapa, seja uma ferramenta educacional de fácil uso para os discentes que tem essa habilidade. (VASCONCELOS; COSTA; MARQUES, 2021, p. 08).

Neste sentido, optei por um mapa que não tenha muitos ícones de acesso, pois em acordo com a chamada Lei de Hick:

O tempo que leva para fazer uma decisão aumenta com o número de opções apresentadas, ou seja, quanto maior o número de alternativas e suas complexidades/divergências, maior será o tempo necessário para que o usuário chegue a uma decisão. Nela o autor mostra que quanto menos opções desnecessárias, melhor a experiência e agilidade do usuário. (VASCONCELOS; COSTA; MARQUES, 2021, P.08).

Sabemos que o desenvolvimento de uma interface não é puramente um desenho de aplicação, existe um estudo científico que almeja entender os comportamentos do ser humano e as interações deles com os aplicativos, ofertando experiências agradáveis e satisfatórias para os discentes da EJAI e demais usuários. O Mapa, tem um design que coloca discentes e usuários como figuras centrais. As sequencias e opções dadas, levam a uma percepção de proximidade com a história e o CPAIC apresentados. Essa característica que coloquei no produto educacional, tem a finalidade de tornar essa ferramenta pedagógica fácil, intuitiva, atrativa e que, deixe nos usuários aquela sensação boa de querer utilizá-lo outras vezes (VASCONCELOS; COSTA; MARQUES, 2021, p. 09).

Acredito que o MDIC, vai colaborar com a relação de ensino e aprendizagem da história, pois ele tem potencial de extrapolar os muros da escola a ser acessível ao público em geral. Essa ferramenta educacional abre janelas, ou seja, amplia possibilidades de conhecer o CPAIC, bem como possibilita compreender e conhecer parte significativa da história da ilha de Caratateua, assim como parte da história insular do município de Belém-Pa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha de Caratateua, que faz parte da região insular do município de Belém, detém um riquíssimo Conjunto Patrimonial Ambiental. Parte significativa desse conjunto, está presente no cotidiano dos discentes da ilha. São lugares por onde eles caminham, trabalham, namoram, praticam suas atividades de lazer e sua religiosidade. Utilizei esse potencial nas aulas de história para os discentes da EJA I do turno noturno da EEEFM do Outeiro. O resultado foi positivo, pois ao explorar com eles, e trazer o ensino e a aprendizagem da história ligada a natureza da ilha, percebi que os alunos e alunas se sentiram inseridos e contemplados com uma história ligada ao seu lugar, a sua ilheidade, e a sua insularidade que é única, e ao mesmo tempo diversa.

Nesse processo de desenvolvimento do Mapa Digital, os discentes foram protagonistas ao participarem ativamente com suas pesquisas de campo e na obtenção de fontes, contribuindo significativamente para a elaboração dessa ferramenta educacional. O mapa possibilitou aos discentes se conectarem, e se reconectarem com as histórias da ilha e seus patrimônios ambientais, pois a ferramenta direciona, e leva em consideração um ensino da história de Caratateua interligada ao seu meio ambiente e natureza.

Acredito que a rica história das outras ilhas que compõe o arquipélago do município de Belém, podem ter seus patrimônios ambientais explorados no ensino da história e das demais disciplinas do currículo escolar. Pesquisar, estudar, compreender e divulgá-las, poderá contribuir com o ensino e a aprendizagem na EJA I e nas demais modalidades de ensino, tanto para discentes ilhéus, como para os discentes da parte continental do município de Belém. No entanto, reconhecemos que existem muitas questões e patrimônios a serem explorados e pesquisados em Caratateua e nas outras ilhas desse arquipélago.

O mapa confeccionado, contribui não apenas para o ensino, ele pode contribuir na preservação e no desenvolvimento do turismo da região das ilhas. O produto educacional mostrou ser uma ferramenta simples e de fácil uso por discentes e docentes. Minha opção por elaborar uma ferramenta educacional simples, foi bem-sucedida, pois a EEEFM do Outeiro passa por um processo de precarização de material pedagógico. Nesse contexto, o mapa funcionou bem, ainda que a comunidade escolar tenha que continuar resistindo e lutando por uma

estrutura física, pedagógica e de segurança, para que se tenha efetivamente uma educação de qualidade na região das ilhas.

Em relação aos docentes, o mapa pode ser uma boa ferramenta, não somente no ensino da história, mas pode servir e contribuir para o ensino das demais disciplinas. Neste sentido, pode ser um produto interdisciplinar. Não enxergo o mapa como um modelo necessariamente a ser replicado, ao contrário, ele pode contribuir e servir de inspiração para professoras e professores em suas práticas com discentes insulares e continentais de Belém e de outras regiões conforme as suas realidades.

Essa dissertação e o produto educacional que surgiu dela, foram elaborados pensando na perspectiva de um ensino da história pautados na valorização e no protagonismo dos discentes da EJAI. Essa modalidade de ensino, na maior parte de sua trajetória, foi colocada à margem das políticas educacionais governamentais. Esse público teve e, ainda tem, um histórico de exclusão. Em parte das políticas educacionais, e até mesmo, em certa medida, em muitas instituições de ensino, a EJAI é tratada em segundo plano nos projetos e atividades pedagógicas.

Falar sobre a EJAI, a ilha de Caratateua e seu CPAIC, foi um desafio, uma vez que essa dissertação e o produto foram construídos em meio a uma Pandemia da covid-19. Foram vários períodos sem contato com os discentes, e após isso, muitos meses trabalhando no chamado ensino remoto emergencial, que prejudicaram e dificultaram a evolução da pesquisa e a elaboração do produto.

Pesquisar, entrevistar e estudar nesse período foi desafiador, e em muitas ocasiões, também foi muito dolorido. Nós e muitos discentes da EJAI perdemos entes queridos. A comunidade escolar EEEFM do Outeiro perdeu o professor de biologia da EJAI Djael para essa doença.

O Conjunto Patrimonial Ambiental trabalhado nessa dissertação, e o Mapa Digital da Ilha de Caratateua, têm potencial para contribuir com um ensino de história que esteja engajado com a dimensão ambiental, contribuindo para uma educação plena e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. **Consciência Histórica, ensino de história e a educação ambiental**. História e Ensino, Londrina, v. 12, p. 113-122, ago. 2006.

ASSUNÇÃO, Mariza Felipe. **A política municipal de educação nos anos de 1990 na Ilha de Caratateua/Belém-Pará**. Dissertação (Mestre em Educação). Centro de Educação Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BARBOSA, Estêvão José da Silva; FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves; SANTOS, Cyntia; FERREIRA, Daltro Denison da Silva; PINHEIRO, Pedro Wander dos Santos. De Colônia Agrícola à periferia de Belém: Um ensaio de Geografia Histórica sobre a Ilha de Caratateua. In: SILVA, João Marcio Palheta et. al (Org.). **Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém- Pará (2008-2011)**. GAPTA/UFPA, Belém: 2012.

BRASIL. Cap. VI: Do Meio Ambiente. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BONETE, Willian Junior. **Olhares sobre o ensino de história na educação de jovens e adultos: um estudo com professores da cidade de Guarapuava, PR**. História, Rio Grande, 3 (1): 37-50, 2012.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Ed.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Editora da Unicamp, 2020.

CARVALHO, M. A. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUSA, F. et all (Org.). **Portugal e migrações da Europa do Sul para a América do Sul**. 1 ed. Porto: Cesepe, v. p, 198-217, 2014.

CASTRO FILHO, J. *et al.* **Outeiro: uma questão de vida**. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

CASTRO, Isabela *et al.* De colônia agrícola à periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de caratateua. In: CASTRO, Isabela et al. **Percursos geográficos: pesquisa e extensão no distrito de outeiro**, Belém — Pará. Belém: GAPTA/UFPA, 2012, p. 26-30.

\_\_\_\_\_, Isabela *et al.* Terminal portuário de outeiro: uma indefinição na geografia portuária do Pará. In: CASTRO, Isabela et al. **Percursos geográficos: pesquisa e extensão no distrito de outeiro**, Belém — Pará. Belém: GAPTA/UFPA, 2012, p. 158-159.

CONCEIÇÃO, Darinêz de Lima. EJAI na Amazônia Paraense: ataques e resistências na luta pela educação pública e gratuita. **Revista Teias**. vol.22, n.65, p.413-430, 2021.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio. A praia e o imaginário ocidental**, São Paulo: Companhia das letras, 1989. da Teoria da Complexidade de Edgar Morin. 2018.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; FARIAS, Maria Celeste Gomes;

DERGAM, João Marcelo Barbosa. **Formação histórica das Ilhas em Belém: A relação cultura e natureza**. ANPUH- XXIII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- Londrina, 2005.

DE VASCONCELOS, Leandro L.; COSTA, Marisa de O.; MARQUES, Rosenilda F. **Usabilidade em Aplicativos Móveis para Idosos**. 21f. **FACET – UFGD - Dourados** - MS. Disponível em: [https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4664/1/LeandroLeonideVasconcelos\\_MarisadeOliveiraCosta.pdf](https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4664/1/LeandroLeonideVasconcelos_MarisadeOliveiraCosta.pdf). Acesso em: 08 out. 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

FERREIRA, Alessandra Alaíde da Silva. **Políticas Públicas e Turismo: Estudo de caso na Ilha de Caratateua (Outeiro), Distrito de Belém – Pa**. Monografia (Bacharel em Turismo) Faculdade de Turismo, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará. Belém-Pa, p. 123. 2016.

FILHO, João Simões Cardoso. **Dançando para Iemanjá. Retornando ao festival de Iemanjá: 1995 a 2013. Dinâmicas sociais, políticas, e religiosas, numa perspectiva antropológica e um olhar hermenêutico**. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2015.

FONSECA, M. C. L. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p.56-76, 2003.

GENTIL, V.K. **EJA: contexto histórico e desafios da formação docente**. UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta, 2005.

GERHARDT, Marcos. NODARI, Eunice. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade: Article. **Fronteiras Journal of Social Technological and Environmental Science**. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1902><http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1902>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e Políticas Ambientais**. Tradução: Igor, O. 1. ed. São Paulo: Elefante, p. 340, 2019.

HOBBSAWM, Eric. J. **O Breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IEMANJÁ. **Significado de Iemanjá**. 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/iemanja>. Acesso em: 04 jul. 2021.

JARDILINO, José Rubens Lima e Araújo; REGINA, Magna Bonifácio. **Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, Dula. A Verdade Sobre a Escola Bosque. In: Franssinete Florenzano. **Nota da viúva e filho de Mariano Klautau sobre a Escola Bosque**. Belém-Pa, 26 out. 2016. Disponível em: <http://uruatapera.blogspot.com/2016/10/nota-da-viuva-e-filho-de-mariano.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

MACHADO, Hugo da Cunha. Linha aérea Belém-Manaus. **Revista Marítima Brasileira (RJ)**, ano 53, n. 5 e 6, p. 671-696, nov./dez. 1933.

MACIEL, Rogério Andrade; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; CASTRO, Cesar Augusto. Cultura material escolar nas escolas radiofônicas do Estado do Pará: análise das cartilhas de alfabetização na educação de jovens e adultos (1960- 1980). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, Belém. **Anais**. Belém: UFPA, 2017. p. 289-306.

MEDEIROS, Ana Maria de Souza. **Aspectos geográficos da ilha de Caratateua**. Belém: IDESP, 1971.

MEIRELLES Filho, João. **Belém Ribeirinha Marco Contextual**. Documento interno. Pará: Instituto Peabiru, 2014.

MELO, Sandra Maria Alves Barbosa; SILVA, Rejenice José; LOPES, Eliete Borges. **Um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil**. Avanços e Olhares, Barra do Garças-MT, v. 1, n. 2, p. 133- 147, dez. 2018.

MILENA, Ana Paula Mateucci. **Google Earth em sala de aula: contribuições da interatividade ao atlas mundial escolar de Ourinhos em versão digital**. 2014. 75 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus Experimental de Ourinhos, 2014.

MENDES, Ana Estela Vieira. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: **Anais no XIX Encontro Nacional do COMPEDI**. Fortaleza- CE, 2010.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: Cejup, 1989. v. 1

OLIVEIRA, Eder Geovane da Paz. **A utilização do Google Earth e Google Maps como recurso didático para o ensino de cartografia escolar**. UEPB- Campina Grande, 2012.

ONU. A Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a Educação Ambiental – 13 a 22 de outubro de 1975. In: SÃO PAULO. **Educação ambiental e desenvolvimento**:

documentos oficiais. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental, 1994.

\_\_\_\_\_. Agenda 21. *In*: BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1995.

\_\_\_\_\_. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano. *In*: BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1995.

PALHETA DA SILVA, João Marcio; ROCHA, Danuza di Paula Nascimento da.; RABELO, Denilce Borges; ALVES, Leonardo Pinheiro; OLIVEIRA, Paollo Schmuellermann Kyprianous de. **Regulação e uso do solo na ilha de Caratateua, município de Belém – Pa**. GAPTA/UFGPA Belém — 2012.

PALMEIRA, Alice. **Instituto de Geociências em decorrência dos 60 anos do Observatório Magnético da Ilha de Tatuoca**. Assessoria de Comunicação da UFGPA.

**Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011)**. Organização João Marcio Palheta da Silva, Christian Nunes da Silva, Clay Anderson, Nunes Chagas, Estevão José da Silva Barbosa. 1. ed. - Belém: GAPTA/UFGPA, 2012.

**Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. (org.) CARVALHO; Aline Vieira de; ESPEJEL, Benjamin Ortiz; JULIANO, Tiago. 1. ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018.

PEREIRA, Jacqueline Mary Monteiro. **A escola do riso e do esquecimento: Idosos na educação de jovens e adultos**. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 11-38, set 2011/fev. 2012.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)**. Belém, 2017.

**Plano Diretor de Mineração em Áreas Urbanas Região Metropolitana de Belém e Adjacências: projeto estudo do meio ambiente em sítios de extração de materiais de construção na região Belém-Benevides, Estado do Pará, relatório final**. Belém, 1995.

QUARESMA, Helena Doris, PINTO, Paulo Moreira. O turismo insular em Caratateua/Outeiro. *In*: CASTRO, Edna. **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Ed. Brasiliense, 2017.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2009.

ROCHA, Claudia Smuk. **O estado do conhecimento do ensino de história sobre a EJA**: Um estudo a partir dos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil) 1961-2015. UFFS, 216.

RUSEN, J. Razão Histórica: **teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2010.

SANTOS, Williams Silva dos. **A utilização dos mapas como recurso didático no ensino fundamental II no Instituto Educacional Prof.<sup>a</sup> Maria dos Anjos / Williams Silva dos Santos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Departamento De Geociências, Universidade Federal de João Pessoa, 2016.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. **Ente o rio e a rua: cartografia de saberes artístico- culturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua**. Dissertação (Mestre em Educação). Ciências Sociais e Educação, Belém do Pará, Universidade Estadual do Pará, 2007.

---

\_\_\_\_\_, Maria Roseli Sousa. Entre o rio e a rua: **cartografia de saberes artístico-culturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua**, p. 87-96, 2007.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870)**. Belém: Paka – Tatu, 2010.

SCIFONI, Simone. **Patrimonialização da natureza no Brasil**: atualizando o debate. Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco. (Org.). CARVALHO, Aline Vieira de; ESPEJEL, Benjamin Ortiz; JULIANO 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018

SILVA, Cláudia do Socorro Gomes da. **Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira: gênese e trajetória**. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

SILVA, Cristiane Rodrigues. **Entre curimbós e revoadas: a dimensão educativa de práticas culturais de jovens da Amazônia paraense**. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013.

SILVA, João Marcio Palheta da; ROCHA, Danusa di Paula Nascimento da, RABELO, Denilce Borges; ALVES, Leonardo Pinheiro; OLIVEIRA, Paollo Schmuellermann Kyprianous de. **Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011)**. 1. ed. - Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

SILVA, Marcos. **Ensino de história e novas tecnologias**. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SOUZA, Josias de. Um descalabro que sobrevive a cinco presidentes. São Paulo, domingo, 25 de julho de 2004. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2507200426.htm>>. Acesso em: 25 out 2022.

THURY, Inácia Maria Carneiro. **Ensino Agrícola: um estudo da gênese e das práticas Pedagógicas no antigo Patronato Agrícola Manoel Barata – PA**. 2012. 106f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

TOURINHO, Andréa de Oliveira e RODRIGUES, Marly. **Patrimônio ambiental urbano: uma retomada**. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016.

VASCONCELOS, André Felipe dos Santos; AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p.19140-19159 fev. 2021.

VASCONCELOS, Bruna Montor. **História Ambiental e Ensino de História através da Teoria da Complexidade de Edgar Morin**. 2018. 195 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VASCONCELOS, Leandro Leoni de; COSTA, Marisa de Oliveira. **Usabilidade em aplicativos móveis para idosos**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Computação) — Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019.

WORSTER, Donald, Para Fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

YÁZIGI, Eduardo. **O patrimônio ambiental urbano**: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012.

## ANEXOS

Link para acessar o Mapa Digital da Ilha de Caratateua.

[https://drive.google.com/file/d/1x4a2CconNr5tR9I3-ibIRngNQwiUFps7/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1x4a2CconNr5tR9I3-ibIRngNQwiUFps7/view?usp=share_link)